



BERTHA LUTZ



Ministério da Educação | Fundação Joaquim Nabuco

Coordenação executiva
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Isabela Cribari

Comissão técnica
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente)
Antonio Carlos Caruso Ronca, Ataíde Alves, Carmen Lúcia Bueno Valle,
Célio da Cunha, Jane Cristina da Silva, José Carlos Wanderley Dias de Freitas,
Justina Iva de Araújo Silva, Lúcia Lodi, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávoro

Revisão de conteúdo
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Célio da Cunha, Jäder de Medeiros Britto,
José Eustachio Romão, Larissa Vieira dos Santos, Suely Melo e Walter Garcia

Secretaria executiva
Ana Elizabete Negreiros Barroso
Conceição Silva



Alceu Amoroso Lima | Almeida Júnior | Anísio Teixeira
Aparecida Joly Gouveia | Armanda Álvaro Alberto | Azeredo Coutinho
Bertha Lutz | Cecília Meireles | Celso Suckow da Fonseca | Darcy Ribeiro
Durmeval Trigueiro Mendes | Fernando de Azevedo | Florestan Fernandes
Frota Pessoa | Gilberto Freyre | Gustavo Capanema | Heitor Villa-Lobos
Helena Antipoff | Humberto Mauro | José Mário Pires Azanha
Julio de Mesquita Filho | Lourenço Filho | Manoel Bomfim
Manuel da Nóbrega | Nísia Floresta | Paschoal Lemme | Paulo Freire
Roquette-Pinto | Rui Barbosa | Sampaio Dória | Valnir Chagas

Alfred Binet | Andrés Bello
Anton Makarenko | Antonio Gramsci
Bogdan Suchodolski | Carl Rogers | Célestin Freinet
Domingo Sarmiento | Édouard Claparède | Émile Durkheim
Frederic Skinner | Friedrich Fröbel | Friedrich Hegel
Georg Kerschensteiner | Henri Wallon | Ivan Illich
Jan Amos Comênio | Jean Piaget | Jean-Jacques Rousseau
Jean-Ovide Decroly | Johann Herbart
Johann Pestalozzi | John Dewey | José Martí | Lev Vygotsky
Maria Montessori | Ortega y Gasset
Pedro Varela | Roger Cousinet | Sigmund Freud



BERTHA LUTZ

Yolanda Lôbo



ISBN 978-85-7019-529-6
© 2010 Coleção Educadores
MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica MEC/UNESCO, o qual tem o objetivo a contribuição para a formulação e implementação de políticas integradas de melhoria da equidade e qualidade da educação em todos os níveis de ensino formal e não formal. Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A reprodução deste volume, em qualquer meio, sem autorização prévia, estará sujeita às penalidades da Lei n° 9.610 de 19/02/98.

Editora Massangana
Avenida 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | Recife | PE | CEP 52061-540
www.fundaj.gov.br

Coleção Educadores
Edição-geral
Sidney Rocha
Coordenação editorial
Selma Corrêa
Assessoria editorial
Antonio Laurentino
Patrícia Lima
Revisão
Sigma Comunicação
Ilustrações
Miguel Falcão

Foi feito depósito legal
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

Lôbo, Yolanda.

Bertha Lutz / Yolanda Lôbo. – Recife:

Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

148 p.: il. – (Coleção Educadores)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7019-529-6

1. Lutz, Bertha Maria Júlia, 1894-1976. 2. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDU 37(81)

SUMÁRIO

Apresentação, por Fernando Haddad, 7

Ensaio, por Yolanda Lôbo, 11

A atuação e contribuição de Bertha Lutz
para a educação brasileira, 11

Da ciência à política: cenários do curso de vida
de Bertha Lutz, 23

Os anos de formação: música, literatura, ciências, 23

Uma estudante brasileira em Paris, 23

Cenários da vida profissional, 26

A outra Bertha, 29

Razão e sensibilidade: a cientista poeta, 34

Literatura e política: a espirituosa contadora de histórias
e a aguerrida delegada feminista, 35

A naturalista do Museu Nacional

em ação política institucional, 67

A mulher das Américas, 95

Post-mortem: homenagens e realizações, 100

Textos selecionados, 103

O que é necessário fazer?, 103

Nova era, 104



Educação, associação, organização, 105
Em que consiste o feminismo?, 106
Projeto n° 736/1937 – cria o Estatuto da Mulher

Estatuto da Mulher, 115

Cronologia, 129

Bibliografia, 135

Lista de abreviaturas, 145



APRESENTAÇÃO

O propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação surgiu da necessidade de se colocar à disposição dos professores e dirigentes da educação de todo o país obras de qualidade para mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional. A disseminação de conhecimentos nessa área, seguida de debates públicos, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país.

Para concretizar esse propósito, o Ministério da Educação instituiu Comissão Técnica em 2006, composta por representantes do MEC, de instituições educacionais, de universidades e da Unesco que, após longas reuniões, chegou a uma lista de trinta brasileiros e trinta estrangeiros, cuja escolha teve por critérios o reconhecimento histórico e o alcance de suas reflexões e contribuições para o avanço da educação. No plano internacional, optou-se por aproveitar a coleção *Penseurs de l'éducation*, organizada pelo *International Bureau of Education* (IBE) da Unesco em Genebra, que reúne alguns dos maiores pensadores da educação de todos os tempos e culturas.

Para garantir o êxito e a qualidade deste ambicioso projeto editorial, o MEC recorreu aos pesquisadores do Instituto Paulo Freire e de diversas universidades, em condições de cumprir os objetivos previstos pelo projeto.

Ao se iniciar a publicação da Coleção Educadores*, o MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, favorece o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, como também contribui para a união indissociável entre a teoria e a prática, que é o de que mais necessitamos nestes tempos de transição para cenários mais promissores.

É importante sublinhar que o lançamento desta Coleção coincide com o 80º aniversário de criação do Ministério da Educação e sugere reflexões oportunas. Ao tempo em que ele foi criado, em novembro de 1930, a educação brasileira vivia um clima de esperanças e expectativas alentadoras em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural. A divulgação do *Manifesto dos pioneiros* em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no *Manifesto dos pioneiros*.

Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo *Manifesto dos Educadores de 1959*, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios.

* A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume.

Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente. Estou certo de que o lançamento, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como mecanismo de estado para a implementação do Plano Nacional da Educação começou a resgatar muitos dos objetivos da política educacional presentes em ambos os manifestos. Acredito que não será demais afirmar que o grande argumento do *Manifesto de 1932*, cuja reedição consta da presente Coleção, juntamente com o *Manifesto de 1959*, é de impressionante atualidade: “Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação”. Esse lema inspira e dá forças ao movimento de ideias e de ações a que hoje assistimos em todo o país para fazer da educação uma prioridade de estado.

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação



BERTHA LUTZ
(1894 - 1976)

Yolanda Lôbo

*Make education fun!*¹ (Bertha Lutz, 1932)

A atuação e contribuição de Bertha Lutz
para a educação brasileira

O visitante do Arquivo Público do Rio Grande do Norte, em Natal, surpreende-se, logo na entrada do átrio, com a fotografia² de uma jovem mulher³ sobre o pórtico da sala principal. A pergunta é inevitável: “Quem é essa mulher?”. É possível que ninguém saiba ao certo responder, porém, se encontrar um funcionário mais antigo, a resposta pode surpreender ainda mais:

“Bertha Lutz”.

“Quem é Bertha Lutz?”.

Se o funcionário não soubesse acrescentar nenhuma outra informação e se a curiosidade do visitante o instigasse a procurar conhecer algo mais sobre Bertha Lutz, talvez fosse possível encontrar nos arquivos guardados naquela sala uma crônica escrita por Câmara Cascudo, em 1928, sob o título *A outra Bertha*, publicada no jornal *A República*. Que atributos identificam essa “outra Bertha”, de um conjunto já observado no curso de sua vida, que na cidade de Natal aflorou com tanta intensidade?

¹ Faça da educação um prazer.

² Bertha Lutz dedicou essa foto a Oswaldo Lamartine (filho de Juvenal Lamartine) como “uma lembrança de Bertha”. Os cabelos curtíssimos, estilo *demi-garçon*, expressam o

³ Os cabelos curtíssimos, estilo *demi-garçon*, expressam o movimento das mulheres pela liberdade na Europa e nos Estados Unidos da América na década de 1920.

Os historiadores da educação brasileira, também, se surpreendem com os vestígios da presença marcante de Bertha Lutz no campo da educação. Bertha Lutz foi fundadora da Associação Brasileira de Educação, a sociedade de educação idealizada por Heitor Lyra. A ata da criação da Associação Brasileira de Educação, em 16 de outubro de 1924, traz a assinatura de sete homens e três mulheres. São eles: Heitor Lyra, senador José Augusto Bezerra de Medeiros, Carlos Delgado de Carvalho, Mário Paulo de Brito, Vicente Licínio Cardoso, Carneiro Leão, Antonio Levi Carneiro, Bertha Lutz, Branca Fialho e Armanda Álvaro Alberto. Cumprindo os ideais dos fundadores, as três mulheres desenvolveram intensa atividade político-cultural, tomando um conjunto de providências que deram à nação, não só uma consciência aperceptiva dos problemas de educação, como também soluções criativas para resolvê-los.

Na área em que se dedicou, são muitas as preocupações de Bertha Lutz. Representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, participa de vários congressos de ensino realizados no Rio de Janeiro na década de 1920. No Congresso de Ensino Superior e Secundário, com Esther Ramalho, apresentou um projeto de reformulação para o ensino secundário que contemplava o ingresso daquele público no ensino secundário oficial, com a criação do regime misto no Colégio Pedro II.

No Congresso de Agricultura apresentou a tese de criação de uma escola normal nacional de economia doméstica e um serviço de consulta à população rural, com apoio do Ministério da Agricultura. Para Bertha, a implantação dessa modalidade de ensino era condição fundamental para organizar as cooperativas industriais regionais femininas. Para vencer possíveis resistências ao projeto, mobiliza ações intelectuais para viabilizá-lo. Empreende, então, viagens ao exterior, visitando os Estados Unidos (1922) e a Bélgica (1929) com o objetivo de examinar as experiências conduzidas por esses países na implantação da educação doméstica agrícola.

Na volta de sua viagem aos Estados Unidos, Bertha apresentou ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Simões Lopes, minucioso relatório e um detalhado projeto para criação do ensino agrônômico no Brasil⁴.

Estando encarregada pelo ministro da Agricultura de realizar estudos referentes ao Ensino Doméstico Agrícola da população rural feminina nos Estados Unidos da América, visitei durante minha estadia naquele país, além do Departamento Nacional de Agricultura e das dependências estaduais, numerosos estabelecimentos onde é dado o ensino desta ciência aplicada⁵. Entre os estabelecimentos visitados devem figurar em primeiro lugar as universidades estaduais que incluem escolas superiores de agricultura, em geral com uma seção de economia doméstica, equivalente ao curso de agricultura.

O Serviço Cooperativo de Extensão dos Conhecimentos de Agricultura e Economia Doméstica dos Estados Unidos foi criado em 1914, pelo Decreto Smith-Lever, com o objetivo de ministrar ensino prático de Agricultura e Economia Doméstica às pessoas não matriculadas nas escolas de agricultura. Esse serviço envolve o poder público federal, estadual e municipal e opera com especialistas, *leaders* estaduais e agentes rurais (consultores técnicos). Os agentes rurais organizam aulas sobre os diferentes ramos de economia doméstica agrícola: alimentação, preparo de conservas, puericultura, aperfeiçoamento do lar, jardinagem, pomicultura, laticínios. Para isso, organizam clubes, fazem demonstração prática

⁴ O projeto para criação do ensino agrônômico apresentado por Bertha ao ministro Simões Lopes compreende quatro partes: 1) Relatório detalhado do ensino agrícola nos Estados Unidos; 2) O serviço cooperativo de extensão dos conhecimentos de agricultura e economia doméstica daquele país; 3) Medidas propostas para a organização de um serviço de extensão de conhecimentos de economia doméstica agrícola; 4) Diretrizes para o estabelecimento de escolas de ensino médio de economia doméstica. Cf. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional. Seção Bertha Lutz. Subseção Atividades profissionais. Série Comissão Ministério da Agricultura. AP 46, cx 11, pc 4.

⁵ Bertha Lutz visitou escolas de economia doméstica agrícola situadas nos estados de New York, Illinois, Kansas, Nevada, Iowa e Califórnia. Na visita que fez ao Pavilhão de Economia Doméstica da Universidade Estadual de Cornell, no Estado de Nova York, Bertha fez uma palestra sobre a mulher brasileira e o movimento feminista.

nos próprios lares e respondem às consultas da população feminina por meio de telefonemas e cartas.

Bertha destaca a experiência vivida por ela, durante uma manhã, no escritório de uma consultora técnica em uma pequena cidade do Middle-West como a mais importante. No seu retorno ao Brasil, a cientista dedica-se ao projeto de organização do Serviço de Extensão de Conhecimentos de Economia Doméstica Rural no Brasil como uma parte distinta do ensino agrônômico.

Nas medidas propostas ao ministro da Agricultura, Bertha Lutz apresenta a estrutura organizacional do ensino agrônômico compreendendo duas partes distintas: 1) escolas superiores de economia doméstica⁶; 2) serviço de extensão para difusão dos conhecimentos de economia doméstica rural entre a população rural feminina⁷.

O conteúdo programático das escolas superiores de economia doméstica inclui quatro partes. A primeira parte abrange os Estudos Gerais (português, literatura, história, línguas modernas); a segunda, os estudos científicos básicos (física, química, economia política, psicologia humana, bacteriologia); 3) os estudos sobre a mulher como fator no lar e na vida cívica e na comunidade; 4) os estudos técnicos de economia doméstica (alimentação, têxteis e confecção, decoração de interiores, organização e administração do lar e das instituições, puericultura, higiene, noções de direito administrativo, sociologia e outros assuntos que dêem uma compreensão

⁶ Bertha propõe ao ministro Simões Lopes, entre outras medidas, a transformação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz em Escola Superior de Agricultura.

⁷ Os projetos apresentados por Bertha Lutz não se concretizam. Mas, durante o Estado Novo, servem de inspiração para a criação dos Serviços de Aprendizagem Comercial (Senac), dos Serviços de Aprendizagem Industrial (Senai), e para criação de escolas técnicas. É curioso notar que a proposta para transformar a Escola Wenceslau Braz em Escola Superior de Agricultura não se deu; porém, a partir de 1937, o ministro da Educação e Cultura Gustavo Capanema, por uma série de decretos, modifica as normas para o ensino profissionalizante e toma medidas para a criação de escolas técnicas. Uma dessas medidas foi a de demolir a antiga Escola Wenceslau Braz e, sobre seus escombros, inaugurar, em 1942, a Escola Técnica Nacional, hoje, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckou da Fonseca.

clara do papel do indivíduo na comunidade). Bertha acrescenta, ainda, um curso de especialização para alunas formadas.

Ao Serviço de Extensão de Conhecimentos de Economia Doméstica Rural caberia desenvolver cursos de conservas (frutas, legumes, carnes, geleias, doces), alimentação (seleção e preparo de alimentação), corte e costura (confecção, modelos, seleção de tecidos, processos de tingir, reformar, limpar roupas), higiene pessoal e do lar, jardinagem, administração (plano de construção de casa, mobiliário), e cursos sobre mulher e a comunidade. É oportuno salientar que o serviço de extensão poderia oferecer ainda outros cursos, de interesse da população feminina, desde que solicitados.

Os temas relacionados à educação estão presentes na atuação parlamentar de Bertha Lutz, desde o momento de sua posse na Câmara dos Deputados, em 28 de junho de 1936. Bertha Lutz exerceu papel fundamental na discussão do projeto de lei nº 595/1936, que criou a Universidade do Brasil, apresentando quatro emendas a esse projeto de lei (emendas números 20, 21, 22 e 23), que suscitaram intensa polêmica dentro e fora do Parlamento. No plenário da Câmara, coube ao presidente da Comissão de Educação e Cultura, professor Raul Bittencourt, discordar das proposições de Bertha. Fora da Câmara, foi o ministro da Educação Gustavo Capanema que fez, publicamente, objeções às emendas da deputada, afirmando que elas teriam o intuito de fazer oposição à criação da Universidade do Brasil. Na sessão de 9 de janeiro de 1937, Bertha usa a tribuna para pronunciar um discurso no qual afirma não ser contrária à criação da universidade, apesar do incidente havido entre ela e o ministro da Educação, mas, como representante do Distrito Federal, não poderia deixar de apresentar sugestões para aperfeiçoar o projeto de criação da instituição.

As emendas apresentadas por Bertha alteravam as disposições do projeto no que se referem à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, à estrutura da universidade e ao financiamento

da educação e cultura. Ela não concordava com a junção do ensino da filosofia e letras ao das ciências dentro da mesma faculdade, por motivo decorrente de sua própria formação. No entendimento da deputada-cientista, as Ciências que figuravam nos programas dessa faculdade eram as ciências físicas, matemáticas e naturais. Os objetos e métodos dessas ciências diferem substancialmente da especulação filosófica e do ensino das letras. Por essa razão, propõe o desdobramento dessa faculdade em duas. Uma dedicada à filosofia e letras e, uma outra, às ciências físicas, matemáticas e naturais. Sob a perspectiva da cientista,

a ciência é o resultado da atividade sistemática do cérebro humano que insiste na procura contínua da verdade, com uma metodologia própria fundamentada na lógica, na observação e na experiência.

Essas características se diferenciam das letras, *cuja finalidade é estética e da filosofia, que só poderá ser científica quando a ciência estiver completa*. Conclui seu argumento com a afirmação: da ciência e das suas aplicações técnicas decorre o progresso contínuo e sistemático da humanidade. (Lutz, Emenda 21, janeiro de 1937a)

Bertha manifesta seu desacordo profundo com alguns membros da comissão que priorizavam somente a educação primária, secundária e profissional no Brasil. Essa questão era o calcanhar de aquiles do projeto, porque repercutia diretamente na distribuição da verba de educação. O entendimento da deputada era o de que a verba criada para a educação incluía também a cultura. Por esse motivo, renova uma emenda que, sob outro aspecto, já apresentara na reforma do Ministério da Educação, criando um Conselho Nacional de Pesquisas e de Divulgação Científica⁸. Parecia-lhe necessário difundir,

na massa do povo, os conhecimentos técnicos que estão ao alcance dos homens de ciência, dos pesquisadores modernos, para que o

⁸ O Conselho Nacional de Pesquisa somente seria criado em 1951 (Lei n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951). Mas, desde 1934, cientistas discutiam sua criação. Em 1936, Bertha Lutz propõe sua criação como órgão do Ministério da Educação e Saúde.

nível cultural brasileiro se torne menos desigual, de modo que todos os cidadãos possam colaborar no seu progresso, não permanecendo este apenas obra da camada que se costuma chamar “elite”. (Lutz, discurso, *Diário do Poder Legislativo*, 15 de janeiro de 1937).

A preocupação com o desenvolvimento da ciência a fez incluir no artigo que trata das finalidades essenciais da Universidade do Brasil o desenvolvimento da cultura científica, ao lado da literária, estética e filosófica. Bertha Lutz participava das convicções dos cientistas da Associação Brasileira de Educação, especialmente aquelas defendidas pelos irmãos Osório, Álvaro e Miguel Osório de Almeida e sua irmã Branca Fialho, de um modelo de universidade que contemplasse as funções de pesquisa e extensão ao lado do ensino. Bertha quer incluir a pesquisa científica na universidade.

A emenda nº 22, apresentada por Bertha, trata da criação do Serviço de Patrimônio Natural e Biológico, com a finalidade de promover em todo o país e de modo permanente, o tombamento e a conservação dos monumentos naturais, a proteção à fauna e flora e a criação de parques em redor dos monumentos naturais. O Museu Nacional e outros estabelecimentos congêneres se incumbiriam das atividades desse serviço. A deputada considera a conservação do patrimônio histórico e artístico como uma manifestação construtora de cultura nacional. A naturalista foi uma defensora ardorosa da preservação da natureza. Estudiosa das relações entre os seres vivos e o meio ou ambiente em que vivem, bem como suas recíprocas influências, Bertha preocupava-se com as consequências desastrosas para as condições de vida do homem provocadas pelos incêndios florestais e desmatamentos verificados na América Latina.

Outro aspecto considerado importante pela parlamentar diz respeito à cultura da mulher. Nesse sentido, apresenta à Comissão de Educação e Cultura emenda para incluir no projeto da Universidade do Brasil a criação de uma faculdade de ciências domésticas e so-

ciais. Um povo, diz Bertha, só é verdadeiramente culto quando a cultura se acha difundida em todas as camadas sociais, quando abrange as instituições, desde o lar até o governo, e todos os indivíduos, sem distinção de sexo e sem prerrogativas. Cabe, pois, à Universidade do Brasil, à semelhança do que ocorre em outros países progressistas, cuidar também da educação doméstica e social.

Com relação à forma de organização da universidade, a deputada propõe o modelo americano de campus universitário em oposição ao de aglomeração de faculdades isoladas. Para a deputada, a Universidade do Brasil seria modelo inspirador para outras iniciativas em todo o Brasil e, por essa razão, deveria adequar-se às mais modernas conquistas da pedagogia.

O que fazer para tornar a educação um prazer? Envolvida com o movimento renovador da educação, Bertha Lutz faz projetos para modernizar os museus e transformá-los em instrumentos modernos de educação. A educadora-cientista segue para os Estados Unidos da América, no início da década de 1930, para usufruir o prêmio de viagem que lhe concedeu a *Carnegie Endowment for International Peace*, por intermédio da União Pan-Americana e da Associação Americana de Museus, especialmente designada pelo diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto, para estudar o papel educativo dos museus americanos.

Nos Estados Unidos, Bertha se encanta com o trabalho desenvolvido pelo arquiteto Youtz no *The Brooklyn Museum*. Dois aspectos chamaram-lhe a atenção: a nova concepção de museu – museu da vida – e as mudanças introduzidas pelo arquiteto para democratizar o acesso de todos os cidadãos à cultura e às artes. Particularmente, a cientista ficou encantada com o uso de instrumentos que permitiam aos visitantes interagir com atividades educativas desenvolvidas em salas ambientes.

A viagem proporciona a Bertha uma experiência enriquecedora. A cientista fica entusiasmada com tudo que vê e lê sobre museus.

No seu retorno ao Brasil dedica-se a escrever o livro *O Papel Educativo dos Museus Americanos*⁹, que não chega a publicar. No subcapítulo III, *O Museu e a Criança*, ela adverte: *make education fun* (faça da educação um prazer).

Há duas formas pelas quais os museus servem para a infância, uma formalizada que consiste em fornecer subsídios ao ensino e a instituição pública, a outra, mais recreativa, que ensina enquanto diverte.

É desse segundo método que trato aqui. Inventam os museus mil e um métodos de se dirigirem à população infantil. Entre os métodos mais recreativos que maiores êxito alcançam acham-se as horas e tardes para as crianças. Às vezes dão programas especiais para os filhos dos sócios, outras vezes programas recreativos aos sábados para qualquer criança. Em geral incluem pequenas palestras, projeções, cinemas, jogos ou então as confecções de modelos, desenhos e mesmo pequenas representações dramáticas e festas com programas musicais.

Gradualmente vão se formando grupos de crianças que se agenciam em clubes, com fins determinados, segundo o que mais interessa seus membros. Alguns se dedicam a estudar os índios americanos, outros fazem modelos de aeroplanos, organizam coleções de selos ou procuram conhecer todos os pássaros que aparecem naquela região. Grande número de museus possui salas especiais para as crianças com docentes que as orientem deixando-lhes bastante autonomia para que não tenham impressão de disciplina escolar. (...) Quando esse tipo de atividade é levado até seu desenvolvimento lógico transformam-se em museus infantis.

As palestras com projeções, cinemas, agradam extraordinariamente, principalmente o último. Existem várias séries de fitas, entre as quais sobressaem as *Chronicles of America*, série organizada pela Universidade de Yale, com grande aperfeiçoamento técnico que tem grande aceitação, apresentando, contudo, o inconveniente de muito dispendiosa sua aquisição. (...) Um dos métodos mais apreciados é

⁹ Em 1933, Bertha apresentou o relatório de sua viagem, com ilustrações e fotografias, ao diretor do museu, dr. Roquette-Pinto. Apesar dos esforços empreendidos pela autora no sentido de tornar esse trabalho conhecido do público, o museu não se interessou em publicá-lo, naquela ocasião. Bertha transformou o relatório em livro, com 198 páginas, 57 fotos, e 43 impressos anexos. Os originais do livro encontram-se sob a guarda do Museu Nacional. BL. 0. MUS 22/3; BL.0.MUS. 22/2, que deveria publicá-lo em 2008.

constituído pela organização de jogos, cujo valor reside no prazer que desperta nas crianças a participação nos mesmos. Há vários tipos: “game card”, no Museu de Buffalo; os puzzles, no Museu Infantil do Brooklin; os modelos animados, como “A pedra que explode”, do Museu Comercial de Philadelphia, e o Museu de Reading, onde as crianças moem trigo e fazem outros experimentos semelhantes. (...) O *nature-room* do Museu de Treton, dedicado às crianças, está cheio de pequenos que achatam os narizinhos contra as paredes viveiros de cobras, rãs e pescam nozes dos bolsos para dar aos esquilos. (...) O Museu Americano de História Natural organiza anualmente exposições denominadas “Feiras para crianças” às quais elas concorrem individualmente ou em grupos e classes. São dados prêmios em consideração aos seguintes fatores: orientação científica, material empregado, rótulos, número de idade dos colaboradores e organizadores. Os assuntos são variados, exemplo: 1 - as pererecas e sua proteção pela cor (projeto de biologia animal); 2 - o rato das florestas; 3 - as adaptações das sementes para facilitar sua disseminação. (...) O primeiro passo na sistematização do trabalho com as crianças consiste em dar-lhe uma sala própria. É o que fazem os museus na Philadelphia. O Museu de Newark, sendo pequeno, separou uma das suas diferentes sob esse nome, “Junior Museum”, nele colocando mostruários permanentes, a outros de material transitório. Depois dinamizam esses elementos estáticos, tornando-os sugestivos pelos seguintes caracteres: seleção de material permanente, de modo a chamar atenção (Lutz, 1933, inédito).

Cabe salientar que, desde o momento em que chegam ao Brasil, provenientes da Suíça, os Lutz se destacaram no cenário educacional do Rio de Janeiro e de São Paulo. No Rio de Janeiro, a avó e as tias de Bertha fundam a Collegio Suisso-Brazileiro, instituição preocupada com a educação da mulher. Em São Paulo, a mãe de Bertha cria, na Ordem de São Bento, duas escolas; uma noturna, destinada à educação de meninos e moços pobres e analfabetos, e outra diurna, para vendedores de jornais. Bertha participa das atividades educativas desenvolvidas por sua mãe nesses ambientes, alfabetizando e ensinando música. Muito cedo, pois, as atividades educativas estiveram presentes em seu universo familiar e social.

A obra de Bertha Lutz não reflete apenas seu tempo, mas abre um mundo que ela transporta em si mesma. A ordenação desse ensaio biográfico obedece ao conjunto das combinações dos diversos materiais¹⁰ que servem para criar a realidade visual dos cenários do seu curso de vida: em cenas familiares, uma menina no berço da ciência; os anos de formação: música, literatura, filosofia e ciências; cenários da vida profissional: o exercício das funções públicas; a militância política e comemorações. Bertha Lutz atuou em múltiplas direções, despendendo energia vibrante, plástica e fina como *uma lâmina de Mudarra* (Casudo, 1928) nos campos científico, literário, político e da educação, a partir de 1919. Seu círculo social envolvia cientistas, políticos, intelectuais, senhoras da alta sociedade paulistana e carioca, diplomatas, jornalistas correspondentes, operárias, comerciários. Particularmente, vale sublinhar sua relação com líderes feministas da Europa, América, Ásia e África, com o presidente Getúlio Vargas e sua esposa, com o governador Juvenal Lamartine e, ainda, sua amizade com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan.

¹⁰ Para fazer esse ensaio biográfico contei com a colaboração do Arquivo Nacional e do Museu Nacional (UFRJ). Sou muito grata à equipe de Documentos Privados da Coordenação de Documentos Escritos (Codes) do Arquivo Nacional, Beatriz Moreira Monteiro, Mariza Ferreira Santa'ana, Ana Lúcia Jatahy Messeder, Carolina de Oliveira, Aline Camargo Torres, Rodrigo Cavaliere Mourelle, Leonardo da Silva Fontes e à equipe da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (Codac), Wanda Ribeiro, Sérgio Miranda de Lima, Maria Lúcia Cerutti Miguel, Bruna de Andrade Silva; meu reconhecimento à equipe da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear-UFRJ), que tem a guarda do Fundo Bertha Lutz, especialmente às professoras Maria José Veloso da Costa Santos, Sílvia de Moura Estevão e aos bolsistas João Gabriel da Silva Ascenso e Paulo Roberto Gonçalves.



DA CIÊNCIA À POLÍTICA: CENÁRIOS DO CURSO DE VIDA DE BERTHA LUTZ

Os anos de formação: música, literatura, ciências

Bertha Lutz viveu sua infância e adolescência na capital paulista, onde começou a aprender os mistérios da ciência, com seu pai, e as letras e a formação do gosto musical, com sua mãe. Fez o curso primário no Externato Madame Ivancko, situado no Largo da Liberdade, 21. Nesse externato, Bertha cursou com distinção o seguinte programa: alemão, inglês, francês, português, literatura, geografia, cosmografia, cartografia, aritmética, geometria, desenho, ciências físicas e naturais, história universal, trabalhos manuais, economia doméstica, solfejo, ginástica e dança. No certificado de conclusão do curso primário, madame Marguerite Ivancko fez constar a seguinte declaração: “*Je déclare aussi que mademoiselle Lutz s’est toujours distinguée entre mes meilleures élèves, tant par son intelligence que par sa conduite exemplaire*”¹¹.

Uma estudante brasileira em Paris

O projeto para a formação profissional de Bertha parece ter sido traçado por seu pai. Adolpho Lutz não escondia de ninguém o julgamento que fazia das escolas brasileiras de ensino superior, cujo desempenho considerava inferior ao das escolas europeias. Assim, decidiu encaminhar a filha para prosseguir seus estudos secundários em Paris. Conhecendo bem a desenvoltura intelectual

¹¹ “Declaro, também, que a senhorita Lutz sempre se distinguiu entre meus melhores alunos, tanto por sua inteligência quanto por sua conduta exemplar.”

da filha, orientou-a no sentido de concluir o curso secundário na capital francesa, em vez de Londres ou Berna, muito provavelmente porque desejava torná-la sua assistente, e Paris era, então, o centro mais adiantado no campo circunscrito das ciências naturais.

Um ano depois de sua chegada a Paris, Bertha manifesta em carta ao seu tio Gustavo Lutz o desejo de voltar para o Brasil. Em resposta, Gustavo Lutz lhe escreveu:

I am thinking about staying all together in Santos, but there are no nice families here, where you can live. Of course, then are plenty of rooms to be let, furnished or unfurnished; but the attendances is mostly very bad and extre charged¹².

Na capital da França, Bertha estuda música na Schola Cantorum, situada na Rue St. Jacques, 269, e faz o secundário no tradicional Cours Bouchut. Obtém o Baccalauréat ès Sciences-Langue Externas¹³ do Cours Secondaire du XI Arrondissement à Paris, Département de Seine, que lhe permitiu ingressar na seleta Faculté des Sciences da Universidade de Paris.

O caderno da aluna Bertha Lutz registra a avaliação dos professores sobre seu desempenho escolar: espírito curioso, atento e penetrante (filosofia); o professor de ciências físicas anotou: muito boa aluna, que compreende muito bem seu curso. Ela sabe; Muito boa aluna, particularmente dotada para a história natural, escreveu o professor de ciências naturais. O chefe do estabelecimento ajuíza o conceito final: bem dotada, realmente interessante, pois ela tem trabalhado muito e de uma maneira inteligente. Bertha ingressa na Faculté des Sciences da Universidade de Paris.

¹² “Eu estou pensando sobre ficarmos todos juntos em Santos, mas não há famílias legais aqui, onde você pode viver. Claro, então há vários quartos para serem ocupados, mobiliados ou não mobiliados, mas o atendimento é muito ruim e caro.” Museu Nacional. Fundo Bertha Lutz. BR. MN BL Ø. FEM/10.

¹³ O sistema de ensino francês opera com diferentes tipos e opções de Baccalauréat (Bac): literatura, ciências econômicas e sociais, matemáticas, física-química e, nos dias atuais, conta com numerosos Bacs profissionais. Bertha foi laureada com o Bac em Ciências, um dos mais difíceis de ser obtido, principalmente por mulheres, público que ainda hoje é, na França, minoria no campo científico e maioria no literário.

Nessa universidade matricula-se no curso de botânica ministrado por Bonnier et Matruchot, faz o curso de zoologia e evolução dos seres organizados, sob a direção de Caullery et Rabot e estuda química biológica com o cientista Gabriel Bertrand, chefe do Laboratório de Química Biológica do Instituto Pasteur, especialista em pesquisas sobre propriedades químicas de plantas como o café e o mate. Bertha dedica-se, igualmente, aos estudos de filosofia e literatura. Os cadernos escolares de Bertha revelam uma estudante aplicada que faz observações inteligentes e interrogações irônicas sobre aquilo que estava sendo lido ou aprendido.

Não obstante, julga que, se estivesse no Brasil, aprenderia muito mais com o pai. Em 30 de janeiro de 1916, afirma em carta ao pai sua convicção (...) *de que aprenderia muito mais com você, na prática do que na Sorbonne*. Nessa correspondência, Bertha exprime suas preocupações com o fato de o pai estar sozinho, sem a família, no Rio de Janeiro. Por isso, apresenta como argumento a conveniência de auxiliá-lo, naquele momento, “*como parte prática de minha aprendizagem, sabendo que sempre terei a chance de estudar pelos livros. Um diploma não é absolutamente necessário*”. (Lutz, Bertha, apud Benchimol, et alii, 2003, pp. 205-206).

Os estudos literários exercem fascínio em Bertha, que pensa tornar-se escritora. Leitora de George Sand¹⁴, Bertha deixa em um dos seus cadernos de anotações a tradução do francês para o português do livro, *Les Sept Cordes de la Lyre (As Sete Cordas da Lyra)*, de George Sand. É interessante observar que também Bertha, nessa ocasião, assina seu trabalho de tradutora¹⁵ com um nome masculino, Mário da Silva Lutz. Em outra carta dirigida ao pai, em 31 de junho de 1916, afirma que tem dúvidas sobre sua carreira científica:

¹⁴ Pseudônimo da escritora Amandina Lucie Aurore Dupin.

¹⁵ Embora tenha iniciado o trabalho de tradução do livro, Bertha não o concluiu e também não o publicou. O caderno com a tradução encontra-se no Fundo Bertha Lutz do Museu Nacional. Nesse acervo, há vários cadernos de anotações de estudos realizados por Bertha: música, solfejo, sociologia, teosofia, Idade Média, arte, ciência, religião.

não sinto nenhum entusiasmo por uma carreira científica. Não ligo para os trabalhos muito delicados e difíceis, e a única coisa que me atrai é a botânica, e, ainda assim, mais a parte sistemática do que o resto. Temo que seja a lógica da ciência que exerça maior fascínio sobre mim (Lutz, Bertha, apud Benchimol, et alii, 2003, pp. 205-206).

Em um dos seus cadernos rascunhou uma carta para seu professor de filosofia na qual expressou a renúncia aos estudos de literatura e filosofia em favor da História Natural, argumentando ter que ajudar seu pai.

É provável que o argumento de autoridade de Adolpho tenha prevalecido¹⁶, visto que Bertha permanece em Paris até concluir seus estudos, em 1918¹⁷.

Nesse mesmo ano em que obtém o diploma¹⁸ de *Licenciée en Sciences, pela Faculté des Sciences* da Universidade de Paris, Bertha retorna ao Brasil e dá início a sua carreira profissional como tradutora e encarregada do museu de zoologia do Instituto Oswaldo Cruz.

Cenários da vida profissional

O Instituto Oswaldo Cruz é o primeiro cenário da trajetória profissional de Bertha Lutz. Em primeiro de setembro de 1918, Bertha começa a trabalhar nesse instituto, oficialmente como tradutora e, sob a autoridade paterna, na qualidade de sua assistente de pesquisa. Além disso, continua exercitando seus talentos literários, escrevendo poemas. Outra preocupação assume particular interesse em Bertha, o feminismo. *A outra Bertha Lutz*¹⁹ dá-se a conhecer ao grande público, preconizando a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher.

Desde a segunda metade do ano de 1918, o interesse pelo feminismo ocupa a correspondência de Bertha com os amigos

¹⁶ Adolpho Lutz sabia do valor atribuído pelas autoridades brasileiras ao diploma, necessário ao exercício da carreira de cientista.

¹⁷ Certificados de estudos superiores. Faculdade de Ciências de Paris.

¹⁸ República Francesa. Diploma de licenciada em Ciências. Bertha Maria Júlia Lutz.

¹⁹ Título da crônica escrita por Câmara Cascudo em 1928.

européus. Em setembro desse ano, ela pede a J. Pottner informações sobre a vida das ativistas feministas na Inglaterra. Escreve a uma amiga informando sobre as atividades que desenvolvia no Brasil. Escreve artigos, faz conferências, preocupa-se com questões sociais. Os amigos lhe respondem:

(...) Em sua última carta você me diz que se ocupa do feminismo, que escreve artigos, faz conferências. Sem dúvida, isto a absorve completamente. As questões sociais são bem interessantes²⁰. (*assinatura ilegível. AN. Cx 10, pac 1. DOS 3*)

Um dos correspondentes mais ativos de Bertha foi seu colega Georges Simomis, admirador dos seus talentos musicais. Em maio de 1919, ele escreveu:

estou muito feliz em saber que no seu retorno ao Brasil você está contente e que suas ocupações são as mais interessantes. Por que você não me envia seus artigos? Isto me daria grande prazer e creio que poderei compreender bem o sentido embora não conheça o português. E a música, você ainda se ocupa da música?²¹

As questões sociais são objeto de preocupações de Bertha, que não se descuida, porém, de outros interesses. A aplicada ex-aluna da *Schola Cantorum* de Paris dedica-se também à música e à literatura. Encorajada pelo amigo Georges Simomis, faz chegar a ele o manuscrito *Pitágoras*, composição em versos que ela desejava musicar. Em carta dirigida a Bertha, Simomis²² faz apreciação sobre o talento poético de Bertha, expressa seus agradecimentos e diz sentir-se muito honrado com o pedido da amiga para musicar o poema.

²⁰ *Dans votre dernière lettre vous me dites que vous occupez de féministe, que vous écrivez des articles, faites des conférences. C'est sans doute tout cela qui vous absorbe. Les questions sociales sont bien intéressantes.*

²¹ (...) *Je suis très heureux de savoir que vous êtes contente de votre retour au Brésil et que vos occupations sont les plus intéressantes – Pourquoi vous ne m'envoyer pas vos articles, cela me fera grande plaisir car je crois que je trouverai bien le sens de vos écriture, malgré que je ne connais pas le Portugais. Et la musique, vous vous en occupez encore en y eu?*

²² Arquivo Nacional. Documentos Privados da Coordenação de Documentos Escritos (Codes). Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. AP. Cx. 10, pct 1, Dos 3-53.

Em 30 de junho do mesmo ano, Simomis comunica-lhe que o poema tinha sido muito apreciado por sua professora que o considerou bem construído. Todavia, uma dificuldade impedia a adaptação do poema às exigências de um verdadeiro teatro: a ambientação (cenário e vestimentas) da filosofia de *Pitágoras*.

A partir de 1919, Bertha vai marcar posições nos campos científico, literário e político. No campo científico, prepara-se para o concurso público para preenchimento do cargo de secretário do Museu Nacional, ao qual concorre com outros candidatos do sexo masculino. Única mulher inscrita no concurso, Bertha enfrenta a concorrência de dez outros candidatos do sexo masculino e as forças que se opõem ao ingresso da mulher no serviço público.

O concurso para secretário do Museu Nacional foi marcado por controvérsias e debates que são acompanhados pelos jornais, desde o momento da publicação do edital no *Diário Oficial* até o instante em que a congregação do museu dá a conhecer os resultados.

As normas para a realização do concurso estabelecidas no edital são criticadas por pretendentes a candidatos e matérias publicadas em jornais denunciam que as regras estabelecidas favorecem ao funcionário que exercia interinamente o cargo de secretário do museu e era parente do ex-Presidente da República Venceslau Braz, cujo mandato havia terminado no ano anterior. O concurso foi temporariamente suspenso pelo recém-empossado ministro da Agricultura, Simões Lopes, mas, em julho de 1919, realiza-se a primeira prova. Os resultados do concurso são divergentes. A banca examinadora publica os resultados, conferindo a Austriquiniano do Amaral Mourão dos Santos o primeiro lugar e o segundo lugar a Bertha Maria Júlia Lutz. Ao examinar o resultado do concurso, porém, a congregação do museu inverte a classificação, conferindo a Bertha Lutz o primeiro lugar e o segundo a Austriquiniano do Amaral Mourão dos Santos. A polêmica foi objeto de matérias na imprensa, que não poupou críticas ao diretor do museu, dr.

Bruno Lobo²³, e o jornal *A Tribuna* tece críticas maliciosas sobre a competência das mulheres para exercerem cargos públicos, atribuindo o resultado conferido a Bertha Lutz como recomendação de amáveis cavalheiros ao sexo feminino²⁴.

Em 3 de setembro de 1919 Bertha Maria Júlia Lutz toma posse no cargo de secretária do Museu Nacional²⁵, cargo que exerce até janeiro de 1936. Foi a segunda mulher²⁶ admitida por concurso e nomeada para cargo federal efetivo por decreto presidencial (decreto assinado pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, Simões Lopes, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio). Bertha registra esse fato como uma vitória do movimento feminista. Segundo ela, sua nomeação abriu caminhos para outras mulheres, uma vez que tinham sido derrubados os obstáculos com que a sociedade dificultava o acesso da mulher ao exercício de atividades públicas. Mas o caminho a percorrer era árduo e exigia que as mulheres se organizassem para lutar pelos seus direitos civis, políticos econômicos e sociais.

A outra Bertha

No campo político, cria um novo cenário de trabalho: a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Nesse trabalho, exercita suas habilidades políticas no manejo da pena de escritora por meio de crônicas em jornais e revistas do Rio de Janeiro. A primeira

²³ Bruno Álvares da Silva Lobo foi diretor do Museu Nacional de 1915 a 1923. Foi substituído por Arthur Neiva em 1923, que exerceu a direção até 1926. Em 1926, o professor Edgar Roquette-Pinto assume interinamente a direção e em 1927 foi confirmado no cargo, nele permanecendo até 1935.

²⁴ Cf. Benchimol, J. L.; Sá, Magali et alii, 2003, p. 207. Os autores fazem menção a uma carta endereçada à banca examinadora por um dos candidatos, Ruy de Gouveia Nobre, na qual oficializava sua desistência do concurso em razão do “desusado brilho com que dra. Bertha Maria Lutz afirmara-se futura servidora de um cargo inacessível para mim”.

²⁵ Neste mesmo ano, Bertha ocupa-se da organização dos índices por títulos e autores dos artigos publicados pelo periódico do museu, a revista *Archivos do Museu Nacional*. Seu trabalho foi publicado no volume comemorativo do centenário do Museu Nacional.

²⁶ A primeira mulher a ingressar no serviço público, por nomeação, após concurso público, foi a senhorita Rebello Mendes, no Ministério do Exterior, em 1918.

delas, em 1918, sob o título *Somos todos filhos de tais mulheres* foi publicada na *Revista da Semana*, em resposta a um jornalista que havia escrito sobre a impossibilidade dos progressos femininos alcançados nos Estados Unidos e na Inglaterra influenciarem a vida das mulheres brasileiras.

Um dos assuntos objeto de suas preocupações era a educação da mulher. Em março de 1919, Bertha escreve o artigo “Educação, Associação, Organização”. Para ela, essa trilogia representa:

os marcos que indicam o caminho de um futuro mais rico, mais fecundo e mais feliz. Se por eles seguirmos, poderemos realizar as aspirações da mulher moderna, que, tornando-se mais útil, quer ser digna de melhor porvir. A educação, deixando de ser mera acumulação de conhecimentos, muitas vezes limitados às artes “d’agrément”, deve tornar-nos úteis, ensinar-nos a cumprir nossos deveres de modo eficaz, dar-nos meios de subsistência, para não sermos obrigadas a uma dependência humilhante. Deve reprimir o exagero do sentimento, canalizando-o para o bem, disciplinar a vontade e educar o pensamento. “L’union fait la force”, diz a divisa belga; poderia também dizer: traz a paz e torna possível a civilização. Enquanto as nações estiverem divididas, haverá guerra, quando se unirem, virá o reino da paz. Enquanto a mulher estiver só, será sempre o ser frágil que flutua à mercê das circunstâncias. Quando se unirem, elas tornar-se-ão uma grande força. Por isso, devem ser fundadas associações de classe, que “Rio-Femina” já advogou, constituindo no seu conjunto uma grande associação de mulheres brasileiras, destinada a proteger seus interesses e tornar sua vida mais feliz. Se esta se amalgamar a uma associação internacional, poderá colaborar na civilização. Ao lado da educação e da associação deve surgir a vara mágica da organização, a qual, se não faz todo o nosso trabalho enquanto nos consagramos ao repouso ou à preguiça, ao menos o reduz ao mínimo. Aplicada à vida material, facilitará o trabalho de cada mulher e permitir-lhe-á uma vida mais agradável. Mas, aplicada à assistência da mulher e da criança, então fará surgir sem dificuldade todas as instituições que ainda faltam em nossa capital, fornecendo vasto terreno à atividade da mulher cujos meios não a obriguem a trabalhar. Cultivando-o, terá ela, ao mesmo tempo, a satisfação de ver-se útil, e tornar felizes muitas vidas tristes e de concorrer prodigiosamente para o progresso

de seu país. Pois não se diz que a mulher é feliz, pela felicidade que dá? (*Rio Jornal*, 27/3/1919)

Durante abril de 1919, ela explica aos leitores “Em que consiste o feminismo”. Em primeiro lugar, o feminismo é uma reforma social.

Como tal, obedece às leis que regem todas as renovações, imprimindo-lhes dois aspectos: um de análise que destrói o que existe, reduzindo-o a seus elementos, outro de síntese que, com os mesmos elementos ou com outros, tenta uma nova construção. A feição da reforma varia com a importância relativa que é dada a esses dois aspectos. Quando o período analítico predomina, a ação se torna brusca, caótica, assumindo características de uma verdadeira revolução. Quando prevalece a síntese, a transição é plena e contínua, equivalendo a uma simples evolução. (*Rio Jornal* 24/4/1919)

Em segundo lugar, o feminismo constitui-se uma luta das mulheres por direitos iguais, à educação, ao trabalho digno e bem remunerado. Essa luta, porém, não deve ser feita de forma violenta e demolidora, contrariando o caráter que a líder inglesa Mrs. Pankhurst e as suas “suffragettes” imprimem a essa luta. Partidária da teoria que admite a transformação progressiva das espécies, Bertha Lutz afirma que o feminismo triunfará,

mas, seu triunfo não será devido às militantes que procuram alcançá-lo pela violência; será antes a recompensa das que se tornaram esforçadas pioneiras nas artes e nas ciências; das que se dedicam ao trabalho intelectual ou manual; das que para ele se preparam; das que pela educação que dão às suas filhas lhe sugerem as mais nobres aspirações, que pela reverência que inspiram aos seus filhos lhes ensinam a venerar a mulher, finalmente das que com seu amor esclarecido, abrem ao homem novos horizontes, cheios de harmonia e de luz (...) a luta das mulheres deve ser a de garantir direitos iguais, em primeiro lugar, à instrução e ao trabalho, para o qual deve dispor dos mesmos meios e pelo qual deve receber a mesma remuneração. Além desses direitos, tem a mulher outros, quais sejam: o de garantir e proteger seus interesses civis e o de dar sua opinião em questões públicas, de modo especial, nas que mais de perto possam atingir seu bem-estar e o das crianças (*Lutz*, “Em que consiste o Feminismo”, *Rio Jornal* 24/4/1919).

Na sequência, escreve “*O Que é necessário fazer*”, para *O Jornal*, na qual examina as possibilidades para explorar as condições favoráveis ao movimento de emancipação política da mulher.

As mulheres vivem dispersas. É necessário associá-las. Divididas, são fraqueza. Juntas, serão uma força. Algumas vezes, no Rio, se tem experimentado organizar associações femininas. Essas tentativas não têm tido nenhum êxito. Por quê? Porque se fizeram em meios sociais onde a mulher não tem interesse em associar-se. São mulheres que trabalham, as mulheres que vivem do seu próprio esforço, as mulheres que precisam rodear-se de garantias e amparos na luta pela vida, que compete dar o primeiro passo na vida associativa. As quatro classes de mulheres que desde já podem organizar-se, criando e mantendo associações fortes e benéficas, são: as professoras, as datilógrafas, as taquígrafas, as caixeiras, “vendedoras”, as costureiras, as operárias. As principais vantagens dessas associações seriam a defesa coletiva de interesses, a assistência à maternidade, à enfermidade e à invalidez, a difusão da instrução. Por que nada disso existe? Por falta de iniciativa. Por inconsciente egoísmo das mulheres cultas e ricas, que ainda não pensaram em tornar mais fácil a vida de suas irmãs pobres (*O Jornal*, 6-2-1919).

São mulheres cultas e ricas que Bertha consegue reunir para fundar a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher: Isabel Imbassahy Chermont, Stella Guerra Duval, Júlia Lopes de Almeida, Jerônima Mesquita, Valentina Biosca, Esther Salgado Monteiro, Corina Barreiros.

Em 1919, foi especialmente designada para representar o governo brasileiro, ao lado de Olga de Paiva Moura, no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁷. Bertha Lutz vê aprovados não somente os princípios de salário igual para ambos os sexos, mas também a inclusão da mulher no serviço de proteção aos trabalhadores (Schumacher, Shuma e Vital Brasil, *É. Orgs.*, 2000, p. 106). Nesse mesmo ano, promove várias reuniões com o grupo de mulheres que participam da Liga para a Emancipação Intelectual da

²⁷ Bertha Lutz foi membro da Comissão de Peritas sobre Trabalho Feminino do Bureau Internacional do Trabalho.

Mulher e elabora um documento para subsidiar o parecer do senador Justo Chermont, favorável ao voto feminino.

Os direitos da mulher – civis, políticos e sociais – eram um tema que alcançava cada vez mais o interesse de juristas, congressistas e do público leitor, que acompanhava atentamente o debate que se trava-va no Congresso Nacional, através da imprensa. O assunto já tinha sido objeto do parecer elaborado por Rui Barbosa, em 1917, no qual afirmava a constitucionalidade do ingresso da mulher no servi-ço público. Dois anos depois, a Comissão de Constituição do Sena-do Federal aprova o projeto do senador Justo Chermont que esten-de *às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis n° 3 139, de 2 de agosto de 1916, e n° 3 208, de 27 de dezembro de 1916, revogada legislação em contrário* (Projeto do Senado n° 102, 17/12/1919).

Na Câmara dos Deputados, coube ao deputado Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, apresentar e defender o projeto de lei favorável ao exercício do direito de voto da mulher. A Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados aprova o pedido de destaque ao dispositivo que concede à mulher o direito de voto, apresentado pelo deputado Juvenal Lamartine, relator do projeto. Encaminhado à Comissão de Justiça, os membros dessa Comissão, em sua maioria contrários à concessão dos direitos po-líticos da mulher, protelam a decisão. (cf. Soihet, 1974; Lobo, 2002) Bertha acompanha dia a dia as discussões efetuadas na Comissão de Justiça da Câmara²⁸. Esses encontros acabam por permitir o estreitamento entre Bertha e o Poder Legislativo e fazem brotar uma amizade especial com o deputado Juvenal Lamartine²⁹.

²⁸ A presença frequente de Bertha Lutz no Congresso Nacional para assistir aos debates torna visível a presença da mulher no espaço público e na política, como ouvinte atenta aos discursos dos parlamentares.

²⁹ Quando governador, em 1928, Juvenal Lamartine foi homenageado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

*Razão e sensibilidade*³⁰: a cientista poeta

Embora não consagre à poesia o tempo que gostaria, o talento poético de Bertha se manifesta em várias oportunidades, desde o tempo de estudante em Paris. O entusiasmo criador é recorrente em sua vida e se revela em versos, algumas vezes, em novelas e na contadora de histórias, em outras. Em meio às atividades científicas e políticas Bertha experimenta sentimentos ternos e ardentes por alguém que, aparentemente, não estava propenso a retribuir-lhe. Em um caderno³¹, compôs poemas em francês, outros, em português, para exprimir seu desejo de abdicar de sua *liberdade* em favor do *suave jugo* da *virilidade* do seu amado. Os títulos de seus poemas parecem indicar o tormento de um sentimento amoroso recém-nascido, não compartilhado e solitário.

Penitência

Em homenagem à tua virilidade,
dei-te a escolha;
Tu a fizeste negativa:
“que passássemos o dia todo sem nos ver”.
Para te mostrar quão suave era o teu jugo,
ofereci-te a minha liberdade;
Tu a desprezaste:
“que a consumisse toda em pensar e em sofrer.”

Abri todas as portas,
revelei todo o meu ser;
Tu achaste que não bastava ser passiva,
que não era suficiente obedecer.

³⁰ Título de um dos romances escrito pela escritora inglesa Jane Austen que considerei oportuno usar para ilustrar um dos retratos de Bertha Lutz.

³¹ Museu Nacional. Fundo Bertha Lutz. BR. MN BL Ø. DP. 6/4 (Penitência); BR MN BL. Ø. DP. 6/5 (Recém-nascido); BR MN BL. Ø. DP 6/6 (Solidão); BR MN BL. Ø. DP. 6/7 (Primordial). A primeira versão desses poemas foi escrita em inglês, quando Bertha era estudante em Paris, em 1917.

— | |
— | |

Não me queixo. O sofrimento
que me impuseste, vem de ti
não posso deixar de o querer.
A ausência com que me punes,
é meu castigo,
não posso deixar de o merecer.

(Rio, 7-III-20)

Solidão

Já há tanto não te vejo,
Que dos meus olhos, já extingui
o tempo a visão da tua imagem.
Nos meus ouvidos, já desfez em
silêncio o som de tua voz e,
dos meus lábios, apagou
insensível a impressão dos beijos
que lhes deste,
Deixando-me incomensuravelmente
triste, insondavelmente só.
Tu de mim não careces!
Tens lá fora outra vida, tens
teus filhos, tens um lar.
Não vives como eu vivo, de
recordações escassas, sonhos
irrealizados, saudades infinitas,
Incomensuravelmente triste,
insondavelmente só.

(Em 28-III-20)

Literatura e política: a espirituosa contadora de histórias e a aguerrida delegada feminista

O início de 1922 traz para a família Lutz preocupações com a saúde de Amy Lutz, vítima de uma septicemia, oriunda de uma picada de mosquito infectada. Amy ficou sob os cuidados de dr. Adolpho e do médico Jorge Gouveia, mas veio a falecer em março de 1922.

Em abril desse mesmo ano, Bertha segue para Baltimore, nos Estados Unidos, nomeada pelo governo brasileiro para representar o Brasil na 1ª Conferência Interamericana de Mulheres, com despesas pagas pela *National League of Women Voters*, e para estudar os principais estabelecimentos de ensino de trabalhos manuais e de economia doméstica. O roteiro para estudar esses estabelecimentos de ensino foi elaborado pelo próprio ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Simões Lopes, em ato designativo de 23/2/1922:

Comunico-vos, para os devidos fins, que resolvi incumbir-vos de visitar e estudar, tanto quanto permitir a permanência que fizerdes nos Estados Unidos da América, os principais estabelecimentos de ensino de trabalhos manuais e de economia doméstica, quer os privados de cada sexo, quer os filiados no regime de co-educação, tão generalizado na pedagogia norte-americana. A própria cidade de Baltimore, para onde vos dirigis oferecer-vos-á grandes oportunidades à execução da primeira parte dessa incumbência, desde as diversas hierarquias até o Instituto Politécnico.

Quanto à instrução teórica e prática de economia doméstica deparareis em quase toda a União americana modelos dos mais variados que vão do ensino elementar às faculdades de ciência doméstica incorporadas nos Institutos Pratt, Drexel, Amour, Lewis e outros.

As escolas primárias rurais, mormente as complementares (Rural School Consolidated) que, em breve, serão ensaiadas no Brasil, merecem por igual, vossa atenção e delas vos ocupareis, como dos demais estabelecimentos no relatório que deveis apresentar a este ministério³².

A Primeira Conferência Interamericana de Mulheres foi organizada por mrs. Carrie Chapman Catt, líder feminista americana que se tornaria grande amiga de Bertha. O sucesso da representante brasileira foi registrado pela imprensa de Baltimore com adjetivos como: encantadora, agradável, inteligente, espirituosa contadora de histórias. Bertha guardou recortes dos jornais que registraram sua presença

³² AN. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional. Seção Bertha Lutz. Subseção Atividades profissionais. Série Comissão Ministério da Agricultura. AP 46, Cx 11, pc 4.

nessa Primeira Conferência Interamericana de Mulheres³³. Os jornais mostram o retrato de uma jovem mulher, em trajes sociais femininos e cabelos curtos, pronunciando a conferência sobre *Womans work*, em um almoço no Mens City Club de Baltimore, em 28 de abril de 1922.

A conferência de Baltimore proporciona a Bertha estreitar laços de sociabilidade com expressivas figuras públicas³⁴ do campo científico e literário e, sobretudo, do círculo diplomático. Com o diretor da União Pan-Americana, dr. L. S. Rowe e com Roy Nash, mantém ativa correspondência. Solicitados pela amiga, Rowe e Nash se dispuseram a intermediar a publicação de um livro de Bertha³⁵ com os editores Harcourt, Brace and Company, Inc. Publishers, Alfred A. Knopf Inc Publishers e Thomas Seltzer, Inc. Editors, entre outros, sem, contudo, obter êxito.

³³ O interamericanismo foi idealizado por Simon Bolívar, em 1815, na Carta de Jamaica: “Eu desejo mais do que ninguém ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza, do que por sua liberdade e glória”. No Congresso do Panamá (1826), a Grande Assembleia Americana estabeleceu o plano das primeiras alianças para a “marcha de nossas relações com o universo”. Em 1890, celebra-se em Washington a I Conferência Internacional Americana, na qual é fundada a União Internacional das Repúblicas Americanas, tendo como sede o escritório comercial das mesmas Repúblicas. Em 1910, o escritório comercial toma o nome de União Pan-Americana, denominação que ainda conserva a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. No mesmo ano, inaugura-se em Washington o edifício sede da organização, a Casa das Américas. Celebram-se, a partir desse ano, sucessivas conferências interamericanas. A Comissão Interamericana de Mulheres é um organismo especializado Interamericano, com caráter permanente, cuja secretaria funciona adstrita a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos. Essa Comissão tem a função de: trabalhar pela extensão à mulher da América, dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais; estudar seus problemas e propor medidas para resolvê-los. Compõe-se de uma delegada de cada estado membro da Organização dos Estados Americanos, nomeada por seus respectivos governos. Bertha exerceu a vice-presidência da Comissão Interamericana no período de 1955-57. Não quis exercer a presidência porque teria de morar em Washington e ela não desejava residir fora do Brasil.

³⁴ Entre outros, dada a intensa troca de correspondência entre Bertha e eles, pode-se nomear: o professor Vernon Kellogg, presidente do National Research Council (1919-1931); dr. Walter Merriam, presidente da Carnegie Institution e presidente da Universidade de Washington; miss Macdermott, diretora do Boletim Oficial da União Pan-Americana e dr. L. S. Rowe, diretor da União Pan-Americana. No círculo diplomático, vale destacar a amizade de Bertha com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan, e do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sylvio Gurgel do Amaral.

³⁵ O livro de Bertha tinha o título *From a Moorish Terrace*. Os originais encontram-se no Arquivo Nacional, Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Thomas Seltzer agradece pelo privilégio de ler o manuscrito *From a Moorish Terrace* de Bertha Lutz. Embora tenha pensado muito cuidadosamente na questão de publicar esse trabalho afirma:

não vemos como proceder à sua publicação. É muito difícil introduzir um autor de fora dos Estados Unidos através da poesia ou de esboços. Um romance de dona Bertha Lutz – um campo em que ela é conhecida – economia ou questões femininas poderia ter êxito e, em seguida, uma vez conhecida como escritora aqui nesse país, um volume como o que você nos submeteu poderia ser comercializável³⁶.

A resposta de Harcourt, Brace and Company, também, é negativa:

lamentamos em dizer que decidimos por não publicá-lo. Isso não é um reflexo do mérito literário de seu livro, mas deverá indicar apenas que o livro não se enquadra nos planos para nossa lista no futuro imediato³⁷.

Em agosto de 1922, Bertha Lutz e as demais associadas da Liga do Distrito Federal reúnem-se para fundar a Sociedade Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)³⁸, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como presidente, Bertha Lutz, e vice-presidente, Stella de Carvalho Guerra Duval³⁹. A secretaria geral coube a Valentina Biosca e a segunda secretaria a Esther Salgado Monteiro.

³⁶ *My dear Mr. Nash: I want to thank you very much for the privilege of seeing the manuscript "From a Moorish Terrace" by Bertha Lutz. I have gone very carefully into the matter of publishing this work and although we find some very lovely things in the manuscript we do not see how we do not see how we can undertake its publication. It is very hard to introduce an author outside of the United States through poetry or sketches. A novel by Dona Bertha Lutz – a work in the field in which she is known – economics or the woman question, might have vogue, then once she is known as a whiter here in this country a volume such as you submitted to us might be marketable.*

³⁷ *Dear Mandan: We have given the manuscript that you were kind enough to send us careful attention and we regret to state that we have decided not to undertake its publication. This is not a reflection on the literary merit of your work, but should indicate merely that your book does not fit into the plans for our list in the immediate future. We trust that you will be successful elsewhere. Thanking you for your calling your work to our attention, we remain yours truly, Harrison Smith*

³⁸ A organização de um grupo de mulheres na defesa de interesses políticos comuns é um acontecimento pioneiro no Brasil.

³⁹ Fundadora da Sociedade Pró-Matre, no Rio de Janeiro.

A tesouraria ficou com Corina Barreiros e Júlia Lopes de Almeida foi eleita presidente de honra da federação. Ainda sem uma sede própria, as reuniões da federação realizavam-se nas residências das sócias. Na ordem do dia da primeira reunião constavam três itens: contribuição da Liga do Distrito Federal à federação; fórmulas para impressos e livros de secretaria; representação da federação no Congresso de Proteção à Infância e no Congresso de Ensino.

A presidente da federação move-se no sentido de acompanhar na Câmara dos Deputados os debates em torno do projeto que concede à mulher o direito de voto; além disso, participa do Congresso de Ensino Superior e Secundário. A presença de Bertha no Congresso de Ensino e na Câmara dos Deputados revestiu-se de autoridade, dada a importância das teses por ela defendidas e, sobretudo, pelo êxito alcançado no campo da ciência, setor em que transitava com absoluta desenvoltura⁴⁰.

No Congresso de Ensino Superior e Secundário, Bertha e Esther Ramalho apresentam em nome da federação a proposta de inclusão do sexo feminino no ensino secundário oficial e a criação de um internato oficial. Bertha defendia o regime misto para o Colégio Pedro II. O congresso aprovou a proposta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino de ensino secundário oficial para o sexo feminino. No Congresso de Agricultura foi aprovada a tese da FBPF, apresentada por Bertha Lutz, solicitando a criação de uma escola normal nacional de economia doméstica e um serviço de consulta à população rural.

Bertha não mede esforços para implantar o ensino doméstico agrícola e organizar cooperativas industriais regionais femininas, especialmente as rendas do Nordeste. Ela conhecia a experiência

⁴⁰ O valor simbólico do diploma em ciências naturais, uma área do conhecimento geralmente fechada às mulheres, conferido pela Universidade de Paris, assegura-lhe uma posição e um destaque social inalcançável para a maioria das pessoas do círculo social dominante.

da Bélgica em organizar em cooperativas a indústria de rendas e considerava ser necessário organizar no Brasil esse ramo da produção em base industrial; para isso, o primeiro passo era buscar a confiança das rendeiras.

Em 1924, o Ministério da Agricultura aprova uma subvenção à federação para o ensino doméstico agrícola e para desenvolver as indústrias regionais femininas. A federação discute meios de ação para esse ensino. A Escola Doméstica Agrícola deveria organizar um serviço de demonstradoras de economia doméstica a exemplo do que se fazia na Saúde Pública, ou então fixar conselheiras técnicas especializadas em conhecimentos gerais em diferentes pontos da zona rural e fazer propaganda ativa por meio de filmes. Deveria, ainda, procurar obter de diferentes casas importadoras americanas aparelhos para demonstrações práticas e treinar algum pessoal competente. No que se refere às indústrias femininas de rendas, propõe-se a realização de uma exposição e a instalação de postos de vendas de todo o material produzido pelas rendeiras em diferentes estados, de preferência a bordo de vapores americanos, ou no cais do porto.

Em reunião havida em 16 de outubro de 1922, com a presença de Ana de Castro Osório, presidente da Liga Feminina de Portugal, as sócias da federação comemoraram a aprovação, em primeira discussão, na Câmara dos Deputados, em 14 de outubro, do projeto concedendo o voto às mulheres, com parecer favorável do deputado Juvenal Lamartine. Nessa reunião, foram apresentadas novas sócias: Esther Ramalho, Evangelina Faria, Eunice Saldanha da Gama, Maria Antonieta Ramalho, Maria Elizabeth Lutz, Maria dos Reis Caruso.

Em 1923, Bertha Lutz foi designada delegada pelo Ministério das Relações Exteriores, para representar o Brasil na Conferência da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, realizada em Roma. Na qualidade de funcionária do Ministério da Agricultura⁴¹, ela

⁴¹ O Museu Nacional estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

desempenhou, em seguida, na Europa, incumbências que lhes foram dadas por esse Ministério da Agricultura.

Retornando de sua viagem a Europa, Bertha submete-se ao concurso para Lente Catedrático de Botânica da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, do Departamento do Ministério de Agricultura. Muito embora tenha alcançado a maior média entre os seis candidatos e tenha sido classificada em primeiro lugar pela banca examinadora, foi preterida pela congregação da escola, que escolheu o candidato Antonio Agesilau Bittencourt. O resultado do concurso foi contraditado por dois candidatos que requereram sua anulação. Bertha não quis assinar o requerimento de anulação do concurso por considerar que esse procedimento “causa antipatias”, preferindo outros caminhos. Assim sendo, procura um amigo do pai, Carlos Meyer, a quem envia três cartas⁴², para interceder em seu favor junto ao presidente Washington Luís.

Ilustre amigo de meu pai:

(...) peço-lhe para interceder, junto a dr. Washington Luís, pessoalmente, em favor de minha nomeação decorrente do concurso para Lente Catedrático de Botânica da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, departamento do Ministério de Agricultura.

(...) Este concurso, como outros aqui realizados, deu motivo a sérias contendas, havendo requerimento de anulação por parte de dois outros candidatos, abstendo-me eu de requerer a anulação, o que causa antipatia.

Bertha explica que, do ponto de vista técnico, ela se saiu em primeiro lugar. Do ponto de vista político, ela pede a intervenção de Meyer para ser nomeada interinamente. Em resposta, Meyer sugere que ela escreva ao dr. Paulo de Moraes Barros e envie-lhe o cartão com o endereço e timbre de Moraes Barros e Irmãos, Fazenda Pão d’Alho, Porto João Alfredo, município de Piracicaba. Bertha escreve, então, cartas para Paulo de Moraes Barros e toma o cuidado de anexar um exemplar de sua tese *Estudos sobre a*

⁴² Todas as cartas encontram-se no Fundo Bertha Lutz. Museu Nacional.

Biologia Floral da Mangifera Indica, apresentada ao Concurso de Lente Catedrático de Botânica. Em 7-11-1923 escreveu:

(...) Desejaria muito oferecer um exemplar também ao exmo. sr. dr. Washington Luís, o ilustre presidente do nosso Estado, ao qual tive a honra de ser apresentada por V. S. Não podendo fazê-lo pessoalmente, ficaria mui grata a V. S. caso quisesse bondosamente aceitar a incumbência de fazê-lo em meu nome.

Estando ainda em litígio o resultado final do concurso, conforme V. S. verificará facilmente, ficaria muito grata caso pudesse por intermédio de V. S. obter o apoio do dr. Washington Luís com o governo daqui.

Tenciono procurar amanhã o exmo. sr. dr. Carlos de Campos, ...de cuja bondade e espírito esclarecido ousou esperar auxílio na solução deste caso.

Passaram duas semanas até a chegada da resposta de dr. Paulo, em 22 de novembro de 1923: (...) *achando-me um tanto afastado da política, em vez de escrever a este, como me pede, prefiro fazê-lo diretamente ao dr. Calmon, mesmo porque terá a solicitação maior probabilidade de alcançar o destinatário antes da nomeação.*

Em resposta ao dr. Paulo de Moraes Barros, Bertha escreve: *Penhorada agradeço a honrosa resposta de V. S. e a gentileza para comigo com referência ao caso do concurso. Sinto-me mui reconhecida pela intervenção pessoal que esperava merecer e tenho certeza que será muito valiosa.*

Malgrado o empenho dos ilustres amigos paulistas, Bertha não logrou êxito. A Congregação da Escola Superior de Agricultura⁴³ preferiu nomear o agrônomo Antonio Agesilau Bittencourt.

Bertha conhecia bem a capacidade de simbolização própria da vida acadêmica, que era a base das interações sociais no Brasil, *do jeito brasileiro*, por assim dizer. Esse saber provinha de sua expe-

⁴³ A Congregação justificou sua escolha afirmando que o exercício do cargo era mais adequado a um agrônomo do que a um naturalista. A justificativa, porém, não procede, porque Bertha era formada em botânica, zoologia, biologia química e ciências naturais. O concurso não era para agronomia, mas para botânica.

riência na inspeção de ensino. Membro⁴⁴ componente da Banca Examinadora de Física, Química e História Natural dos Exames Preparatórios do Curso de Humanidades⁴⁵, Bertha recebeu uma inusitada carta de um dos candidatos, em 20 de setembro de 1923. Aluno do Colégio Brasil em Ouro Fino (MG), Marcos Coelho Neto Sobrinho, órfão de pai, mãe enferma, descreve sua odisseia para realizar *seu sonho jacobino para ser estudante de direito*. Para isso, pede que Bertha julgue com justiça seu desempenho nas quatro matérias do Exame: física e química, história natural, álgebra e geometria. *Se V. Exa. garantir-me o futuro, queira aceitar-me como seu escravo*.

Outros pedidos lhe chegam, através de cartas. Uma delas, redigida em francês, lhe traz lembranças de sua infância. Marguerita Ivankro, diretora do externato em que cursou o primário, remete-lhe exemplares de seu livro para fazer propaganda, com o objetivo de o volume ser adotado nos colégios⁴⁶.

Em 1924, junta-se ao grupo de intelectuais que sob a liderança de Heitor Lyra da Silva e José Augusto Bezerra de Medeiros funda a Associação Brasileira de Educação⁴⁷ (ABE), na cidade do Rio de Janeiro. A questão da educação brasileira era uma de suas preocupações, que Bertha Lutz compartilhava com o senador José

⁴⁴ Desde 1920, Bertha participava de bancas examinadoras de cursos secundários, tendo sido nomeada para esta função pelo barão Ramiz Galvão para examinar o Ginásio Masculino de Lorena. Foi a primeira mulher a participar como examinadora de cursos secundários no Brasil, abrindo essa atividade de inspeção de ensino à mulher.

⁴⁵ Trata-se de exame final de todas as disciplinas do curso secundário, exigido como preparatório para cursos superiores, realizado sob a direção do Colégio Pedro II.

⁴⁶ Cabia à diretoria de Instrução Pública recomendar (ou não) os livros a serem adotados pelas escolas. Muito provavelmente um parecer de Bertha sobre um livro didático seria bem aceito pelas autoridades educacionais.

⁴⁷ Sobre a participação de Bertha Lutz na ABE consultar Lôbo, Yolanda, 2002. Bertha Lutz, in Fávero, Maria de Lourdes Albuquerque e Britto, Jader de Medeiros, (2002) *Dicionário de Educadores no Brasil da Colônia aos dias Atuais*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/MEC-Inep-Comped, pp. 193-200.

Augusto, com suas amigas Armanda Álvaro Alberto e Branca de Almeida Fialho, com os professores Carlos Delgado de Carvalho, Mário Paulo de Brito, Vicente Licínio Cardoso, com o jurista Antonio Levi Carneiro e com o diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Carneiro Leão, fundadores da Associação Brasileira de Educação, em 16 de outubro de 1924.

A ideia de se criar uma sociedade de educação surgiu em 1924 num grupo de educadores que, hesitando entre fundar um partido político, com a finalidade de ensinar democracia ao povo, e uma sociedade de educação, com a finalidade de instruir o povo para exercer com dignidade o direito de voto, optou pela ideia de se criar uma associação de educação, tendo em vista que os partidos políticos, sendo entidades necessárias à vida política normal, lançam-se, por definição, à conquista imediata dos postos de governo, propõem-se a agir desde logo, procuram resultados imediatos. Uma sociedade de educação, ao contrário, não cogitaria dos postos de mando, mas da forma por que eles deveriam ser exercidos (*Lobo, 2002, p. 194*).

Os fenômenos políticos ocupam Bertha em 1924. Ela mobiliza ações para pressionar o Senado Federal sobre a nacionalidade da mulher casada. Em nome da federação, encaminhou à Comissão de Legislação de Constituição e Justiça um estudo de sua autoria sob o título: *A nacionalidade da mulher casada*⁴⁸, com sugestões para o projeto de lei sobre essa matéria, em discussão na pauta do Senado, em junho de 1924. Ao mesmo tempo, cria uma comissão de operários para entregar ao presidente da República um memorial assinado por 450 mulheres que representavam 6 mil operárias, solicitando representação feminina no Conselho de Trabalho. Colabora com a União de Empregados do Comércio para reduzir a jornada de trabalho de treze horas diárias para oito horas.

⁴⁸ Esse tema foi estudado e abordado por Bertha, do ponto de vista jurídico, em diferentes ocasiões, inclusive, em razão do concurso de livre-docente para a cadeira de direito internacional privado, da Faculdade de Direito de Niterói, ao qual concorreu, logo após concluir o curso de direito, em 1933, com a tese *A Nacionalidade da Mulher Casada* perante o direito Internacional Privado.

Em reunião da federação realizada na residência de Jerônima Mesquita⁴⁹, Bertha comunica às associadas, ações empreendidas por ela ao poder público federal –Legislativo e Executivo – e os trabalhos que escreveu sobre a nacionalidade da mulher casada, o ensino doméstico agrícola e sobre a mulher no Brasil contemporâneo⁵⁰. Bertha continuará escrevendo para os jornais artigos sobre a evolução da mulher no Brasil na década de 1930. Em um deles aborda a questão da igualdade entre homens e mulheres, estabelecida no Código Civil, e condena as discriminações impostas à mulher casada. A leitora de George Sand quer desenclausurar a mulher casada. Para ela, o casamento não necessita encerrar a mulher em clausura.

O Código Civil, votado em 1916, coloca a mulher solteira em condições de igualdade para com o homem. Quanto à mulher casada, existem ainda discriminações injustas principalmente no que se respeite ao exercício de uma profissão, para o que necessita a autorização marital que pode ser recusada ou cassada. Possui, porém, muitos outros direitos, como o direito de tutela.

A independência da mulher está se processando sobretudo do ponto de vista econômico. Em 1922, um milhão de mulheres trabalhavam no Brasil.

A 1ª mulher a ingressar no serviço público de nomeação, após concurso, foi a senhorita Rebello Mendes, no Ministério do Exterior, em 1918. A segunda, senhorita Bertha Lutz, em 1919, após concurso no Museu Nacional.

Nas profissões liberais: uma das primeiras foi a d. Myrthes de Campos, encarregada da jurisprudência da Corte de Apelação, na capital da República. As mulheres formadas pelas escolas superiores e faculdades fazem parte da União Universitária Feminina, filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida pela jovem engenheira civil srª. Carmem Veloso Portinho⁵¹.

⁴⁹ Vice-presidente da federação, com Laurinda Santos Lobo.

⁵⁰ O tema “A mulher no Brasil contemporâneo” foi abordado pela feminista em várias ocasiões em artigos para jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo: A mulher brasileira e sua evolução, publicado em *O ABC*, em 1-03-30, Rio de Janeiro; A situação atual da Mulher Brasileira, no jornal *A Esquerda*, 10-03-1930.

⁵¹ A situação atual da mulher brasileira. *A Esquerda*, 10-3-1930.

A *História das mulheres no ocidente, séculos XVI e XVII*, livro organizado por Duby, G. e Perrot, M. (1995) trata de uma exposição, no plano da longa duração, das formas sociais, jurídicas, políticas, religiosas e culturais que construíram modos de relações específicos entre homens e mulheres. Num dos capítulos, intitulado “A História do Voto das Mulheres”, Pierre Rosanvallon explica dois modelos de acesso à cidadania política para as mulheres: o modelo francês e o modelo anglo-saxônico. Na República Francesa somente os homens podem exercer o sufrágio universal. É conhecido o papel desempenhado pelos preconceitos, pelas circunstâncias e pelas representações sociais na exclusão política das mulheres, em 1789. Para o autor, a história da democracia francesa encerra um enigma, sob dois aspectos: a precocidade e o atraso ao mesmo tempo. Três fatores explicariam o “atraso” do sufrágio das mulheres: o peso cultural do catolicismo, os medos políticos dos republicanos, o bloqueio institucional do Senado. O universalismo à francesa constitui um obstáculo ao sufrágio feminino: a mulher continua a ser demasiadamente marcada pelas determinações do seu sexo. Não é vista como indivíduo social, sendo permanentemente remetida ao seu papel doméstico que a isola e a encerra numa relação com os homens que é de tipo natural.

O verdadeiro obstáculo ao sufrágio das mulheres na França residia na dificuldade em considerar a mulher como um indivíduo. O casamento não somente cria um ser humano novo, mas, ainda, um elo contratual entre dois indivíduos. De certo modo, a mulher perde qualquer coisa da sua individualidade nesse processo, assentando o pensamento e a vontade nos do esposo, que desempenha o papel de representar o casal. O voto da mulher é percebido como um perigo para a paz dos lares. Assim sendo, a liberdade política parece incompatível com o papel feminino. Pierre Rosanvallon considera que estaria aí a razão do atraso da emancipação política das mulheres na França, em comparação com sua emancipação civil e cultural.

Para Bertha Lutz, a mulher casada, no Brasil, não desfrutava os mesmos direitos usufruídos pelas solteiras. De certa forma, ao contrair matrimônio a mulher brasileira, como a francesa, perde sua individualidade, sua liberdade civil, ficando subjugada ao marido. Bertha trata a questão, do ponto de vista jurídico, e com muita cautela, pois tem plena consciência do poder da Igreja Católica no que se refere a essa questão.

Em reunião realizada em 22 de dezembro de 1924, as mulheres da federação recebem o deputado Juvenal Lamartine⁵², a quem transmitem votos de agradecimentos pelo muito que tem feito pela causa feminina no Brasil. O deputado comparece com regularidade às reuniões da federação, na segunda metade de 1920. Ele está presente na reunião realizada no salão nobre do Clube de Engenharia, em 15 de novembro de 1925, ocasião em que fala sobre *Os direitos políticos da mulher*. Na intelectualidade feminina, o destaque foi a apresentação das falas de Leonor Posada, Maria Sabina de Albuquerque, Laura Margarida de Queiroz e Henriqueta Lisboa.

No campo científico, Bertha conclui seu estudo de catalogação de árvores brasileiras (cerca de 960 espécies) e encaminha relatório ao ministro da Agricultura⁵³. No início de 1925, parte para o interior do Estado do Rio de Janeiro e Zona Resende Bocaina, em comissão científica do Instituto Oswaldo Cruz. Bertha estuda as plantas do ângulo científico: a botânica descritiva e a sistemática (morfologia, fisiologia, embriologia). O estudo da flora brasileira faz brotar novo campo de interesse para Bertha: os museus como instituições educativas. Nesse sentido, troca informações com Willian R. Maxon,

⁵² Bertha mantém ativa a correspondência com Juvenal Lamartine quando ele se desloca para o Rio Grande do Norte. Em 24 de janeiro de 1924 ele escreve-lhe informando sobre as alianças que fazia com políticos potiguares – cita nominalmente Georgino Avelino e Deoclécio Duarte – para formalizar sua chapa ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A correspondência com Juvenal Lamartine prossegue ativa e intensa até a morte do político em 1956.

⁵³ Ao chefe da seção de botânica, A.J. Sampaio, Bertha encaminhou a relação de árvores mais importantes do Horto Botânico, em 13-6-1924. No mesmo ano, envia para a filial do Instituto Oswaldo Cruz em Belo Horizonte cópia de sua tese.

do *Associate Curator Division of Plants Smithsonian Institution United States National Museum*, Washington D.C. e com C. R. Barnett, do United States Department of Agriculture, abordando o estudo das plantas.

Em março de 1925, Bertha Lutz vai a Washington D.C. para presidir à 1ª Assembleia da Associação Interamericana de Mulheres, realizada na sede da União Panamericana, nessa cidade. Passa a fazer parte, como membro efetivo, do *International Council* e, a partir de então, intensifica as relações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com a *International Association of Police Women*. No retorno ao Brasil, preocupa-se com a prisão de Anésia Pinheiro Machado, envolvida com os acontecimentos da Revolta de 1924.

Em 8 de agosto de 1925, as mulheres reúnem-se em sua casa, na Rua do Matoso, 161, para comemorar os três anos da federação e o encaminhamento do projeto sobre a nacionalidade da mulher casada a Câmara dos Deputados. Por intermédio do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan, Bertha recebe o convite para participar da comemoração do centenário da *American Philosophical Society*, em fevereiro de 1927. Em abril, o ministro da Justiça, Vianna Castelo, informa-lhe que o ministro da Agricultura autorizou sua ida aos Estados Unidos da América para participar desse congresso. No mesmo ano, Bertha envia cartas ao embaixador Morgan e ao diretor da *Pan American Union*, dr. L. S. Rowe, recomendando Maria de Lourdes Lamartine (filha de Juvenal Lamartine) para o programa *Latin-American Students*. Em 15 de fevereiro de 1927, o embaixador Morgan envia a seguinte carta⁵⁴ ao diretor da Pan American Union:

⁵⁴ Dr. L.S. Rowe. Diretor geral da União Pan-Americana. Senhor: Entendo que a senhorita Maria de Lourdes Lamartine, filha do Doutor Juvenal Lamartine, membro da Câmara dos Deputados pelo estado do Rio Grande do Norte, que em breve assumirá o governo desse estado, está bem preparada para ocupar uma das bolsas que estão disponíveis em algumas faculdades americanas para estudantes de origem latino-americana. A referida moça é peculiarmente bem preparada para ser aprovada, por exemplo, no Departamento de Economia doméstica do Colégio Agrícola do Estado de Iowa. Ela já se graduou na Escola Doméstica de Natal, seu estado nativo, da qual não é improvável que se torne diretora quando ela tiver completado pós-graduação no exterior. Eu recomendo essa jovem moça para uma bolsa de estudos no exterior. V. Morgan. AN. (Codes). Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. AP. Cx. 10, pct. 1, Dos 3-53.

Dr. L. S. Rowe

Director general The Pan American Union

Sir:

I understand that srta. Maria de Lourdes Lamartine, daughter of dr. Juvenal Lamartine, member of the House of Deputies for the State of Rio Grande do Norte, who will shortly assume the governorship of that State, is well prepared to occupy one of the student scholarships which is open in certain America colleges for students of Latin American origin. The said lady is peculiarly well prepared to avail herself of instruction in, for instance, the Home Economics Department of the Agricultural College of the State of Iowa. She has already graduated at the Escola Doméstica de Natal, in her native state, of which it is not unlikely that she may become the director when she has completed graduate studies abroad.

I recommend this young lady for a scholarship. V. Morgan

O apoio irrestrito do deputado Juvenal Lamartine à causa feminina é reconhecido pelas sócias da federação, que promovem vários eventos para homenagear o *desassombrado defensor do voto feminino*. Em reunião realizada em 3 de maio de 1928, a *presidente* [Bertha Lutz] fala sobre a próxima chegada do presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, propondo que se troquem ideias sobre o meio de preparar-lhe uma recepção. Lembra que talvez seja oportuno fazer qualquer coisa de novo “*entre nós*” de *mais público, que desperte mais atenção*⁵⁵.

Na Câmara dos Deputados, Juvenal Lamartine havia se tornado o porta-voz da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na defesa dos direitos políticos das mulheres. Senador, em 1927, Lamartine continuou defendendo o sufrágio feminino. Nesse mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte procede à elaboração da Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte, com a finalidade de adaptá-la à Reforma Constitucional do Estado de

⁵⁵ Cf. Ata da reunião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino de 3/5/1928. Arquivo Nacional. Documentos Privados da Coordenação de Documentos Escritos (Codes). Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Cx 12, pct 04, dossiê 04.

1926, e Lamartine solicita ao deputado estadual Aduino Câmara incluir nas disposições gerais (art. 77), dispositivo que facultava às mulheres o direito de voto: *No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por essa lei.* (Câmara, A. *Apud* Medeiros, 2003, p. 33). O Rio Grande do Norte torna-se, então, o primeiro estado brasileiro a reconhecer o direito de voto à mulher. Em 1º de janeiro de 1928, Lamartine renuncia ao mandato de senador da República, para assumir o governo do Rio Grande do Norte, com o compromisso de desenvolver um programa de inovações socioculturais.

A eleição de Juvenal Lamartine para a Presidência do Estado do Rio Grande do Norte abre largas perspectivas para o movimento feminista, por duas razões: os laços de amizade da presidente da federação com a família Lamartine e o apoio de expressivas senhoras da sociedade norte-riograndense aos direitos de cidadania da mulher (algumas delas, filiadas à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino). No Rio Grande do Norte, foi criada a Sociedade Eleitoral Feminina, primeira instituição do gênero fundada no Brasil, da qual fazia parte a primeira eleitora brasileira, Júlia Barbosa, a despeito da posição assumida por presidentes de outros Estados, manifestamente contrárias ao voto feminino.

Bertha ingressa na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e faz preparativos para visitar Natal. A viagem começa a ser planejada no início de 1928. Em fevereiro, ela preenche os documentos para obter a carteira de identidade e o título de eleitor. É seu pai quem assina o atestado de idoneidade exigido pelas autoridades brasileiras, de acordo com a Lei nº 12.193, de 1916⁵⁶. A carteira traz o número do Registro Civil, 112.812, e atesta, de acordo com o § 3º do artigo 5º do Regulamento conforme o Decreto nº 12.193, de 6

⁵⁶ Carteira de identidade para fins eleitorais e título de eleitor. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional. Antes de seguir viagem para o Rio Grande do Norte, Bertha providenciou seu título de eleitor.

de setembro de 1916, que a carteira de identidade pertence à cidadã brasileira Bertha Maria Júlia Lutz, cor branca, cabelos castanho claros, olhos castanho claros, incluindo, ainda, a observação: *A presente carteira valerá somente para fins eleitorais e não terá valor de folha corrida.* Distrito Federal, em 11 de fevereiro de 1928. A carteira foi emitida pelo Gabinete de Identificação e Estatística Criminal e está assinada pelo diretor dessa instituição. Duas fotos de tamanho três por quatro mostram Bertha de perfil e de frente, com cabelos curtíssimos. Sobre as fotos, o número de identificação – 112812.

É para o Rio Grande do Norte que a presidente da federação parte em *viagem de propaganda*, em 3 de julho de 1928, acompanhada de seu pai, o cientista Adolpho Lutz. Ambos, pai e filha, cumpririam tarefas de investigação científica e de política sanitária, nesse Estado. Em Natal, a líder feminista e seu pai são recebidos por uma caravana de mulheres e políticos. Sob o título “Natal hospeda hoje a ilustre *leader* do feminismo”, o jornal *A República* (8 de julho de 1928) informa seus eleitores da visita dos ilustres personagens.

Deverá chegar hoje a esta capital, acompanhada do seu progenitor, dr. Adolpho Lutz, em avião da Compagnie Generale Aero-postale, a senhorita Bertha Lutz, eminente diretora do movimento feminista no Brasil.

Estão esperadas expressivas homenagens à senhorita Bertha Lutz, não só pela Associação Eleitoral Feminina como também pelas diversas sociedades feministas desta capital.

No campo da aviação de Parnamirim, aguardará a chegada de tão ilustre visitante uma comissão da Associação Eleitoral, composta da professora Carolina Wanderley, presidente da associação, professoras Concita Câmara, Belém Câmara, senhoritas Antonia Fontoura, Adelina Leitão, Armanda Sylveira Martins, Amélia Fernandes, Francisca Sylvia de Mello, Abia Josuá e Letice Pegado.

A comitiva seguirá então para esta cidade, dirigindo-se à residência estadual da Praça Pedro Velho, onde se hospedarão a senhorita Bertha Lutz e seu digno progenitor.

Por essa ocasião, a professora Etelvina Hemerenciano saudará a senhorita Bertha Lutz em nome da mulher potiguar. A professora Letice Pegado dirá também entusiásticos versos de boas-vindas de autoria da excelsa poetisa patricia Carolina Wanderley.

Amanhã, noticiaremos pormenorizadamente as festas de recepção, assim como o baile que no próximo domingo, às 21 horas, será oferecido à senhorita Bertha Lutz nos salões do palácio pela Associação Eleitoral Feminina.

Uma comissão de senhoras da Cruzada Feminina irá também ao campo de Parnamirim apresentar à dra. Bertha Lutz, sua sócia honorária, seus votos de boas-vindas. (*A República*, 8-7-1928)

No dia seguinte, *A República* publica na primeira página “O Brillhante e judicioso discurso da senhorita Bertha Lutz”. Na presença das anfitriãs, as eleitoras natalenses, Bertha dirige seu discurso à mulher rio-grandense e à mulher brasileira.

Exmo. ar. presidente do Estado

Eleitoras norte-rio-grandenses

Minhas senhoras,

meus senhores

Desvanecida por mais esta prova extrema de bondade que vem-se acrescentar a todas aquelas com que me cumulam, desde o primeiro instante em que pisei o solo abençoado desta terra, generosa e liberal entre todas, faltam-me, simples filha da terra dos bandeirantes, enérgicos, mas incapazes dos rasgos de eloquência tão característicos dos filhos da terra do norte, faltam-me, repito, palavras condignas para expressar-vos a sinceridade do meu reconhecimento e a memória indelével destas horas de convívio que só a morte apagará do meu coração.

Vinda da longínqua capital da República em obediência ao honroso convite do ilustre chefe deste Estado e das primeiras mulheres que tiveram a ventura de colocar as suas prerrogativas de cidadãs brasileiras ao serviço da Pátria, guiou-me o intuito de expressar-vos minha gratidão profunda pelo apoio dado à nobre causa que inspira toda minha existência e minha veneração de brasileira por vós que, tão desassombradamente, propulsionais o progresso sociológico do nosso querido Brasil.

Atravessei no breve espaço de quinze horas de voo os 2300 quilômetros que separam o Rio de Janeiro de Natal, este farol luminoso que irradia suas ondas de civismo e de fé na democracia sobre o continente sul-americano. Foi uma preciosa lição de geografia econômica e social. Vi qual mapa aberto sob os meus olhos a faixa litorânea de oito estados do Brasil, ficando surpreendida pela indescritível beleza panorâmica, mas infelizmente mais impressionada ainda pela solidão.

Florestas imensas, que cobrem a superfície da terra, do horizonte até o mar.

Praias selvagens, contra as quais o mar se arremessa em fúria ou indolente se espreguiça; rios caudalosos, campos e pantanares.

Espetáculo maravilhoso, por certo, mas triste, pois só de longe em longe se descobre um ligeiro vestígio de habitação humana.

Costumamos dizer que a nossa civilização é do litoral; que ainda não penetrou no interior.

Devíamos dizer que nem sequer do litoral é.

Atualmente consiste de núcleos esparsos à orla do mar.

A maior parte deste território tão vasto que herdamos ainda não é verdadeiramente nossa, porque não o soubemos conquistar. Assim fui pensando enquanto viajava horas a fio; a aeronave a consumir as distâncias e eu a meditar. (...)

Somos tão poucos os brasileiros; é tão vasto e tão indomável o Brasil!

Exige de nós um esforço quase que sobre-humano. Por que querem então os nossos conterrâneos restringir a colaboração da mulher?

A Pátria necessita de nós todos – no domínio do pensamento e principalmente no da ação. O tempo urge. Os problemas sociais, políticos, econômicos se acumulam, carecem ser resolvidos prontamente para cederem o passo a outros problemas, já resolvidos em outros países, que vêm ao encalço de nossas questões atuais.

Consolou-me apenas a certeza de que no fim da viagem havia de alcançar o único Estado brasileiro que compreendeu os ditames da época atual.

É, pois, com o mais intenso júbilo que me acho no Rio Grande do Norte, onde sob a chefia de um dos vultos mais eminentes da administração brasileira, onde se ataca resolutamente um dos problemas

de maior relevância para o Estado e a Pátria, como sejam o aperfeiçoamento da aviação terrestre, marítima e aérea, a educação da massa operária, o ensino prático da agricultura e onde como nos países mais cultos da terra se admite a colaboração não só social e econômica, mas política da mulher.

Saúdo-vos primeiras eleitoras, vós que com a mais perfeita compreensão cívica soubestes traduzir imediatamente para o terreno da prática o gesto altivo e sobranceiro inspirado ao Congresso Estadual, pelo eminente homem de Estado, dr. Juvenal Lamartine, que dest'arte impôs ao Brasil o respeito ao Rio Grande do Norte e ao exterior o respeito ao Brasil.

Hoje em dia é considerado quase inadmissível no concerto das nações civilizadas um país que aceita o trabalho e a dedicação abnegada da mulher no lar, nas oficinas, nas repartições públicas, profissões liberais, fábricas, mas rejeita sua colaboração no domínio mais amplo da vida pública tão intimamente vinculado à vida doméstica, aos problemas do lar, à educação do povo, à assistência sob suas múltiplas formas, como aos problemas de governo do qual dependem o bom nome e o prestígio das nações.

Em 1918, concitando o Congresso Federal Americano a conceder às mulheres o direito de voto, dizia o grande presidente Wilson: "A situação atual nos deprime e nos avilta em face dos países que fizeram dos Estados Unidos o árbitro da civilização. Consideramo-nos o defensor máximo da liberdade humana, a fonte mais pura da democracia e, entretanto, estamos sendo apontados pelos países que se voltam para nós, implorando o nosso socorro às instituições ameaçadas, como ilógicos e anacrônicos porque não concedemos, senão parcialmente, direitos políticos à mulher. O prestígio e o bom nome dos Estados Unidos exigem essa reforma social".

Isto se passou dez anos atrás, desde então o mundo não cessou de evoluir. A mulher conquistou sua maioria política não só na Norte América, mas em quarenta países. O mundo possui hoje cem milhões de eleitoras. O voto feminino é desconhecido apenas em Portugal, na América Latina, nos países balcânicos e em algumas regiões menos civilizadas do globo.

Em todas estas, as mulheres, auxiliadas pelos homens de mentalidade superior, lutam em prol dessa derradeira consagração da sua

dignidade humana. As outras nações mais felizes veem seu progresso acelerado graças a cooperação estreita entre ambos os sexos – em todos os ramos econômicos e sociais.

A Constituição Federal nos concede os direitos de cidadania.

È dever de todo cidadão brasileiro contribuir com seu voto consciente para o progresso do Brasil.

Alistai-vos! Estudai com carinho os problemas dos vossos municípios, do vosso Estado e do vosso País! Votai!

Pouco importa que o vosso primeiro ensaio tenha fracassado parcialmente, de encontro a uma barreira de preconceitos, conveniências políticas de momento e tradições. Virão outras oportunidades em que as conveniências serão outras e o critério adotado também. Ocasões em que o Senado hesitará perante um novo atentado contra as atribuições da magistratura como aquele constituído pela sua atitude presente no dizer do meu ilustre conterrâneo senador Adolpho Gordo e não mais apunhalará a nossa Magna Carta como proclamou vosso preclaro presidente Juvenal Lamartine.

Alistai-vos! Votai!

Pela realização corajosa de vossos direitos, haveis de vencer.

Há mulheres em todos os outros Estados, entre elas eu a primeira, que só aguardam a oportunidade para testemunhar-vos sua solidariedade e reconhecimento, pelo tributo mais sincero que existe: a imitação.

Perseverai!

Breve vereis frutificar o vosso exemplo em todo o Brasil.

Câmara Cascudo chama a atenção para o discurso de Bertha, estilo Kodak, exemplo para oradores entusiastas.

Chamo a atenção dos senhores oradores entusiastas para o discurso que ela disse na noite de domingo. Cortou toda a folharia ruidosa e oca que disfarça a pobreza do espírito tribunício. Disse simplesmente o que pretendeu. Nem mais nem menos. Estilo Kodak.

Agora que ela nos visita, tentemos uma melhor impressão intelectual. Que além das faces políticas, outras caracterizam a vida do Rio Grande do Norte. Que não fiquemos manomaniacos. E o espírito se alegra e sonorize para todos os altos remígios da beleza. Vamos ficar coma ala aberta. Ou melhor, à BERTHA. (*A República*, 12/8/1928)

Para exercer seus direitos, as mulheres deveriam alistar-se. Essa é a missão que Bertha pretendia realizar em sua viagem ao Rio Grande do Norte. Desde então, *a onda feminista* espalhava-se por todo o Estado, exuberante, vigorosa, em todos os espaços sociais: casa, clubes, repartições públicas. As mulheres desenvolvem intensa campanha de alistamento de eleitoras⁵⁷, publicando em jornais da capital e do interior vários anúncios, em páginas diferentes: nos classificados, na primeira página. Em um deles, reproduzia-se a determinação de Bertha Lutz em seu discurso: Mulheres nortero-grandenses, Alistai-vos!

Procede-se, então, à escolha de uma candidatura feminina para concorrer ao pleito eleitoral seguinte, num encontro que reúne Juvenal Lamartine, Bertha Lutz e a escolhida para disputar a eleição para prefeito de Lajes (RN), a senhora Alzira Soriano, primeira mulher a ocupar um cargo eletivo no Brasil e na América do Sul.

O sucesso alcançado pela *leader* feminista é indiscutível e pode ser evidenciado pelo destaque que os jornais de Natal lhe concederam⁵⁸. Em 8 de julho, toda a primeira página do jornal *A República* é dedicada a Bertha Lutz. *Nada mais do que grande cidadão; Natal recebe a leader do feminismo do Brasil: Bertha Lutz*, são as matérias principais da primeira página.

⁵⁷ Foram as mulheres do Rio Grande do Norte as primeiras a votar no Brasil. A primeira prefeita eleita do Brasil foi a prefeita de Lajes (RN), Alzira Soriano. Em companhia do presidente Juvenal Lamartine, Bertha Lutz percorreu várias cidades do Rio Grande do Norte com a finalidade de promover o alistamento eleitoral feminino. Em Ceará-Mirim, pronunciou um discurso em que se referia ao Rio Grande do Norte “como o centro do Brasil, simbolizando Natal a cidade onde nasceu e se concretizou a ideia primordial da época: os direitos de cidadania da mulher”. (*A República*, 9/9/1928)

⁵⁸ No regresso ao Rio de Janeiro, Bertha escreve um telegrama para o jornal *A República*, apresentando, por intermédio desse jornal, “ao Rio Grande do Norte, ao governo, às autoridades, aos chefes políticos, às eleitoras, às senhoras, à imprensa, aos operários e aos representantes de todas as classes sociais os meus protestos de reconhecimento profundo, aliados à mais sincera e amistosa admiração. A recepção que me proporcionou o povo da terra potiguar foi a mais carinhosa das que conheci através de minhas peregrinações pelo interior e exterior do País. É tão viva a lembrança dos dias felizes aí passados que só a morte a apagará do meu coração”. (*A República*, 28/8/1928)

O dr. Adolpho Lutz⁵⁹ é também homenageado em Natal, pela classe médica. Uma pequena notícia do evento é dada pelos jornais.

Aproveitando o ensejo da visita que faz ao nosso Estado o dr. Adolpho Lutz, a classe médica desta capital vai prestar-lhe significativa manifestação de admiração e apreço. Ao ilustre cientista, que é uma das figuras mais expressivas da medicina brasileira atualmente, será oferecido um almoço, a que já aderiram todos os clínicos desta capital. O ágape se realizará pelas 13 horas do próximo sábado no Hotel Internacional. Saudará o homenageado, em nome dos seus colegas, o dr. José Tavares da Silva. (*A República*, 8/7/1928)

De omni se scibili. É com o antigo lema de Pico de Mirandola que Câmara Cascudo apresenta o naturalista, biólogo Adolpho Lutz, em sua crônica *A outra Bertha*.

A líder feminina é uma brilhante cientista, glória linda desta seiva profunda de sábios que são os Lutz. Aquele Adolpho Lutz que os senhores viram na noite de domingo, distraído, triste, silencioso, olhando longe através de seus olhos de míopes melancólicos, vale muito. Sabe ele sozinho um terço do que ignoramos. Naturalista, biólogo é homem que pode usar o antigo lema de Pico de Mirandola – de *omni se scibili*. Pois foi este sábio o primeiro professor de d. Bertha Lutz, raras mulheres podem atingir seu espírito. Ela representa um cérebro que eliminou por autocrítica todas as superfluidades, todas as guizeiras de ouro que têm e deturpam a cultura feminina no Brasil. Raciocina a fala nítida, clara, definitivamente. Posso comparar os mais antigos trabalhos com os últimos. O pensamento se acusa na retinidade sadia, inflexível, formidável. Este resultado não é uma convicção desajudada. É uma cultura que a observação aciona e eleva. Essas virtudes a outra d. Bertha Lutz emprestou a dirigidora da campanha feminina. (Cascudo, 12.7.1928)

A “outra Bertha”, portanto, é aquela que, além do interesse por assuntos científicos, interessa-se pelos da política. Atenta à

⁵⁹ O objetivo da viagem de Adolpho Lutz ao Rio Grande do Norte foi analisar as condições de funcionamento do leprosário de Natal e propor medidas para combater a criação de larvas de mosquitos transmissores da malária. Além disso, a viagem proporcionou ao cientista colecionar vinte espécies de batráquios e alguns crustáceos. Adolpho Lutz encaminhou minucioso relatório ao presidente do Estado, Juvenal Lamartine, sobre o trabalho realizado.

coisa pública, dela recebendo os principais estímulos, desde os que a moveram à atividade de cientista aos que lhe suscitaram atividade de parlamentar, exercia com paixão suas funções públicas de cientista e política.

Os acontecimentos políticos ocorridos em Natal, em outubro de 1928, envolvendo Lamartine e Café Filho, trazem grandes transtornos para a líder feminista. As primeiras notícias dão conta dos fatos ocorridos no Sindicato dos Trabalhadores de Natal e são publicadas em jornais do Recife. Ao ler as notícias, Bertha envia uma carta⁶⁰ a Lamartine, em 11 de outubro de 1928, aconselhando-o a não proceder com violência contra as pessoas que estavam influenciando a “imprensa democrática do Recife”.

Ilustre dr. Lamartine,

Tomo a liberdade, visando unicamente seus interesses, de aconselhar-lhe muito sinceramente, que não proceda com violência contra os elementos que estão influenciando na imprensa democrática do Recife. As calúnias morrem por si e não têm nenhuma repercussão no Rio. Mas no estado atual de instabilidade política toda oposição agrada e uma agressão sua seria barbaramente explorada pela imprensa esquerdista no país inteiro.

Teria tanta pena ver soçobrar sua carreira política!

Envio-lhe os recortes dos jornais. Desta vez são poucos.

Recebi seu telegrama. Parabéns pelas homenagens que lhe prestam de São Paulo.⁶¹

Ao que parece, Lamartine não considerou os conselhos da líder feminista. Na manhã de 27 de novembro, como de costume, Bertha faz suas leituras nos jornais do Rio de Janeiro⁶² e depara-se com a notícia, em primeira página, da invasão à residência do líder oposicio-

⁶⁰ Arquivo Nacional. Documentos Privados da Coordenação de Documentos Escritos (Codes). Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. AP. Cx 10, pct 1, Dos 3-53.

⁶¹ Carta de Bertha Lutz a Juvenal Lamartine.

⁶² Bertha, diariamente, lia os jornais do Rio de Janeiro e recortava, entre outras, as notícias referentes ao movimento feminista.

nista Café Filho pela polícia do Rio Grande do Norte. O jornal *Imparcial* traz as seguintes manchetes: *O governador do Rio Grande do Norte manda espancar barbaramente a esposa e a cunhada do leader opositorista dr. João Café*, e ainda, *Feminismo Brejeiro*. *A Vanguarda* noticia o ocorrido com a chamada *Na terra onde as mulheres votam*, e *O Jornal* estampa a manchete: *Cenas selvagens ocorridas na capital do Rio Grande do Norte, invasão da sede da Federação do Trabalhador*. A truculência da polícia chega às vias de fato, incluindo-se aí ataques físicos à esposa e à cunhada de Café Filho, segundo noticia o *Imperial*. De modo sorrateiro, o jornal lança farpas no “defensor do feminismo” e provocações à liderança feminista, especialmente, à pessoa de Bertha Lutz. Os jornais *A Esquerda* e *O Diário Carioca* publicam suposto telegrama enviado por Café Filho, no qual ele faz alusões diretas à pessoa de Bertha Lutz. *A Cidade* publica dois títulos envolvendo Bertha Lutz:

O sr. Café filho destrói todos os pontos de defesa do sr. Juvenal Lamartine e faz sérias acusações à sra. Bertha Lutz”; (...) “À sra. Bertha Lutz, depois dos fatos íntimos conhecidos em Natal só lhe resta, na defesa de Lamartine, a qualidade de mulher que defende o marido.

Lamartine tinha como principal bandeira política o sufrágio feminino. O sucesso alcançado com a presença da líder feminista em Natal e a eleição da primeira mulher prefeita no Rio Grande do Norte incomodava os políticos potiguares. O incidente com o Sindicato dos Trabalhadores seria uma estratégia para opor trabalhadores às feministas?

Bertha reage e sua reação surpreende a todos. Ela examina cuidadosamente as notícias, distingue quem são os “inimigos” e os “aliados”. Estabelece um código⁶³ para se comunicar com Lamartine, uma vez que não tinha garantias do sigilo da Agência Postal, faz

⁶³ Bertha escreveu para Lamartine: Código combinado para telegramas que eu tiver de mandar ou receber daí sobre o caso do Café. As palavras à esquerda serão substituídas no telegrama pelas palavras à direita: Café escreverei Ida; falando de mim, direi, Maria, assinarei Júlio; Mossoró escreverei Roma; Natal escreverei Cairo; operários escreverei auxiliares; Evaristo, meu advogado, direi Elias. A lista prossegue, com outros nomes. (cf. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, AN. Cx.10, pac 2, dossiê 03.

críticas a Lamartine, cria argumentos de contra-ataque, mobiliza as mulheres para visitar as principais sedes dos jornais cariocas para falar com seus proprietários.

Em carta dirigida a Lamartine, ela dá conhecimento das providências que havia tomado. Informa, ainda, que se consultou com Evaristo de Moraes e com Ormindia Bastos (vice-presidente da federação) para saber o que deveria fazer. Ambos a aconselharam a telegrafar a Café Filho, perguntando se ele se responsabilizava pelas alusões ao seu nome⁶⁴. Por fim, aponta quem são os inimigos: (...) *os deputados (...) Azevedo Lima é profundamente canalha, o Luzardo ainda mais, só que eu o derrotei no concurso* ⁶⁵. (...) *Tudo é consequência da campanha feita surdamente por patricios e conhecidos seus contra mim*. Termina a carta dizendo a Lamartine que ele tinha cometido um grande erro ao não reconhecer a dramaticidade dos acontecimentos.

O erro todo foi seu. Perdoe dize-lo tão chãmente. Mas o que V. Exa. devia ter feito é reconhecer desde o início que se tratava de um incidente altamente dramático e, por conseguinte, de grande interesse para a imprensa. Assim sendo, antes dele colocar os telegramas dizendo que tinham cometido brutalidades em seu nome, devia V. Exa. ter telegrafado para cá dizendo assim: “Bombas encontradas pela polícia de Natal, na sede de uma sociedade civil”, ou coisa que o valha. Devia me ter avisado a mim e não a José Augusto⁶⁶ que proposadamente não se mexeu.

(...) o caso morreu perante a catástrofe do avião Santos Dumont.

Há, certamente, ambiguidades no comportamento de Bertha.

⁶⁴ Em 03 de dezembro de 1928, Bertha enviou o seguinte telegrama a Café Filho: “Peço responder telegraficamente com autenticidade, se se responsabiliza, como autor, pelo telegrama expedido, em seu nome, aos deputados Luzardo e Azevedo Lima, com alusão direta a minha pessoa que foram publicados respectivamente Esquerda e Diário Carioca dia primeiro corrente. Meu endereço é Rua do Matoso, 161”. Bertha recebeu um telegrama do filho de Café, informando que o pai estava viajando.

⁶⁵ Bertha refere-se ao concurso para secretário do Museu Nacional.

⁶⁶ Bertha tinha sido aconselhada pela senhora Jerônima Mesquita a não confiar no senador José Augusto (ele é leviano, teria lhe dito Jerônima). Em carta a Lamartine, ela apontou os piores caluniadores: Euclides de Neiva e José Augusto. Este último teria dito ao senador Caiado “que nunca na vida dele tinha visto uma paixão tão louca como a de V. Exa. por quem pode imaginar”.

Inicialmente, ela faz menção à “imprensa democrática” do Recife e aconselha Lamartine a reconhecer o erro, mas, ao mesmo tempo, ela usa os argumentos de Lamartine e chama a imprensa de bolchevista, comunista. O olhar ambíguo de Bertha apresenta um aspecto indeciso que não correspondia ao seu temperamento. Ela não consegue examinar com clareza a questão, preferindo levar o caso para o âmbito das relações interpessoais. Algumas perguntas deveriam ter sido exploradas. Qual a razão para colocar em primeiro plano Bertha Lutz, no epicentro dos acontecimentos? Se o problema dizia respeito às relações do governo norte-riograndense com o sindicato presidido por Café Filho, por que envolver a líder feminista? O feminismo era, efetivamente, uma importante bandeira política para Lamartine, ou estaria ele convencido da importância do voto feminino e antecipou-se em conquistar as lideranças femininas? Teria Lamartine, por meio de seus partidários políticos, colocado Bertha no meio do redemoinho propositadamente, para desviar o foco da questão? O mundo masculino não teria perdoado o trabalho de emancipação política da mulher brasileira, realizado sob a liderança de Bertha Lutz? As acusações grosseiras demonstrariam a reação de segmentos masculinos incapazes de lidar com a capacidade política da mulher?

No Brasil, e em outros países, as mulheres conquistaram os direitos políticos em razão da sua especificidade. O voto das mulheres inscreve-se, portanto, numa perspectiva da representação dessa especificidade: é na condição de mulheres que são chamadas às urnas. Mas o direito de votar não eliminou os preconceitos sobre a natureza feminina. A mulher permanece circunscrita a um grupo social bem distinto, e suas aspirações políticas, numa sociedade patriarcal, devem ficar restritas sua função social própria. Nessa perspectiva, comportamentos que possam fragilizar as crenças de dominação aplicadas às mulheres (religiosas, legais, de costumes, convenções e padrões de comportamentos dominantes) estabelecidas sim-

bolicamente através da imposição de princípios de visão e de divisão incorporados, naturalizados, são consideradas indesejáveis.

Após o desarranjo político provocado por Café, a vida da feminista volta ao seu curso normal. No início de 1929, Bertha refugia-se em Petrópolis (RJ) em casa de amigos, por alguns dias. O primeiro semestre desse ano registra momentos de serenidade na vida da cientista. Em junho, ela segue para Berlim, em sua quarta viagem internacional como a representante oficial do Brasil⁶⁷, para participar do Congresso da *International Alliance of Women for Suffrage and Equal Citizenship*. De Berlim, ela segue para a Bélgica, a convite da Rainha Elizabeth⁶⁸, em *Tournée de Estudos* sobre o Ensino Doméstico Rural nesse país. A tournée proporciona-lhe conhecer o trabalho de preservação ambiental realizado nesse país sob a direção do *Office International pour la Protection de la Nature*, instituição que a acolhe como membro correspondente⁶⁹.

No seu retorno ao Brasil, participa da fundação da União Universitária Feminina, com Carmem Velasco Portinho⁷⁰, estudante de engenharia, casada com seu irmão Gualter Lutz, e promove encontros na federação para discutir questões de ensino. A pedido das sócias, a professora Maria Reis Campos faz um balanço das atividades desenvolvidas pela federação no restrito âmbito do ensino, destacando o ingresso de alunas no Colégio Pedro II como uma das principais vitórias da federação na organização do ensino secundário. Uma nova questão é posta em discussão: o caráter terminal dos cursos das escolas normais, que não permitia aos

⁶⁷ Bertha tinha passaporte diplomático, número 004500 emitido pelo Ministério das Relações Exteriores.

⁶⁸ Em 1923, Bertha foi condecorada com a medalha Rei Alberto I, da Bélgica, por serviços especiais à agricultura.

⁶⁹ Bertha foi membro correspondente de várias sociedades, entre elas: The American Museum of Natural History, New York, N.Y.; The National Geographic Society; Society for the Study of Evolution, USA; Office International pour la Protection de la Nature, Bélgica.

⁷⁰ A engenheira Carmem Portinho teve um breve casamento com o médico Gualter Lutz, irmão de Bertha, e era sócia da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, desde o início de sua fundação.

seus egressos dar prosseguimento aos estudos de nível superior. Maria Reis apresenta um estudo no qual confronta o programa oficial do secundário e o da Escola Normal do Distrito Federal, mostrando a grande semelhança entre os dois programas. Apresenta, então, sugestão para modificar a estrutura organizacional do ensino secundário e normal. Para ela, deveria estabelecer-se para todos os Estados do Brasil um curso tronco de cinco anos, correspondendo aos cinco anos do Pedro II, com divergências para o curso ginasial ou de preparatórios e para o normal, formando um esquema cinco mais dois anos para completar a formação do professor. Além disso, o curso normal deveria oferecer, obrigatoriamente, as matérias que correspondem ao curso preparatório, de modo a permitir que o aluno egresso prestasse esses exames sem prejuízo das matérias especiais do curso normal. Assim, o curso normal seria equivalente ao do Pedro II e seus exames seriam válidos, sendo prestados seriadamente ou parcelados. O interesse pelo ensino normal decorria do fato de ser a escola normal um estabelecimento de ensino de frequência maciçamente feminina.

Os anos de 1930 trazem de volta as questões políticas. Em janeiro, as mulheres da federação reúnem-se para elaborar o programa social para o ano de 1930 e processos de propaganda e outros meios para ampliar seu quadro social. Para isso, definem as seguintes estratégias: visitar associações, instituições de caridade, hospitais, redações de grandes diários, estabelecimentos industriais, repartições federais, Palácio da Justiça, Congresso Nacional; promover festas; realizar programas pelo rádio.

Com o objetivo de tornar conhecido e apreciado o movimento que visa à elevação intelectual, moral e social da mulher, a federação organiza uma série de dezesseis conferências que são transmitidas “através dos céus brasileiros” pela Rádio Club do Brasil. Cabe a Bertha, fazer a conferência de encerramento, tarefa que ela cumpriu com um tom de linguagem completamente dife-

rente da sua oratória habitual, mas muito semelhante ao da narradora de *From a Moorish Terrace* que havia encantado os americanos, sob o título “*A Mulher: deusa ou rival?*”

A conferência foi matéria em vários jornais do país. Em 14 de fevereiro, o *Correio Paulistano* (SP) publica na íntegra a palestra feita por Bertha e, no dia 16, *O Estado de Minas* registra em manchete: *O Feminismo, na palavra de Bertha Lutz*, uma brasileira *que es honor y gloria de nuestra América*⁷¹.

Em 1º de março, a foto de Bertha Lutz ocupa a primeira página do *ABC*, ilustrando seu artigo “A Mulher Brasileira e sua Evolução”. Uma semana depois, o jornal *A Esquerda* publica, em sua edição do dia 10, o artigo “A Situação Actual da Mulher Brasileira”, de autoria de Bertha Lutz. A edição de 29 de março do *Diário da Noite* estampa na primeira página a foto de Alzira Teixeira Soriano ilustrando a reportagem *A primeira mulher em função política na República: o que a prefeita de Lajes realizou no período inicial de sua administração*. Na semana seguinte, em 3 de abril, foi a vez de o *Jornal do Brasil* publicar uma matéria com a prefeita de Lajes (RN). Em 29 de abril, o *Diário Carioca* divulga “A Quinzena da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: está iniciado o trabalho intensivo em prol da inscrição de novas associadas”. A primeira parte da reportagem traz o seguinte anúncio:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

Av. Rio Branco, 111, sala 608.

Foto do mapa da Europa

As mulheres possuem direitos eleitorais em toda a Europa, com exceção apenas de Portugal, França, Suíça e alguns países balcanianos.

Por que não hão de exercê-los também no Brasil?

⁷¹ O *Estado de Minas* emprega a expressão usada por um diplomata, ao se referir a Bertha Lutz.

Logo a seguir, a foto de Bertha Lutz introduz o texto da segunda parte da reportagem:

A senhora Bertha Lutz tem desenvolvido na presidência da federação uma atividade incessante, tenaz, digna de maior admiração, e que vai levando de vencida todos os obstáculos que se antepuseram à realização de sua obra grandiosa.

Em 1922, anteriormente a fundação dessa associação, a senhora Bertha Lutz representou o Brasil na Conferência Pan-americana, promovida pela Liga Nacional de Mulheres Eleitoras Norte-Americanas, em Baltimore, excursionando depois pelos Estados Unidos da América, em cujas principais cidades fez conferências sobre a mulher brasileira. Um ano após, em 1923, já presidente, representou o Brasil no congresso em Roma “Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino”.

Em 1925, Bertha Lutz foi a Washington para a II Conferência Pan-Americana, tendo nessa ocasião seu nome sufragado para a elevada investidura de presidente da União Interamericana de Mulheres. Depois disso, em 1929, esteve em Berlim, representando o Brasil no “Congresso da Aliança”.

A campanha constará de esforços em prol de ampliação dos direitos civis e políticos da mulher.

Foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que pleiteou a admissão de meninas ao Externato do Colégio Pedro II, tanto no Congresso de Educação, em 1922, como em seguida na congregação.

Em 9 de abril, a federação organiza um evento social para inaugurar “*os retratos de amigos da causa feminina: presidente Lamartine, senador Adolpho Gordo e dra. Bertha Lutz*”, com a presença dos homenageados.

Em agosto, a federação prossegue com sua agenda social, promovendo a série de “Palestras semanais de orientação prática por juristas de valor, mostrando quais os direitos que por lei assistem e quais os que faltam à mulher, no Brasil”. No período de junho a outubro desse ano de 1929, realiza a Campanha Feminista em prol dos direitos civis e políticos da mulher. Como nos anos anteriores, a propaganda foi feita aos Poderes Constituídos e à opinião pública,

mediante folhetos, cartazes impressos e “pelos métodos mais modernos: imprensa, rádio e avião”⁷².

A presença de mulheres de outros Estados brasileiros em visita à sede da federação é sempre registrada pela imprensa. Em dezembro de 1929, é apresentada pela federação aos jornais do Rio a senhorita Júlia Medeiros, primeira eleitora de Caicó (RN) e candidata a intendente naquele município. Nos primeiros dias de 1930, os jornais dão conta da presença no Rio de Janeiro de Maria de Lourdes Varela, candidata à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

A difusão das mensagens em favor dos direitos civis e políticos da mulher, de caráter informativo e persuasivo, chega à cidade de Santos (SP) com a publicação do artigo de Bertha “A Mulher Brasileira e sua evolução”, em *O Comércio*.

No Rio de Janeiro, Bertha pronuncia o discurso “O Feminismo procura integrar as mulheres em todas as atividades”, por ocasião da inauguração da Maternidade Suburbana. No dia seguinte, 8 de julho, a página *Feminismo* de *O País* publica o pronunciamento feito pela feminista.

Os acontecimentos políticos de outubro⁷³, que culminam com a deposição do presidente Washington Luís e a subida ao poder de Getúlio Vargas, trazem alguns infortúnios para o movimento feminista. Com a queda de Washington Luís, todos os governadores e Senadores nomeados por ele perdem seus postos e, conseqüentemente, o movimento feminista perde sua base de apoio no Congresso Nacional e nos Estados⁷⁴.

⁷² Cf. Atas da federação, Arquivo Nacional, Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Bertha Lutz - Atas da federação, vol. 1 1922-1931. Cx. 12, pac 03. Dossiê: 03.

⁷³ O movimento militar que irrompeu em 3 de outubro em Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, e posteriormente, São Paulo, se intensificou e conduziu a deposição do presidente Washington Luís, em 24 de outubro. Ajunta pacificadora, composta pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e o almirante Isaías Noronha assumiu o poder. O movimento culmina com a subida ao poder de Getúlio Vargas. Instala-se, então, o governo provisório. Consultar, a esse respeito, ALBUQUERQUE, M. M. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro, editora Graal, 1981.

⁷⁴ Entre eles, o governador Lamartine que foi deposto e teve de sair do país.

Em fevereiro de 1931, a diretoria da federação reúne-se e as sócias surpreendem-se com o pedido de afastamento de sua presidente:

Considerando a psicologia do momento político, que anseia por modificações ao menos aparentes, em todos os ramos da vida pública e ao fato de que já me acho na presidência há nove anos, parece-me mais conveniente retirar-me atualmente do cargo, sendo substituída por outro membro da diretoria. (Ata, 11-2-1930).

As sócias rejeitam, com veemência, o pedido. Bertha, então, dá prosseguimento à reunião e sugere que a federação consiga que as mulheres sejam admitidas na polícia, tal como já existia em vários países onde a polícia feminina, entre outros cargos, se incumbia de velar pelas crianças e moças expostas a perigos sociais. Fica resolvido que a federação trabalhará nesse sentido com as Comissões e com a polícia.

Nessa mesma reunião, Esther Rego Williams pede a palavra para apoiar essa orientação e para falar sobre dois pontos. O primeiro *com referência ao exm^o dr. Juvenal Lamartine, que tem sido o mais esforçado paladino da causa feminina no nosso país*. Ela deseja saber por que, em face da situação política provocada pela revolução de outubro do ano findo, a federação não se manifestou,

enviando ao senhor excelentíssimo, a quem tanto deve um manifesto, digo, uma mensagem de conforto, ou mesmo um telegrama por ocasião de sua viagem para a Europa.

A presidente replica que,

em vista da desorganização do momento, havia impossibilidade de reunir-se a diretoria, mas que, individualmente, vários membros se manifestaram para com s. excia. (id.)

A naturalista do Museu Nacional em ação política institucional

Se o momento era de desorganização política, era oportuno fazer aparecer a *outra Bertha*. A cientista segue para os Estados Unidos da América para usufruir o prêmio de viagem que lhe concede a *Carnegie Endowment for International Peace*, por intermédio

da União Pan Americana e da Associação Americana de Museus, para estudar o papel educativo dos museus americanos.

A criação de um serviço educativo no Museu Nacional ganha prioridade na gestão de Edgar Roquette-Pinto (1926-1935). Das viagens internacionais que havia feito anteriormente aos Estados Unidos e a Bruxelas, Bertha trouxe farto material sobre o papel educativo dos museus nesses países. Acrescente-se, ainda, a ativa correspondência que mantinha como membro correspondente do Museu Americano de História Natural e do Office International pour la Protection de la Nature.

O Museu Nacional passava, então, por um momento de transição. Criado pelo monarca português, d. João VI, em 6 de junho de 1818, tinha o objetivo de estimular os estudos de botânica e zoologia. Nessa primeira fase, a zoologia se constituía o principal modelo teórico de sua produção. Durante o Império, o museu alcançou maior projeção, dada a importância que lhe conferiu o imperador Pedro II. Sob a direção de Batista Lacerda (1895-1915), o Museu passa por grandes transformações, como um espaço privilegiado de ensino e produção científica⁷⁵. A partir da década de 1920, o modelo enciclopédico vigente entra em crise, e o museu dedica-se mais às ciências naturais. No entanto, no âmbito da ciência aplicada, perde espaço e prestígio para Manguinhos. Quando Roquette-Pinto assume a direção do museu, empreende esforços para ampliar as funções dessa instituição sem, contudo, alterar sua vocação para as ciências naturais. O diretor está particularmente interessado nos programas educativos

⁷⁵ Em 1876, foi criada a revista *Archivos do Museu Nacional*, publicação trimestral. Com base na criação de *Archivos*, pensada como símbolo de cientificidade, e da montagem de cursos e pesquisas científicas, o museu ganha prestígio e notoriedade. Sobre esse assunto, consultar o trabalho *O Nascimento dos Museus Brasileiros*, de Lílian K.M. Schwarcz, in MICELLI, Sérgio (Org.) *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, pp. 29-90.

dos museus americanos⁷⁶. É para conhecer melhor essa experiência que Bertha vai para os Estados Unidos.

Já que a investigação dos programas educativos dos museus americanos constitui o fato principal dos meus estudos, examinei mais detalhadamente os museus especializados para fins educativos e os departamentos educativos daqueles cujo aperfeiçoamento maior ou recursos mais amplos lhe dão um papel preponderante na educação popular.

Considerando igualmente que nosso museu é dedicado às ciências naturais dei maior atenção aos museus científicos, sem deixar conduto de visitar os museus de outras naturezas. (LUTZ, 1933, p. 20)

Em linhas gerais, a viagem de Bertha seguia o programa estabelecido pelo diretor da associação⁷⁷, Laurence V. Coleman, embora ela tivesse liberdade para modificá-lo. Bertha aconselha-se, também, com dr. Paul Marshall Rea e outras autoridades. Em dois meses e meio, ela percorre vinte cidades e visita 58 museus, saindo de Nova York em direção a St. Louis e dali para Chicago, gradualmente retornando a Nova York.

Bertha visita os mais variados tipos de museu. Os de alcance geral, abrangendo as ciências e suas aplicações, a arte e a história, como o Museu do Brooklyn. Os especializados, como o de Arqueologia da Universidade de Chicago; os que se dedicam exclusivamente à ciência e à ciência aplicada, Boston Society of Natural History e o New York Museum of Commerce; os que se consa-

⁷⁶ Roquette-Pinto era amigo e colaborador do diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio Teixeira, e participou dos esforços empreendidos na capital da República por este educador para modernizar a escola pública do DF, oportunizando a utilização de outras instituições educativas como: rádio, museu, cinema.

⁷⁷ O conjunto de museus americanos acha-se incorporado à associação Americana de Museus, "agremiação vivaz e dinâmica, que vem tomando a vanguarda de todas as iniciativas futuras", secundada pela Carnegie Corporation – que abrange um vasto programa cultural. Anualmente, a Associação realiza sua convenção. Bertha teve oportunidade de assistir à convenção realizada na cidade universitária de Cambridge Mass, de 14 a 18 de maio, ocasião em que travou relações com as personalidades que, segundo ela, maior influência exerciam sobre a evolução dos museus. Ela foi a oradora do banquete, ao lado do filósofo inglês Alfredo Whitehead, do presidente da associação, Fiske Kimball e do reitor da Universidade de Harvard, o astrônomo Lowell. (cf. LUTZ, 1933)

gram à arte, Cleveland e Museum of Art, e à história, a exemplo do Museum of the City of New York.

Visitei também museu de caráter especialmente educativo, incorporados às diretorias das Instituições, por exemplo: o Museu Público de Reading e Museu Educativo das escolas de St. Louis. Vi museus para crianças com feição menos disciplinar e mais recreativa, que constitui uma especialização muito interessante. Mais interessantes ainda achei os museus ramais, porque constituem a etapa mais recente na evolução dos museus.

As trilhas da natureza e os museus ao ar livre correspondem a desenvolvimento altamente promissor. (*ibidem*)

Bertha assinala que, do ponto de vista administrativo, algumas instituições visitadas são nacionais, como os museus agrupados ao redor da Smithsonian Institution; outras, como o Museum of the State of New York, são estaduais; vários museus de New England são regionais; já o de Buffalo e St. Louis são municipais. Esclarece, também, que, quanto ao público que procuram atrair aos vários tipos de museu, há desde

os museus universitários de Ann Arbor, e o museu de ecologia comparada da Universidade de Harvard em Cambridge, até os museus populares, como o ramal da Rua 89, e o Museu de Arte de Pensilvânia que procura atrair o transeunte, ou como costumam dizer os americanos: “the man in the street.”

Atualmente, diz Bertha, ao museu moderno cabe dupla missão. Em primeiro lugar, a missão fundamental de instituto de pesquisa. Como consequência direta da primeira e complementando-a, em segundo, um órgão insubstituível de divulgação popular.

Os museus populares e a função educativa dos museus são dois aspectos inovadores que mudam o papel até então por eles desempenhado de elemento material subsidiário à disposição do pesquisador. *As coleções eram organizadas de modo a facilitar as investigações científicas, não obstante, a aridez dessas disposições*, afirma. Bertha constata que, sob o ponto de vista da apresentação de material, os museus de arte progrediram mais rapidamente do que os museus científicos. Estes,

segundo ela, poderiam se beneficiar dos ensinamentos técnicos dos museus de arte. Para ela⁷⁸, o Museu de Ciências Naturais

não é uma mera coleção de espécimes, nem um relicário de objetos raros. Não é tampouco um edifício destinado a abrigar mostruários, ou uma instituição dedicada a pesquisas uniformes, nem sequer uma combinação de todos esses objetos. É antes uma agremiação de pessoas cultas que procuram alargar seus horizontes dos conhecimentos humanos, e disseminar as ciências no seio das nações. É uma instituição dinâmica que não nasce adulta, nem assume todos seus encargos de uma só vez. Nunca chega a se tornar estacionária, porque nunca cessa de crescer. Vai se desenvolvendo lentamente, sem perder a elasticidade da juventude, graças à qual, à medida que vão surgindo problemas novos, lança mão de métodos e finalidades igualmente novas, adaptadas ao ambiente social e ao progresso científico.

No seu regresso ao Brasil, volta a ocupar-se da política. Sob a chefia de Getúlio Vargas⁷⁹, o governo provisório havia decidido criar, em 14 de maio de 1932, várias comissões para elaborar um anteprojeto de Constituição. Segundo SOIHET (1974, pp. 36-37),

O momento foi considerado propício para um grande encontro feminista. Decidiu-se Bertha Lutz pela realização do Segundo Congresso Internacional Feminino, inaugurado a 11 de junho de 1931. Realizado o congresso, foram suas resoluções encaminhadas ao chefe do governo; destacavam-se as que solicitavam medidas protetoras do trabalho, dentre elas o estudo de uma fórmula adequada à concessão de licença remunerada à mãe operária e empregada do comércio por ocasião do parto; proibição legal de salário insuficiente aos dois sexos; rigorosa execução das exigências das autoridades de Saúde Pública e do Trabalho quanto à higiene e a adequação das instalações dos estabelecimentos fabris e comerciais; e a criação do Bureau da Mulher e da Criança, que centralizaria os problemas relativos ao trabalho do menor e da mulher.

As reivindicações das mulheres são levadas a Getúlio Vargas pelas líderes feministas, com o objetivo de vê-las incorporadas à nova lei

⁷⁸ "O papel educativo dos museus americanos". Relatório apresentado ao diretor do museu, dr. Roquette-Pinto, em 1933. BL. 0. MUS 22/3; BL.0.MUS. 22/2

⁷⁹ Bertha Lutz ganha politicamente um espaço aberto durante os governos do presidente Vargas. Ela se movimenta com desenvoltura e independência no cenário político brasileiro.

eleitoral. O Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 reconhece os direitos de cidadania da mulher, inclusive os direitos políticos.

As mulheres da federação, e de outras associações indicam Bertha Lutz como representante do feminismo na Comissão Organizadora do Anteprojeto de Constituição⁸⁰. Ao mesmo tempo, a federação constitui uma comissão interna encarregada de receber sugestões feministas a serem apresentadas à dr^a. Bertha Lutz. As discussões entre as feministas, nessa comissão, mostram não haver consenso sobre algumas teses, como o serviço obrigatório militar para as mulheres e o divórcio. Porém, chega-se a um acordo: os assuntos em que havia divergência de modo radical foram excluídos. A federação concentra os esforços da ação feminina nos assuntos que interessam direta e exclusivamente à mulher, incluindo as indicações feitas pela sr^a. Rachel Prado sobre a liberdade de imprensa e Estado leigo. (cf. Ata, 26-11-1932)

As sugestões são incorporadas ao texto elaborado por Bertha, sob o título “*13 Princípios Básicos*”⁸¹ – *Sugestões ao Anteprojeto da Constituição*”⁸².

⁸⁰ O Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932, do governo provisório, fixou 3 de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembleia Constituinte e criou a comissão para elaborar o anteprojeto da futura Constituição.

⁸¹ Lutz, Bertha Maria Júlia. *Princípios Básicos: Sugestões ao Anteprojeto da Constituição*. Rio de Janeiro, Edição da Federação Brasileira pelo o Progresso Feminino, 1933.

Os 13 princípios são: 1) racionalização do Poder. 2) organização da economia. 3) dignificação do trabalho. 4) nacionalização da saúde. 5) generalização da Previdência. 6) socialização da instrução. 7) democratização da Justiça. 8) equiparação dos sexos. 9) consagração da liberdade. 10) proscricção da violência. 11) soerguimento da moral. 12) flexibilidade do direito. 13) dinamização da lei.

⁸² Com algumas alterações na redação, a Constituição de 1934 incorporou as sugestões no que se refere à mulher, como: Art. 121, § 1º, a legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. b) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta descanso, antes e depois do parto, sem prejuízo de salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho e morte. § 3º: os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectiva, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.

A respeito do trabalho estabelecia inúmeras garantias, entre as quais de igual remuneração por idêntico trabalho, mínimo de conforto, segurança econômica, lazer necessário, liberdade de reunião e de associação para os trabalhadores. Estipulava a participação dos mesmos no estabelecimento da legislação e condições de trabalho. Também assegurava medidas de previdência social, reconhecia a maternidade como fonte de direitos, devendo ser amparada pelo Estado. Propunha que os assuntos relativos à maternidade, à infância e ao lar fossem tratados pela mulher (Soihet, 1974, p. 38).

Sobre sua participação na comissão elaboradora do anteprojeto de Constituição, a representante das mulheres sintetiza os resultados de seu trabalho: garante à mulher direitos idênticos aos do homem quanto à nacionalidade, cidadania, representação, exercício de cargos públicos, sem distinção de estado civil e sexo, licença de três meses à funcionária gestante sem prejuízo de vencimentos, proteção à mãe operária, igualdade de salário à empregada particular, isenção feminina de serviço militar ao qual queriam obrigar a mulher.

Em 1933, ano em que se forma em direito⁸³, Bertha Lutz participa como representante oficial do governo brasileiro da VII Conferência Internacional Americana, realizada em Montevideu, em atendimento ao convite do Bureau Internacional do Trabalho da Sociedade das Nações, para tomar parte da comissão de peritos sobre condições de trabalho feminino. Empreende esforços para criar no continente americano o Departamento Feminino de Trabalho, órgão consultivo responsável pelos interesses da mulher, especialmente em questões legislativas e de trabalho. Insiste para tornar efetiva a presença de delegada feminina, para cuidar das demandas da mulher, na Conferência do Trabalho dos Estados Americanos.

Nesse mesmo ano, concorreu ao pleito eleitoral para a Assembleia Constituinte, pelo Partido Autonomista do Distrito

⁸³ Bertha Maria Júlia Lutz formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Federal. Em 9 de novembro de 1933, foi diplomada como primeira suplente do Partido Autonomista do Distrito Federal.

Em 16 de julho de 1934, foi promulgada pela Mesa da Assembleia Constituinte, e depois assinada pelos deputados presentes, a Constituição Brasileira, que entra em vigor a partir dessa data. Em seu art. 3º, de suas disposições transitórias, estabelecia-se o prazo de

noventa dias depois de promulgada esta Constituição realizar-se-ão as eleições dos membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias Constituintes dos Estados.

O art. 109 determinava que o

alistamento e o voto são obrigatórios para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvo as exceções que a lei determinar.

A tarefa das mulheres, após a promulgação da Constituição, era promover a campanha de alistamento de mulheres e indicar candidatas ao pleito que se realizaria no fim do ano. Para isso, as mulheres criam A Liga Eleitoral Independente. Filiada ao Partido Autonomista do Distrito Federal, chefiado pelo prefeito Pedro Ernesto⁸⁴, Bertha candidata-se à Câmara Federal. O pleito se realiza e os resultados causam alguns transtornos para a vitória feminina.

O *Diário da Noite*, em sua edição de 11 de janeiro de 1935, traz a seguinte manchete: *Não fez fraude e só irá para a Câmara se for de fato eleita. Declarações da sr^a. Bertha Lutz e de associações femininas.* A reportagem é ilustrada com a foto da sr^a Norma Muniz, *emissária*⁸⁵ da candidata Bertha Lutz, que esteve na redação do Diário para entregar cópia de uma declaração assinada por Bertha, subscrita pelas associadas da federação.

⁸⁴ Bertha filiou-se ao Partido Autonomista em 1933, concorrendo à Assembleia Constituinte, ocasião em que conquistou a primeira suplência.

⁸⁵ A sr^a. Norma Muniz era representante das associações estaduais na federação e secretária da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A Liga Eleitoral Independente, expressão política do movimento feminino organizado, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que concorreu como tal às eleições do Distrito Federal, com seu alistamento próprio, pequeno e honesto, e as associações femininas confederadas, protestam solidariedade com sua representante e candidata do Partido Autonomista, Bertha Lutz e com ela subscrevem a seguinte declaração:

Ao ser informada do resultado do recurso interposto pelos candidatos da Frente Única, contra os mapas da 12ª turma apuradora, em que se indica meu nome como beneficiada com essa majoração, insinuando assim que tivesse eu participado da fraude, venho declarar, categoricamente:

- 1 - Que não fiz fraude, nunca tive o hábito de fraudar.
- 2 - Que nunca indiquei mesários de apuração e não tenho elementos ou poder para tal.
- 3 - Que serei eu mesma quem pedirá ao Tribunal Regional de Justiça Eleitoral que proceda a exame rigoroso, não somente desta, mas das demais turmas sobre as quais haja informação de fraude.
- 4 - Que só aceitarei diploma e só ocuparei cadeira se ficar plenamente comprovada a legitimidade do meu direito à representação.
- 5 - Que se a cadeira é do senhor Sampaio Corrêa, eu não a desejo e não aceitarei, mas se for minha lutarei até o fim.

É preciso ficar bem claro que, deixando-me candidatar pelas associações femininas da capital federal, à representação política, dentro de um partido, visei apenas defender esses direitos femininos coletivos, e nunca interesses pessoais. Aliás, sinto-me capaz de defender esses direitos, como o tenho feito até agora, mesmo no Poder Legislativo, sem fazer parte da Câmara dos Deputados. Mais ainda, declaro que neste momento, me é indiferente ser eleita ou não. Protesto apenas contra o ensovelamento do meu nome em fraudes grosseiras que ostensivamente feitas, parecem obra de adversários, empenhados em prejudicar e não em favorecer. A isso atribuo os ataques miseráveis e covardes que de vários lados vêm convergindo sobre minha pessoa, desde que minha candidatura se revestiu de possibilidade de vitória.

Continuarei, entretanto, lutando sem esmorecimento, contra quaisquer tentativas de assalto a uma reivindicação feminina que ousa ultrapassar a esfera estreita do trabalho doméstico, industrial e burocrático mal remunerado, esfera essa que alguns homens medíocres querem fixar como limite máximo às aspirações da mulher⁸⁶.

A matéria foi publicada em vários jornais. *A Nação*, em 15 de janeiro de 1935, publica em sua primeira página a chamada “Apurando a fraude eleitoral”. Em 28 de fevereiro, *O Momento* informa aos leitores sobre “injustiça e deselegância”. Proclamado o resultado geral, Bertha obteve 38.671 votos, sendo a 11ª colocada e elege-se suplente do Partido Autonomista. Em 1936, com a morte do deputado Cândido Pessoa, ela assume o mandato de deputada federal.

A ação parlamentar da deputada é intensa, forte e volumosa, nos meses em que exerceu o mandato⁸⁷. Bertha ocupa-se de matérias importantes em diferentes áreas.

Na educação e cultura, discute o projeto de criação da Universidade do Brasil, propondo o modelo de campus universitário, próprio das comunidades rurais universitárias norte-americanas:

(...) Ali as faculdades se acham disseminadas em parques, com residências especiais para estudantes homens e para estudantes mulheres e há uma verdadeira vida universitária social, circunstâncias essas que tornam as universidades americanas muito superiores às europeias divididas em escolas e faculdades dispersas, sem nenhum elo social.⁸⁸

Apresenta emenda ao dispositivo que institui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, afirmando discordar dessa junção de

⁸⁶ Além de Bertha Lutz, assinam a declaração as seguintes senhoras: Anna Amélia Carneiro de Mendonça, vice-presidente em exercício da FBPF; Maria Sabina de Albuquerque, presidente da Liga Eleitoral Independente; Nydia Moura, profissional feminina; Georgina Barbosa Vianna, presidente da União dos Funcionários Públicos; Norma Muniz, secretária representante das associações estaduais; Maria Luiza Bittencourt, consultora jurídica da federação e Luiza Sapienza, pela Liga Eleitoral Independente do Distrito Federal.

⁸⁷ Bertha foi diplomada em junho de 1936. Em novembro de 1937, o Congresso Nacional foi fechado por ato do governo.

⁸⁸ LUTZ, Bertha. Discurso pronunciado na sessão de 9/1/1937, *Diário do Poder Legislativo*, 15/01/1937.

filosofia, ciências e letras. Para ela, o exemplo que deveria orientar o formato dessa instituição era o da Universidade de Paris, no qual

as ciências que devem figurar nos programas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras são evidentemente as ciências físicas, matemáticas e naturais⁸⁹.

Assim, sugere dividir essa faculdade em duas: uma, de ciências, matemáticas, físicas e naturais,

que são ramos bem desenvolvidos das ciências, possuem metodologia própria, e tem dado os resultados mais felizes e fecundos para o desenvolvimento técnico da civilização material e intelectual, de que gozamos hoje e, uma outra, de filosofia e letras, pois, o ensino literário, embora muito interessante, fica muito distanciado da disciplina científica, formadora do espírito⁹⁰.

Com relação à cultura, apresenta uma emenda criando o Conselho Nacional de Pesquisa e de Divulgação Científica. Ao projeto de criação da Universidade do Brasil agrega emenda para instituir a Faculdade de Ciências Domésticas e Sociais para

o preparo de especialistas nos programas domésticos e sociais e do treinamento de organizadoras futuras para serviços federal e estaduais de ensino doméstico, professoras de escolas secundárias etc. com o intuito de disseminar uma forma sólida de cultura entre a população feminina⁹¹.

No âmbito da ciência, da educação e da saúde, Bertha preocupava-se com os estabelecimentos hospitalares, com a assistência à maternidade e à infância, razão pela qual expõe seu ponto de vista técnico, em relação à matéria orçamentária, na discussão do projeto número 97-D de 1936, *orçando a receita geral e fixando despesa para o exercício de 1937*.

No que se refere aos estabelecimentos hospitalares e a propósito de alocação de verbas para a saúde, Bertha considera ser necessário tratar a questão sob dois aspectos: o da medicina tropical

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Idem, ibidem.

e o da engenharia sanitária. Sobre a questão da engenharia sanitária, Bertha afirma ser impossível negar que o Distrito Federal tenha necessidade premente de obras de engenharia sanitária⁹².

Nas excursões que eu mesma tenho feito, como naturalista do Museu Nacional, através da baixada do Distrito Federal, tenho tido ocasião de ver quanto são necessárias as obras de engenharia sanitária. (...) Atravessando os brejos e as restingas, onde há anos venho procedendo a estudos especiais da flora (...) na região de Sernambetiba, entre a Barra da Tijuca e Guaratiba, tenho verificado que estão obstruídos os leitos dos rios e os canais e como são necessárias, nessa zona, as obras sanitárias. São indispensáveis. (...) não devemos, porém, esquecer o problema médico. (...) os problemas estão interligados. (...) que seja posto em execução um plano sanitário de combate e profilaxia da malária, pelos métodos de engenharia e de medicina (LUTZ, *Diário do Poder Legislativo*, 26/10/1936).

Bertha busca em experiências realizadas em passado próximo, no Distrito Federal, ilação razoável na defesa de sua proposta para a saúde:

...um dos mais brilhantes administradores que passaram pelo Departamento Nacional de Saúde Pública – o grande higienista baiano, dr. Clementino Fraga (...) encontrou ele condições que lhe teriam permitido fazer uma das administrações menos eficientes, do ponto de vista sanitário, porque no decorrer de sua gestão houve um surto de febre amarela na capital da República. Não obstante, fez obra modelar. Auxiliado pelas verbas ilimitadas que o governo federal colocou à sua disposição, executou o dr. Clementino Fraga um plano excelente de combate e extinção da febre amarela. Tive ocasião de observá-lo de perto, porque entre as medidas que tomou o ilustre higienista se destacou uma que, pela primeira vez, se punha em prática no Brasil (...) a de apelar o Poder Público para a

⁹² Bertha faz críticas à Comissão de Finanças, que reduziu a quantias irrisórias cotas constitucionais para a educação e a cultura e, sobretudo, aquelas destinadas à assistência à infância e à maternidade. Sua crítica mais contundente, porém, foi dirigida às emendas apresentadas por deputados para a distribuição da quota para a saúde, que umas vezes privilegiava as obras sanitárias, outras vezes a profilaxia médica. Em ambos os casos, a verba era insuficiente. Bertha propõe que se faça um plano para a saúde, a exemplo do que se fazia para a educação.

iniciativa particular. O dr. Clementino Fraga serviu-se de uma comissão das associações femininas para fazer a educação sanitária do povo, distribuindo material, explicando o papel do mosquito, visitando as donas de casa refratárias para convencê-las da necessidade da extinção dos criadores de mosquitos (LUTZ, *Diário do Poder Legislativo*, 26/10/1936).

A deputada analisa o critério redutor proposto pela Comissão de Finanças e questiona o argumento *lógico* utilizado pelo ministro da Fazenda para que não fossem aplicados os percentuais fixos estabelecidos nos artigos 141 e 156 da Constituição Federal, enquanto pendentes de legislação ordinária. Bertha propõe ao ministro substituir o argumento lógico pelo aspecto social. O artigo 141 da Constituição manda despendar 1% das rendas tributárias da União, dos Estados e dos municípios, no amparo à infância e à maternidade. O artigo 156 estabelece que deverão ser aplicados 10%, ao menos, da renda resultante dos impostos, na educação e cultura. *È, portanto, incompreensível que se proponha um redutor*, conclui a deputada⁹³.

Uma de suas principais preocupações é a assistência à maternidade e à infância. Entende ela que essa assistência não seja apenas feita sob o aspecto clínico e sanitário, mas sobretudo, de natureza educativa e de natureza social. Nesse sentido, luta no plenário da Câmara dos Deputados para que se reconheça a especialização constitucional da verba para fins determinados e com proporção estabelecida pela Constituição de percentuais fixos para a educação, cultura e assistência à maternidade e à infância⁹⁴.

⁹³ Os artigos da Constituição foram, em grande parte, sugestão de Bertha Lutz à Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição, da qual fez parte como representante da mulher brasileira (cf. Os 13 Princípios Básicos). A ideia de estabelecer um percentual fixo da arrecadação proveniente de impostos foi ardorosamente defendida pelos educadores que militavam na Associação Brasileira de Educação e desde o início dos anos de 1930, Anísio Teixeira a defendeu em artigos publicados no jornal *O Diário de Notícias*.

⁹⁴ Por iniciativa da deputada, a Câmara dos Deputados criou a Comissão do Estatuto da Mulher, cuja presidência coube à deputada Bertha Lutz.

A principal crítica da deputada recai nos princípios que orientavam a criação do critério redutor pela Comissão de Finanças da Câmara. Segundo Bertha, sob

o olhar abstrato de poeta ⁹⁵ embevecido na contemplação do infinito, esteja o nobre colega inclinado a estabelecer sobre as finanças da República, uma ditadura semelhante àquela que, em terras lusitanas, é exercida pelo sr. Oliveira Salazar.

Subjaz ao discurso da deputada uma matriz de oposições que organiza sua visão de progresso. Ao misticismo poético redutor, Bertha opõe o verdadeiro progresso: o científico ⁹⁶.

(...) em época de tumulto e de involução, como a nossa, não há dogma de doutrina política invulnerável. Cedo ou tarde esgotam-se os argumentos políticos e a humanidade, fremente, resvala para hábitos primitivos e selvagens. Diante da realidade biológica e das peculiaridades psicológicas do temperamento, só há uma tábua de salvação: a equidade dos sábios e a firmeza dos princípios morais. (...) outros países coordenam, fortalecem e auxiliam, através de Conselhos Nacionais de Pesquisas Científicas, a obra dos homens de ciência que lutam contra a morte e a ignorância, aplicando seus conhecimentos técnicos ao bem-estar humano. (...) fazem todos eles [esses países] palmilhar seus territórios imensos, pelos naturalistas, zoólogos, botânicos e mineralogistas, para que riqueza alguma permaneça desconhecida, ou desaproveitada, e para que se dê proteção adequada à fauna, à flora e às belezas naturais. (LUTZ, *Diário do Poder Legislativo*, 26/10/1936)

A diferença entre o cientista e o mítico, diz Bertha, é que o cientista tem um modo sereno de examinar fatos, enquanto o misticismo tanto poderá ser orientado pelos bons profetas, como também pelos maus, pois o misticismo não raciocina e precisamos de lucidez. O opositor da deputada, deputado Diniz Júnior,

⁹⁵ Bertha refere-se ao poeta e veterano parlamentar João Simplicio, presidente da Comissão de Finanças.

⁹⁶ Após a exposição dos argumentos da deputada, os defensores das teorias contrárias altercaram: foram os cientistas que aconselharam o uso de gases nas guerras (deputado Diniz Júnior). A deputada retrucou: são o temor e a cobiça que conduzem os homens a empregar mal as conquistas da ciência. Citando Bertrand Russel, concluiu: não basta a ciência; é preciso que cada descoberta científica seja acompanhada pela sabedoria.

retorquiu afirmando que a obra do cientista se restringe à sua atividade de gabinete, de laboratório. Para ele, o político é que deve encontrar ritmo, social e econômico, em que enquadre as descobertas e realizações da ciência.

Em resposta, Bertha diz que o deputado estava confirmando, justamente, sua tese, pois ela estava apelando para os políticos, a fim de que estimulem a ciência para que a ponham em contato com a vida parlamentar, de modo que possa dar em benefício do país seus frutos, não só descobertas realizadas, mas também na orientação da educação popular. Bertha apela para os deputados não limitar as verbas destinadas a fins educativos, aos ensinamentos rurais e industriais. Pede-lhes para amparar estabelecimentos como o Instituto Oswaldo Cruz – maior orgulho do Brasil no estrangeiro – e que pelas verbas minguadas não podia sequer acompanhar a bibliografia científica, referentes às descobertas eminentemente práticas de medicina tropical. Apela, ainda, com eloquência comovente, para a manutenção da verba especial destinada à assistência à maternidade. No Rio de Janeiro, afirma Bertha, cidade de quase dois milhões de habitantes, não existem 230 leitos gratuitos para parturientes, em todas as maternidades e hospitais. O Plano Nacional de Educação não cogita em uma palavra sequer da educação das gerações femininas para suas responsabilidades futuras. No questionário oficial, referente ao Plano Nacional de Educação, o único quesito referente à mulher é a indagação

se ao titular da pasta de Educação é lícito aplicar as quotas de maternidade e infância na realização do sonho grandioso que planejou. Senhores deputados, votemos na legislação cultural e social em benefício da infância, da maternidade e do Brasil de amanhã. Senhores Deputados: rejeitemos a emenda porque ela é antissocial e antieconômica, ilógica e inconstitucional. (LUTZ, *Diário do Poder Legislativo*, 26/10/1936)

Uma de suas principais preocupações é a assistência à maternidade e à infância. Entende ela que essa assistência não seja apenas

feita sob o aspecto clínico e sanitário, mas sobretudo, de natureza educativa e de natureza social. Nesse sentido, luta no plenário da Câmara dos Deputados para que se reconheça a especialização constitucional da verba para fins determinados e com proporção estabelecida pela Constituição de percentuais fixos para a educação, cultura e assistência à maternidade e à infância.

Comprometida com as questões femininas, a deputada não mede esforços para criar a comissão do Estatuto da Mulher⁹⁷, da qual foi presidente. Essa comissão era encarregada da regulamentação dos dispositivos constitucionais que tratam dos direitos assegurados à mulher nos parágrafos 1º e 3º do Art. 121 e no artigo 138, que confere às três esferas do poder público a incumbência de amparar a maternidade e a infância. O trabalho realizado por Bertha nessa comissão é publicado sob o título “*O Trabalho Feminino: a Mulher na Ordem Econômica e Social*”. Apresenta, ainda, projetos em defesa da mulher, e de criação do Departamento de Trabalho Feminino; presidente da comissão que redigiu o Estatuto da Mulher, propõe novas leis para sua proteção⁹⁸. A conquista da cidadania plena da mulher incluía não somente os direitos políticos e sociais, mas também os civis. Os direitos civis da mulher era uma das reivindicações primeiras defendidas por Bertha em seu artigo sobre *A Nacionalidade da Mulher Casada*⁹⁹. Desde 1924, Bertha discutia questões do Código Civil de 1916 sobre o estatuto da mulher casada. A Constituição de 1934 assegurou a autonomia da mulher casada, confirmando a tese defendida por Bertha de que

⁹⁷ A comissão era constituída por dez membros, sendo oito homens e duas mulheres, Bertha Lutz e Carlota de Queiroz.

⁹⁸ Os vários projetos apresentados pela deputada estão relacionados na bibliografia.

⁹⁹ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1933. O texto foi escrito em 1924. Bertha continuou tratando a questão durante décadas. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, em 7 de agosto de 1958, ela disse: “As mulheres casadas no Brasil ainda são escravas. Talvez a maioria não saiba o pesado tributo exigido pelo Código Civil que, no artigo 6º, considera a mulher casada relativamente incapaz, determina que a mãe ao contrair novas núpcias perde o pátrio poder, e veda à mulher casada o exercício profissional sem a autorização do marido”.

“a mulher deve ter, fora e dentro do casamento, uma personalidade civil completa, igual à do homem”. O Estatuto da Mulher¹⁰⁰ veio a confirmar esses direitos. A defensora dos direitos plenos da mulher promove uma reforma completa da legislação brasileira, colocando a mulher em condições de senhora de si mesma.

Antes, porém, da aprovação do documento, dá-se o golpe de Estado de outubro de 1937 e o fechamento das duas Casas do Congresso Nacional. Sob a égide de Getúlio Vargas, instala-se o Estado Novo.

Em 1937, Heloisa Alberto Torres assume a direção do Museu Nacional e promove uma série de mudanças, como a criação de novos departamentos, a implantação de novos cursos, a aprovação de planos de carreira. Mas a principal mudança diz respeito à implantação de uma nova concepção para o museu, ampliando seu papel como órgão educativo e difusor da ciência e procedendo à diferenciação da antropologia das demais ciências (geologia, botânica, zoologia)¹⁰¹. No novo plano de carreira, Bertha Lutz é enquadrada como naturalista, padrão K, do quadro permanente desse museu. Em dezembro de 1939, Heloisa Torres a indica para substituí-la como representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil¹⁰², órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. A carreira da naturalista, desde então, assume proporções extraordinárias em rela-

¹⁰⁰ O Estatuto da Mulher não chegou a ser aprovado em razão do fechamento do Congresso Nacional no fim de dezembro de 1937.

¹⁰¹ A antropologia era um ramo das ciências naturais. Na reforma promovida por Heloisa, a antropologia ganha status de ciência autônoma. Sobre esse assunto, consultar o trabalho *O Nascimento dos Museus Brasileiros*, de Lílian K.M. Schwarcz, in MICELLI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Editora Sumaré, 2001, pp. 29-90.

¹⁰² Segundo Benchimol, J. L.; Magali R. Sá et alii (2003, p. 229), o exercício dessa representação “lhe deu o poder de interferir nas relações com museus de história natural estrangeiros”. Desde 1922, Bertha mantinha correspondência ativa com Museus dos Estados Unidos e da Europa e era membro correspondente do American Museum of Natural History, 1922; Society for the Study of Evolution USA (desde a fundação); Office International pour la Protection de la Nature, Bélgica (1929).

ção às outras atividades que ela realiza. Desde o início de seus estudos em Paris, Bertha não esconde o fascínio que a botânica exercia sobre ela, sobretudo *a parte mais sistemática do que o resto. Temo que seja a lógica da ciência que exerça maior fascínio sobre mim*¹⁰³. É oportuno lembrar que, como estudante em Paris, na década de 1910, as preferências de Bertha seguiam essa ordem: tornar-se escritora, especializar-se em botânica, trabalhar como assistente de seu pai.

Naquele instante, o curso de sua vida a conduzia a estreitar os laços entre o trabalho de seu pai e a botânica. Vale observar que Bertha nunca descuidou desse trabalho. Ela tinha consciência da enorme importância dos estudos que seu pai realizava no campo científico e fazia de tudo para preservar essa herança como um bem público inestimável. Ainda recém-formada, em 1918, começa a trabalhar com o pai no Instituto Oswaldo Cruz. Segundo Jaime Benchimol, Magali Sá et alii (2003, p. 206), dr. Adolpho Lutz

já era um homem de mais de 60 anos, tratado com reverência por seus pares, como uma espécie de ícone da ciência. (...) As Reminiscências dermatológicas¹⁰⁴ (...) as Reminiscências sobre febre amarela¹⁰⁵ (...) as Reminiscências da febre tifóide¹⁰⁶ (...) baseavam-se em documentação que Bertha já compilava e arquivava, e refletiam a preocupação de ambos em zelar pelo vultoso patrimônio científico de Adolpho Lutz.

Em 1938, o agravamento do estado de saúde de dr. Adolpho, que tinha problemas de locomoção e se encontrava quase cego¹⁰⁷,

¹⁰³ Carta que Bertha enviou ao pai em 31-7-1916, apud BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii (2003, p. 206).

¹⁰⁴ Obra publicada em 1922, no Segundo Congresso Sul-Americano de Dermatologia e Sifilografia, realizado em Montevideu.

¹⁰⁵ Trabalho apresentando na 4ª Conferência Sul-Americana de Higiene, patologia e microbiologia, em 1929.

¹⁰⁶ Trabalho publicado em 1936.

¹⁰⁷ Em correspondência enviada ao diretor do Museum of Comparative Zoology of Harvard College, Cambridge, Mass, em 1941 (após a morte de seu pai), Bertha escreveu: "Os olhos de papai deterioraram-se a ponto de não ser mais capaz de ler, e todo meu tempo livre foi destinado a preencher as lacunas deixadas pelos outros leitores, quando não podiam estar com ele. Não lamento este tempo precioso que compartilhamos". (LUTZ, Bertha apud Benchimol (2003, pp. 209-210)

aumenta a responsabilidade de Bertha na administração desse patrimônio. Ela assume o trabalho do pai, particularmente,

a correspondência com seus interlocutores, a condução de algumas de suas pesquisas e parte das cansativas atividades de preparação e publicação de seus derradeiros trabalhos científicos, que versavam sobre a lepra e os anfíbios. (Idem, p. 2007).

A morte de seu pai, em 6 de outubro de 1940, foi um terrível golpe para Bertha. Recebe condolências de amigos e admiradores de seu pai, do exterior e do Brasil¹⁰⁸. Segue para a capital de São Paulo para participar da inauguração da nova sede do Instituto Bacteriológico de São Paulo, que passa a levar o nome de Instituto Adolpho Lutz, por decreto do interventor Adhemar de Barros. Na segunda quinzena de dezembro, ela se refugia em Petrópolis (RJ). Escreve cartas. Em uma delas, expressa seus sentimentos:

Father's going was a terrible blow to me. I was so stunned by it that even now are blanks and pockets in my memory and conscious thought. The whole thing is still permeated with a feeling of unreality. For a long while, and still now, at intervals - I feel like a ghost among living human beings. Only nature and the interests we had in common kept me going. Often I wished that this dreary war were over that we might be going on long trek collecting in the wilder parts of Brazil¹⁰⁹.

Em início de janeiro de 1941, Bertha continua à deriva, para usar uma expressão dela. Ainda atordoada, tenta retomar o controle de sua vida. A sensação de desconforto não a abandona, e não lhe permite sentir-se bem em lugar nenhum. Procura um lugar para viver. Passa uns dias em casa do irmão Jixey (apelido do dr. Gualter Lutz), enquanto desmonta o apartamento em que morava com o pai. Por fim, encontra um abrigo na sede da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Faz desse lugar seu refúgio,

¹⁰⁸ Mary Anderson, diretor, U.S. Department of Labor Women's, envia pêsames pela morte de Adolpho Lutz e lamenta não mais contar com a presença de Bertha em encontro organizado por Carrie Chapman Catt e a Comissão Interamericana de Mulheres.

¹⁰⁹ BR. MN. Arquivo. Fundo Bertha Lutz. BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii (2003, p. 243) publica algumas dessas cartas.

durante as férias de verão. Em carta a uma amiga, confidencia: *Estou morando no quarto onde você discursou, pus os arquivos no quarto menor e tenho um banheiro e uma cozinha com laboratório*¹¹⁰. Ocupa-se, então, em organizar “a grande confusão de papéis” deixados pela federação e por seu pai. Essa tarefa dá a Bertha um norte para sua vida. Ela estabelece um plano para preservar a memória do cientista Adolpho Lutz.

Estou me dedicando à grande tarefa de organizar o arquivo de meu pai, tão completo quanto possível. Tenho em vista a conservação, catálogo das coleções e a publicação de uma biografia e, se possível for, de uma edição completa dos trabalhos do professor Lutz e sua correspondência científica¹¹¹.

Nesse sentido, visita bibliotecas e arquivos do Rio de Janeiro, endereça cartas aos diretores de museus nos Estados Unidos e na Europa, à redação de revistas científicas, aos curadores de fundações,

com o objetivo de recolher ao arquivo que organizava cartas e trabalhos de instituições nacionais e estrangeiras (BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii, 2003, p. 210).

Do estado de atordoamento nasce a Bertha historiadora, fortemente ligada ao irmão Gualter Lutz. É assim que Bertha e Gualter Lutz dão início a um trabalho hercúleo, que resultará na publicação das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em uma série de artigos, cujo primeiro, intitulado “Contribuição à História da Medicina” (1943), é de autoria dos irmãos. As principais fontes documentais usadas pelos Lutz na elaboração desse trabalho são os relatórios escritos pelo pai no período em que dirigiu o Instituto de Bacteriologia de São Paulo, e dão conta da campanha contra a epidemia de cólera (1890) e das pesquisas sobre disenteria realizadas pelo cientista. O segundo artigo dessa série foi escrito por Hildebrando Portugal, a

¹¹⁰ BR. MN. Arquivo. Fundo Bertha Lutz. BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii (2003, p. 243) publica algumas dessas cartas.

¹¹¹ LUTZ, Bertha, apud BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii, 2003, p. 210.

pedido de Bertha, e versou sobre “*as nodosidades juxta-articulares, enfermidade descrita pioneiramente por Lutz quando de sua estada no Havaí*” (id. p. 211).

Mas o principal projeto para cultivar a memória de Adolpho Lutz tem início em 1940: a construção do Museu de História Natural Adolpho Lutz pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Foi o secretário geral de Saúde e Assistência do Distrito Federal, o pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, Oswino Penna, quem comunicou a Bertha Lutz o interesse do prefeito Henrique Dodsworth para criar o referido museu no Parque da Cidade.

Bertha conhecia bem a literatura sobre museus e era sócia da Associação Americana de Museus e de algumas das mais importantes instituições desse gênero na Europa. Como bolsista da Carnegie Corporation, em 1931, ela não só conheceu os principais museus dos Estados Unidos, como tomou conhecimento de uma literatura especializada sobre museologia. A oportunidade para criar o Museu Adolpho Lutz caiu-lhe como luva para concretizar o modelo ideal de museu que ela concebe em seu livro *O papel educativo dos museus americanos*. Entre os museus visitados nos Estados Unidos, o de Búfalo e o do Brooklyn chamou-lhe particularmente sua atenção. Talvez, por isso, se possa encontrar a influência desse modelo no primeiro esboço do Museu Adolpho Lutz que Bertha apresentou ao prefeito Dodsworth, por ocasião da visita que ambos fizeram ao Parque da Cidade.

Segundo Benchimol, J. L.; Magali R. Sá et alii (2003, p. 213) esse primeiro esboço

tinha em mira a exibição da obra do cientista como uma espécie de coroamento dos ciclos de descobertas biológicas ocorridas no Brasil, desde a ocupação holandesa, no século XVII.

O espaço físico do museu compreendia dois ambientes¹¹². No primeiro, ao ar livre,

¹¹² Além da ambientação física, o esboço apresentava a necessidade de preparo de pessoal técnico especializado (corpo docente, guias etc.). Consultar a esse respeito BENCHIMOL et alii (2003).

o visitante teria a oportunidade de observar grupos botânicos e faunísticos devidamente classificados e explicados, inclusive orquidário, bromeliário, viveiros e animais que viveriam em liberdade no parque.

O segundo, no interior do museu, Bertha planejou espaços para realizar as exposições permanentes e as temporárias, com

coleções biológicas; reservatórios de espécimes; laboratórios; biblioteca e um arquivo com narrações, mapas, roteiros, fotografias e outros materiais concernentes às viagens científicas realizadas por Adolpho Lutz e outros naturalistas.

A empreitada exige a colaboração de três instituições: a prefeitura, o Museu Nacional e o Instituto Oswaldo Cruz, com a cessão à prefeitura de funcionários dessas duas outras instituições (biólogos, jardineiros colecionadores, desenhistas, fotógrafos, datilógrafos etc.). A cessão de funcionários, de uma instituição pública para outra, passa por um processo burocrático complicado; nem sempre é fácil conseguir a anuência dos chefes imediatos do funcionário. Esse e outros problemas tornaram o projeto inviável. Essas dificuldades, contudo, não fizeram esmorecer a vontade firme de Bertha para executar o projeto. Ela pede ao amigo e arquiteto Philip Newell Youtz¹¹³ que, enquanto esteve à frente da direção do *The Brooklyn Museum*, promoveu mudanças revolucionárias para democratizar o acesso de todos os cidadãos à cultura e às artes, para desenhar o projeto do Museu da Natureza, em memória de Adolpho Lutz.

A amizade entre os Lutz e o arquiteto datava dos “velhos tempos” em que se conheceram. Em início de 1941, o arquiteto e sua esposa empreendem uma viagem de turismo ao Brasil, começando pela cidade do Rio de Janeiro e prosseguindo até Salvador. Da capital da Bahia seguem para Recife, e depois para Belém e Manaus.

¹¹³ Youtz foi diretor de programas educativos em artes para adultos do People's Institute e curador de exposições do Pennsylvania Museum of Art, e do Pacific Area and Pacific House na Golden Gate International Exposition de 1938-39. Foi ainda decano do College of Architecture and Design da Universidade de Michigan. Seu escritório de arquitetura ficava em Nova York. Tinha livros publicados sobre museografia. Bertha o conheceu quando esteve em New York como bolsista da Carnegie Corporation, em 1931. Ele foi um dos autores que ela citou nas referências bibliográficas do seu relatório.

Enquanto percorre as principais capitais brasileiras, o arquiteto faz o esboço do projeto arquitetônico do museu, com base em trocas de ideias mantidas por meio de correspondência com Bertha¹¹⁴. Durante sua estada no Rio de Janeiro, o casal vai com Bertha visitar o Parque da Cidade, local cuja beleza é apreciada por ele, mas inadequado para o museu porque ficava longe do centro¹¹⁵. Para Youtz, preferencialmente, o museu deveria ser instalado

numa artéria urbana importante, de preferência a nova Avenida Presidente Vargas que começava a ser aberta (Benchimol, J. L.; Magali R. Sá et alii, 2003, p. 218).

Localização, arquitetura, instalações e, principalmente o nome do museu, são as questões que alimentam a troca de ideias entre o arquiteto e Bertha, na primeira quinzena de 1941. O nome do museu deve indicar sua natureza, diz Bertha. O arquiteto sugere que se denomine *Museum of Life – Proposed Memorial to Adolpho Lutz*¹¹⁶. Bertha sugere três opções de nomes, escrevendo-os no papel da carta de Youtz: Museu da Natureza, In Memoriam de Adolpho Lutz; Museum of Life and Disease; Museu of Life and Health as Museum of Tropical Medicine. Sobre as instalações para abrigar os acervos do museu, Youtz esboça o primeiro desenho de um edifício de cinco pavimentos, em forma octogonal, cuja característica principal seria a

¹¹⁴ Como era habitual, Bertha guardou toda a correspondência que trocou com o arquiteto, bem como os desenhos por ele feitos. (cf. MN. Fundo Bertha Lutz).

¹¹⁵ O difícil acesso ao parque inviabilizava a principal função do museu como espaço educativo democrático. O visitante é um fator importante a ser considerado e Youtz defendia modificações radicais da técnica museológica, abrindo ao museu vastas perspectivas de utilidade pública e oportunidades valiosas de concorrer eficazmente para a disseminação da cultura popular. Bertha concordava com ele. Um museu, escreveu, é em primeiro lugar um instituto de pesquisa e, em segundo, um órgão insubstituível de divulgação popular.

¹¹⁶ Em sua carta, Youtz explica porque gosta do nome Museum of Life. Na língua inglesa, escreve Youtz, esse nome tem conotações que ultrapassam os limites do museu de biologia usual com seus espécimes mortos. O nome dirige a atenção para um dos mais férteis e promissores campos de aplicação da bioquímica, biofísica e genética. Quer seja considerado como dependência de uma escola de médica ou como uma instituição independente, um museu desse tipo atrairia a atenção mundial. (Youtz, apud BENCHIMOL, J. L.; Magali R. Sá et alii, 2003, p. 219).

funcionalidade. No térreo ficariam as salas para conferências, exposições de espécimes vivos e outras demonstrações, e a entrada que daria acesso aos demais pavimentos.

O segundo, o terceiro e o quarto pavimentos destinavam-se às coleções sistemáticas, e o quinto aos laboratórios de pesquisa, escritórios e biblioteca. O museu teria sete divisões, que exporiam seus materiais nos pavimentos térreos das sete alas que se desprendiam do pavilhão central em forma de octógono¹¹⁷ (BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii, 2003, p. 217).

Com base nas sugestões feitas por Bertha, Youtz vai aperfeiçoando seu trabalho. Ao fim de três pré-projetos, ele considera ter chegado o momento de Bertha encaminhá-los às autoridades, apresentando, por meio desses desenhos, a ideia do museu. Sugere, ainda, que ela peça

a um desenhista para confeccionar planta e elevação atraentes, com sombras, nuvens e árvores, e a um “jovem arquiteto com habilidades artísticas”, para desenhar uma perspectiva da fachada colorida com aquarela (Idem, p. 221).

A grandiosidade do projeto constitui problema para sua realização, naquele momento. Bertha reconhece as dificuldades para levar a cabo o empreendimento. Por isso, pensa em alternativas mais simples, como “um museu a céu aberto”, para presentear a cidade do Rio de Janeiro, custeado com recursos próprios.

Os tempos em que vivemos são tão sordidamente materialistas que os esforços de idealistas generosos podem servir de estímulo à juventude desencantada¹¹⁸.

As acirradas disputas no meio científico envolviam instituições e indivíduos numa relação de forças e de dominação. A área é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações que não são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo

¹¹⁷ Cf. O esboço preliminar do andar térreo e a fachada do Museu da Natureza in Benchimol et alii, 2003, pp. 214 -217.

¹¹⁸ Carta de Bertha para Youtz, em 12-2-1941, in BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii, 2003, p. 223.

social global que o envolve. Todo campo, inclusive o campo científico, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Enquanto espaço de criação, produção e divulgação da ciência, o Museu Nacional vivia dias de intensas disputas internas e externas. Internamente, o grupo liderado por Heloísa Alberto Torres, do qual fazia parte Bertha Lutz, com muita independência, enfrentava o grupo de naturalistas, contrários à política desenvolvida pela diretora. Nesse quadro de disputas políticas, o projeto do Museu da Vida em memória de Adolpho Lutz, a ser construído na principal via da cidade, num projeto arquitetônico assinado por um dos arquitetos mais famosos dos Estados Unidos, sob a liderança de Bertha, apresenta-se como uma ameaça ao grupo dos naturalistas. Apesar das oposições, Bertha conserva-se firme em seus propósitos, consciente de que a adversidade do clima político poderia ser contornada. O horizonte social de Bertha era infinito. Seu círculo social envolvia cientistas, políticos, intelectuais, senhoras da alta sociedade paulistana e carioca, diplomatas, jornalistas correspondentes. Particularmente, vale sublinhar sua relação com Getúlio Vargas e sua esposa e, ainda, sua amizade com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil. A dimensão do prestígio científico e social de Bertha foi lembrada por Esmeraldino de Souza¹¹⁹, funcionário que trabalhou com ela no museu, em depoimento para a revista *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*:

As pessoas a respeitavam pelo que ela era dentro e fora do museu. Uma vez por mês, a dr^a. Bertha Lutz tinha audiência com o sr. presidente da República, o falecido dr. Getúlio Vargas. Todas as quintas-feiras, a partir de 15 horas, o dr. Getúlio Vargas a recebia. Por quê? Porque tinha grande contato com os Estados Unidos. A sede da presidência Internacional das Mulheres, a sede era dentro da Casa Branca. Também não dou certeza, mas uma das integrantes era a esposa do falecido presidente Roosevelt, então era fácil... Muitas ve-

¹¹⁹ SOUZA, Esmeraldino. "Bertha Lutz na visão de um técnico". Depoimento de Esmeradino de Souza. In *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 10 (1): 411-68, jan-abr. d003, pp. 413-414.

zes, fui levar a dr^a. Bertha de automóvel a uma audiência com o falecido dr. Getúlio Vargas. O chefe da Casa Civil era o sr. Lourival Fontes. Lembro-me bem dele, porque toda vez que eu chegava lá, ele dizia: “Vamos para o café”. Era um homem grande, com o cabelo grande, o cabelo voava... Muitas coisas que a dr^a. Heloísa Alberto Torres queria ou adquiria, era por intermédio da dr^a. Bertha Lutz.

A vida política dela lá fora consistiu nisso. Era a representante do Brasil, e como vocês sabem, isso influi dentro do museu, influi no Instituto. Ninguém mexia com a dr^a. Bertha Lutz. O ministro a obedecia.

A década de 1940 é dedicada à construção da memória de Adolpho Lutz e à federação (nessa ordem de prioridade). É, também, um período de muitas viagens e prêmios conferidos pelos trabalhos no âmbito dos direitos humanos. Em 1944, o governo brasileiro envia Bertha Lutz como delegada plenipotenciária, com categoria de embaixadora, à Conferência de São Francisco que criou as Nações Unidas. No ano seguinte, 1945, viaja ao Colorado, Estados Unidos, para receber o Prêmio do Club Soroptineísta¹²⁰ pelo trabalho realizado em São Francisco. Ainda nos Estados Unidos, nesse mesmo ano, recebe o título de doutor *Honoris Causa*, do Mills College da Califórnia.

Os anos de 1950 apresentam novos e grandes desafios para Bertha Lutz. O primeiro, em prosseguimento às iniciativas empreendidas para preservar a memória do pai¹²¹, diz respeito aos preparativos comemorativos do seu centenário. Bertha organiza uma exposição dos trabalhos realizados por Adolpho Lutz para as festas comemorativas dos cinquenta anos do Instituto Oswaldo Cruz, em 1950. No ano seguinte, procura sua amiga e diretora do Museu Nacional, Heloísa Torres, com sugestões para formar uma comissão organizadora das comemorações do centenário Adolpho Lutz. Bertha articula-se com instituições e figuras importantes do cenário

¹²⁰ Trata-se de uma organização mundial de mulheres gestoras e profissionais que atuam em projetos de serviço a favor dos direitos humanos e da promoção do Estatuto da Mulher.

¹²¹ Bertha Lutz esteve presente na inauguração do busto de Adolpho Lutz no Instituto Adolpho Lutz em São Paulo.

científico, político e empresarial para viabilizar o projeto do centenário. Entra em contato com o almirante Álvaro Alberto, presidente do recém-inaugurado Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), órgão vinculado à Presidência da República, que também ocupava a presidência da Academia Brasileira de Ciências, com o objetivo de pedir especial interesse nos eventos do centenário. Em 1953, o Conselho Nacional de Pesquisas constitui a comissão incumbida de preparação do centenário Adolpho Lutz, sob a presidência de Álvaro Alberto, que passa a contar com dois vice-presidentes, o ministro da Saúde, dr. Mário Pinotti, e o diretor do Instituto Adolpho Lutz, dr. Olimpio Mourão, uma secretária-geral – Heloísa Torres – e vários pesquisadores e funcionários do Instituto Oswaldo Cruz. Em sua terceira reunião, a comissão definiu o plano de trabalho a ser realizado: produção de bibliografia e biografia comentadas do cientista; reimpressão dos seus principais trabalhos; cunhagem de medalhas em *vermeil* para distribuição a instituições científicas; edificação do busto do cientista em frente ao Instituto Adolpho Lutz (SP); impressão de um selo postal; publicação de álbum sobre fauna anura brasileira; realização de sessões comemorativas no Rio de Janeiro (na Academia Brasileira de Ciências) e em São Paulo, com a participação da comunidade científica¹²².

Em 1952, Bertha empreende viagem à Inglaterra com o objetivo de estudar os tipos de anfíbios anuros brasileiros do British Museum, com bolsa do British Council for Cultural Relations. A viagem tem ainda o objetivo de colher dados sobre publicações do pai em revistas científicas¹²³.

¹²² Sobre o plano de trabalho, consultar BENCHIMOL, J. L.; Magali R. SÁ et alii 2003. pp. 222-223, especialmente as notas e referências bibliográficas: Conselho Nacional de Pesquisas. Comissão do centenário Adolfo Lutz. Adolpho Lutz (1855-1940): vida e obra do grande cientista brasileiro. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, Rodrigues e Cia., 55p.

¹²³ Bertha Lutz tinha cidadania inglesa (sua mãe era inglesa). Em 1944, Bertha foi agraciada com a medalha "The King's Medal for Service in the Cause of Freedom", pelo governo inglês.

Coube a Bertha a responsabilidade de preparar o volume bibliográfico, tarefa que ela já vinha cumprindo desde a década anterior e que contou com a colaboração de outros cientistas e funcionários de Manguinhos (Herman Lent, Arthur Neiva e Assuerus Hippolytus). O esforço da filha do cientista para reunir os trabalhos publicados e as conferências realizadas por Adolpho Lutz, no Brasil e no exterior, pode ser evidenciado pelas numerosas cartas que ela escreve para editores, sociedades científicas, cientistas e colaboradores. Bertha ocupa-se, ainda, de outra tarefa: organizar o Arquivo Adolpho Lutz, com publicações, manuscritos, correspondência e documentos diversos. Para realizá-la se desloca diariamente para Manguinhos, onde passa a maior parte de seu tempo¹²⁴. A ausência da naturalista do seu local de trabalho, o Museu Nacional, foi possibilitada por uma concessão do reitor da Universidade do Brasil¹²⁵, conseguida com a interferência de Heloísa Torres.

Bertha incumbe-se ainda de concluir o trabalho sobre anfíbios iniciado por seu pai.

Este livro (*Brazilian species of hyla*)¹²⁶ deveria ter sido escrito por meu pai, dr. Adolpho Lutz, que começou nosso trabalho em anfíbios. ...Ele abriu novos campos através de uma série de monografias que viraram clássicos. Para os anfíbios brasileiros, ele via seus parasitas trematodes. Além de descrever um bom número de novas rãs, ele monografou o gênero *leptodatylylus*, *Bufo*, e *cyclorhamphus* e *eloisinae*. Infe-

¹²⁴ Com a saída de Heloísa Torres da direção do Museu Nacional, em 1955, Bertha é convocada pelo novo diretor a cancelar sua participação na comissão que ela exercia no Instituto Oswaldo Cruz e apresentar-se à posição, na qual estava lotada. Apesar da pressão exercida pelo diretor do museu, Bertha dividiu seu tempo entre as duas instituições. Em 1956, apresentou seu projeto de pesquisa de publicação e conservação das coleções de Adolpho Lutz ao CNPq. Com bolsa dessa instituição (foi bolsista do CNPq de 1956 a 1972) deu continuidade ao seu trabalho no IOC, até 1962, quando foi convidada a desocupar a sala de seu pai. Foi, então, providenciada uma comissão para inventariar o material existente no laboratório e proceder sua transferência de Manguinhos para o Museu Nacional.

¹²⁵ Em 1948, o Museu Nacional passou a ser um órgão da Universidade do Brasil (hoje UFRJ).

¹²⁶ O livro foi publicado sob o título *Brazilian species of hyla*. Photos. by Gualter A. Lutz. Foreward by W. Frank Blair. Austin, University of Texas Press, 1973. 1st Edition. A impressão foi custeada pela Fundação Nacional de Pesquisas de Washington.

lizmente o tempo não permitiu que ele monografasse os *hylidae*, tampouco lhe foi possível concretizar seu maior projeto de publicar um atlas colorido dos anfíbios anuros do Brasil, uma moderna versão dos bonitos livros de alguns dos meus velhos naturalistas.

A contribuição do trabalho herpetológico dessa maneira, coube a mim. De fato logo se tornou um empreendimento de família, desde que as fotografias coloridas usadas no seu livro são trabalhos de meu falecido irmão, professor Gualter Adolpho Lutz. ...Outra pessoa deve ser mencionada: Joaquim Venâncio, um modesto trabalhador do Instituto Oswaldo Cruz. ...permaneceu conosco por mais de trinta anos, até pouco antes de sua morte. Apesar de analfabeto e por muito tempo desinteressado em aprender com livros, ele adquiriu uma perspectiva científica e um bom conhecimento de sistemática; o que aliou a um natural faro para ecologia animal que apesar de altamente pessoal deve ter sido contribuição de sua origem africana. Não fosse pela falta de oportunidade de estudar na juventude, talvez se tornasse um grande pesquisador.

A mulher das Américas

No plano das relações exteriores¹²⁷, ela assume a vice-presidência da Comissão Interamericana de Mulheres, no período 1953-1957. Viaja para Caracas, em março de 1954, na condição de delegada do Brasil na X Conferência Interamericana. Bertha foi designada pelo ministro das Relações Exteriores para a V Comissão: Organização e funcionamento para atender exclusivamente ao subtema de nº 25, Comissão Interamericana de Mulheres. Em seu extenso relatório, Bertha assinala que:

Pela sua própria natureza esta comissão é um tanto heterogênea, incluindo temas muito diversos, como sejam: Comissão Jurídica Interamericana, Comissão Interamericana de Mulheres e as Conferências especializadas. Para cada um desses temas teve o Brasil um delegado, exercendo um deles, o gentilíssimo embaixador Fernando Lobo, também as funções de coordenador.

¹²⁷ Bertha Lutz esteve, em 1945, em São Francisco (USA), como delegada do Brasil na United Nations Conference at San Francisco. Ela era a única mulher da delegação brasileira.

Além da reforma dos estatutos, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) produz três volumosos relatórios¹²⁸ sobre os direitos civis, políticos e econômicos da mulher americana. A única inovação substantiva dos Estatutos é a de autorizar à CIM a se dirigir diretamente aos governos dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), enviando informações, apontando problemas e sugerindo soluções sobre os assuntos de sua especialidade. No relatório encaminhado ao Chanceler Vicente Rao, a representante do Brasil expressa agradecimentos ao apoio que lhe foi dado pelos funcionários da Embaixada do Brasil em Caracas e tece observações sobre a conferência.

Entre 300 e tantos delegados e assessores, havia apenas quinze mulheres, pertencentes a oito das vinte delegações. Apenas seis países, Brasil, Paraguai, Cuba, Panamá, São Domingos e México, levaram delegadas plenipotenciárias (...)¹²⁹.

São muitas as atividades desenvolvidas por Bertha na Pan-American Union Interamerican Commission of Woman nos anos 1950 e 1960. Participa das reuniões anuais, faz conferência e mantém ativa a correspondência com a diretoria. Em 1954, o governo brasileiro a nomeia delegada titular do governo do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos. Nessa condição, ela comparece às reuniões realizadas em 1954, em Assunção, Paraguai; 1955, em San Juan, Porto Rico; 1956, Ciudad Trujillo, República Dominicana; 1958, em Washington, D.C. , Estados Unidos da América.

¹²⁸ Bertha considerou esses relatórios excessivamente massudos, prolixos e mal sistematizados e cheios de erros.

¹²⁹ Como delegada, Bertha Lutz só pode participar do V Tema, que trata especificamente de questões relativas à mulher. Ela faz críticas a esse respeito: Também os problemas culturais e mesmo os de política interessam às delegadas femininas, mormente aquelas que tiveram o ensejo de atuarem como membros do Poder Legislativo de seus países e como delegadas plenipotenciárias à conferência, como a de São Francisco que criou as Nações Unidas. (BR MN BL Ø FEM /10)

Na década de 50, Bertha recebe várias honrarias. Em 1951, ela vai aos Estados Unidos, Nova York, para receber da União de Mulheres Americanas a láurea de Mulher das Américas, honraria anteriormente concedida a Gabriela Mistral (1946), Carrie Chapman Catt (1947), Minerva Bernadino (1948), Eleanor Roosevelt (1949), Josefa T. Aguirri (1950). Em 1956, recebe a medalha Grande Oficialato da Ordem Pablo Duarte, da República Dominicana.

Na presidência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz consegue o reconhecimento do governo para considerar de utilidade pública os trabalhos realizados pela federação, em 1964¹³⁰.

Em 1964, a feminista segue para Montevideu, chefiando a delegação brasileira à 14ª Assembleia Ordinária de Comissão Interamericana de Mulheres, realizada de 15 a 25 de novembro. Bertha Lutz foi a delegada titular do Brasil e presidente do Comitê Brasileiro de Cooperação com a CIM.

Do Uruguai ela vai a Caracas para participar da I Reunião do Programa Biológico Interamericano, passando a chefia da delegação brasileira a Maria Sabina de Albuquerque no dia 19, após terminar seu trabalho na comissão jurídica. Na sessão de abertura da 14ª assembleia foi prestada significativa homenagem à drª. Bertha Lutz como a mulher que mais se destacou na América no árduo trabalho de abrir à população feminina o caminho para que obtivesse seus direitos civis e políticos e o reconhecimento da sua capacidade em todos os setores.

Na Venezuela, Bertha foi convidada a falar sobre a fauna anura brasileira perante a Sociedade de História Natural La Salle, na qualidade de naturalista do Museu Nacional. Bertha faz algumas

¹³⁰ Cf. Cx: 13, pac 02. 1964-1971. Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Registro 1 Ofício de Registro de Título e Documentação. Registro 1361. livro c3 n 8442 livro 1°. Registrado em 9-8-1922/no livro B. v. 1296 desse cartório. Fundada em 9 de agosto de 1922.

constatações sobre o progresso científico na Venezuela. Em primeiro lugar, o progresso da ciência

é menos notável do que o musical. *A biologia* possui poucos adeptos genuínos na Venezuela hoje, *constata Bertha*, apesar dos esforços feitos pela expedição geográfica Barão de Humboldt no início do século, os biólogos da Venezuela ocupam posição social modesta, muito diferentes daquelas reservadas aos pesquisadores científicos nos países de civilização sedimentada.

Em segundo lugar, a existência de uma Fundação Pró-Avanço da Ciência, que segue o padrão americano de procurar interessar as multinacionais do petróleo e outras indústrias no progresso nascente da pesquisa científica, é uma orientação diametralmente oposta a dos países latino-americanos do continente que marcham em direção à socialização. Bertha fica preocupada com a perspectiva essencialmente *técnica* orientadora do progresso venezuelano,

manifestada nas grandes autopistas, no urbanismo ousado da capital e na sua maravilhosa arquitetura moderna. Culmina também na organização dos serviços bélicos, mormente da aviação ao serviço das forças armadas. Oxalá, ali prosperem também a ciência e as artes da paz.

Bertha Lutz aproveita sua viagem à Venezuela para fazer algumas observações biológicas e colher um pequeno número de espécimes. Fez três excursões:

- 1 – Atravessou a Cordilheira dos Andes, penetrando nos Llanos e visitou o Parque Nacional de Rancho Grande.
- 2 – Percorreu as montanhas que se elevam nos flancos da cidade, observando sua fauna e flora.
- 3 – Visitou a célebre coleção ornitológica da família Phelps, que utiliza uma metodologia nova.

A cientista registra sua preocupação com um dos problemas mais prementes do Novo Mundo: a erosão. O Parque Nacional de Rancho Grande “*é uma relíquia preciosa, no seio do país, vítima de derrubadas e de erosão*”. A Cordilheira dos Andes

mostra contrastes estranhos e dolorosos entre florestas viçosas e morros pelados pela mão impiedosa do homem, que prepara desse modo sua própria destruição. Os incêndios florestais venezuelanos são catastróficos.

Acima de Caracas, em altitude de 1600 metros e mais, *há uma flora parcialmente conservada, parcialmente destruída*. Onde subsiste, abriga uma fauna bastante interessante, cujos representantes anfíbios especializados foram colhidos, em pequeno número por Bertha Lutz.

Atendendo ao convite do decano da Universidade Central, ela percorreu os lugares estudados por seu progenitor em 1925, quando esteve em Caracas a convite do ditador Juan Vicente Gomes, a fim de iniciar o estudo científico de medicina tropical e de zoologia médica. Ela procurou, mas não encontrou, o paradeiro do livro “*Estudos de Zoologia y Parasitologia Venezuelanas*”, escrito pelo dr. Adolpho Lutz ao terminar sua viagem Venezuelana.

Em 1968, viaja ao Texas para receber o título de cidadã honorária¹³¹ do Estado do Texas. Nesse mesmo ano, foi eleita membro correspondente da Senckenbergische Naturforschende Gesellschaft e do Natur-Museum Senckenberg, em Frankfurt, Alemanha. Ainda em 1968, vai a Natal para as comemorações de quarenta anos da eleição da primeira mulher ao cargo executivo de prefeita.

Em 1969, foi jubilada pelo Museu Nacional (cai na compulsória a 2 de agosto de 1964, mas continuou trabalhando no museu), e recebe o título de professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na XV Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres, realizada em Bogotá em 1970, Bertha propõe que se faça um seminário para discutir os problemas da mulher indígena. Sua sugestão foi aceita e, dois anos depois, em 1972, realiza-se em San Cristobal de Las Casas, no México, o Seminário sobre Problemas da Mulher Indígena. Na abertura do seminário, Bertha afirmou que

¹³¹ Bertha Lutz recebeu também o título de Cidadã Carioca.(1971).

na velhice lhe pesava na consciência o fato de nada ter feito pelas mulheres das tribos índias, a parte mais desamparada da população feminina do continente americano.

Já com a saúde debilitada, Bertha tenta mudar-se para São Paulo, onde vivem suas primas. Escreve para uma delas, comunicando sua vontade de vender a casa em que morava e com os recursos provenientes da venda comprar um sítio próximo ao da família. No entanto, esse desejo não se realiza.

Bertha permanece no Rio de Janeiro, trabalhando no projeto para viabilizar a publicação da obra e da biografia de seu pai. Em testamento lavrado no Cartório do 24º Ofício de Notas, em 21 de setembro de 1972, deixou verba específica na Carteira Copeg para custear os trabalhos preliminares de organização de notas originais de Adolpho Lutz.

Bertha Lutz faleceu às 7 horas da manhã de 16 de setembro de 1976, com 82 anos, num asilo da Estrada Velha da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

Post-mortem: homenagens e realizações

Trinta anos após a morte da cientista, três instituições se reúnem para realizar o trabalho inconcluso de Bertha Lutz. O Museu Nacional, a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Adolpho Lutz publicaram em 2004 a *Obra Completa de Adolpho Lutz*, em quatro volumes, sob a coordenação dos professores Jaime Benchimol e Magali Romero Sá¹³². A revista *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* dedicou todo o volume 10, número 1, de janeiro-abril de 2003 a Adolpho Lutz e à história da medicina tropical no Brasil.

¹³² Os historiadores são coordenadores da pesquisa Adolpho Lutz e a História da Medicina Tropical no Brasil. Benchimol é o editor da revista *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*.



Bertha Lutz foi homenageada em vias públicas urbanas, Rua Bertha Lutz, na Rocinha, Rio de Janeiro; em instituições, Creche Bertha Lutz (Instituto Oswaldo Cruz), Escola Municipal Bertha Lutz na cidade do Rio de Janeiro. A principal dessas homenagens lhe conferiu o Senado Federal com a criação da Medalha Bertha Lutz.

Yolanda Lôbo é doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professora do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1990 e 1998 e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre 1991 e 1996. É professora do programa de pós-graduação em sociologia política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Desde 1980 desenvolve pesquisas sobre ideias e tendências através de personagens públicas, procurando identificar as relações do campo intelectual com o poder num determinado momento histórico (Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Bertha Lutz, Branca Fialho, Francisco Campos, Myrthes Wenzel, Maria Yedda Linhares, Yara Vargas, Darcy Ribeiro). Coordena o Núcleo de Estudos da Educação Fluminense, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).



TEXTOS SELECIONADOS

O que é necessário fazer?

Gilberta Lutz¹³³, *Rio Jornal*, fevereiro, 1919

As mulheres vivem dispersas. É necessário associá-las. Divididas, são a fraqueira. Juntas, serão uma força. Algumas vezes, no Rio, se tem experimentado organizar associações femininas. Essas tentativas não tem tido nenhum êxito. Por quê? Porque se fizeram em meios sociais onde a mulher não tem interesse em associar-se. São as mulheres que trabalham, as mulheres que vivem do seu próprio esforço, as mulheres que precisam rodear-se de garantias e amparos na luta pela vida, que compete dar o primeiro passo na vida associativa.

As quatro classes de mulheres que desde já podem organizar-se, criando e mantendo associações fortes e benéficas, são: as professoras, as datilógrafas, taquígrafas, caixeiras e vendeuses, as costureiras, as operárias.

As principais vantagens dessas associações são: a defesa coletiva de interesses, a assistência à maternidade, à enfermidade e à invalidez, à difusão da instrução.

Mostraremos oportunamente quais os processos práticos, para cada uma dessas classes de mulheres, de se organizarem.

À custa de uma pequenina contribuição semanal, “as costureiras”, as “caixeiras” e as “operárias” podiam ter hoje suas creches, seus dispensários e suas maternidades, as “professoras” podiam

¹³³ Bertha usou o pseudônimo Gilberta Lutz nas crônicas que publicou durante o ano de 1919.

ter suas associações de classe, convenientemente instaladas, com bibliotecas e salas de conferências, como centro de irradiação de todas as grandes iniciativas femininas.

Por que nada disso existe?

Por falta de iniciativa. Por inconsciente egoísmo das mulheres cultas e ricas, que ainda não pensaram em tornar mais fácil a vida de suas irmãs pobres.

O mesmo sucedia na Inglaterra e nos Estados Unidos, até o dia em que a mulher feliz começou pensando em sua irmã infeliz.

Devemos ter esperança de que, em breve, as professoras e mulheres diplomadas, assim como as costureiras, as caixeiras e as operárias constituam grandes famílias associativas. “Rio Femina” trabalhará para isso.

Nova era

(Gilberta Lutz, L. ès Sc) *Rio Jornal*, de março de 1919

Nosso século, que ainda não completou seu quarto lustro, já atravessou momentos trágicos da história da humanidade. Viu-se abalado pela queda dos ideais do passado, que entre suas ruínas começaram a arrastar o mundo inteiro à destruição, e resistiu. Hoje, vê outras, mais nobres e elevados ideais erigem-se entre os restos do passado, implorando a realização. Entre eles, um se destaca porque é novo e representa um dos mais importantes grãos na ascensão dolorosa da humanidade, e porque sua realização será talvez a maior vitória da nossa era: a emancipação da mulher.

Durante o período de calma aparente que precedeu a primeira luta, a primeira vitória do nosso século, ela acordou e quando chegou a hora do conflito, deixando de ser escrava abjeta e isolada, ou pálida sombra, veio colocar-se resoluto ao lado do homem para com ele combater e com ele vencer. Seu despertar não foi repentino, não foi simultâneo e ainda não é geral. Enquanto as mulheres de algumas nações já gozam de seus direitos, já cumprem seus novos

deveres, outras há em cuja consciência a evolução futura só se traduz por um nervosismo acentuado ou por alguns esforços isolados. Mas, graças à orientação de nossa civilização, com seu aperfeiçoamento técnico, sua organização, a disseminação das ideias tornou-se rápida e que uma nação atingiu, outras podem realizar.

Achamo-nos no período em que as primeiras tentativas isoladas devem suceder de um esforço coletivo e organizado de ascensão ao novo ideal. Não devemos perder a coragem porque nos achamos aos pés de uma montanha íngreme que outras, estimuladas por impulsos mais fortes, já transpuseram. Devemos, ao contrário, aproveitar sua experiência, seus conselhos, suas vitórias e mesmo suas derrotas. Vamos nesta página, que o *Rio Jornal* nos confiou, procurar elucidar todos os problemas que se apresentam. Vamos expor o caminho que seguiram nossas irmãs, comparar as diferentes formas que podem apresentar esse movimento, seus fins, seus resultados e os meios pelos quais os poderemos obter. E estamos convencidos de que a brasileira, com sua inteligência viva, sua intuição certa, saberá evitar as aberrações que poderiam desviar do caminho, que saberá escolher os meios para obter seus fins e que eles corresponderão aos mais nobres interesses, aos do homem seu companheiro e aos da nação.

Educação, associação, organização

Gilberta Lutz (L. ès Sc) *Rio Jornal*, março de 1919

Eis, numa trilogia, as marcas que indicam o caminho de um futuro mais rico, mais fecundo e mais feliz. Se por eles seguirmos poderemos realizar as aspirações da mulher moderna que, tornando-se mais instruída e mais útil, quer ser digna de melhor porvir.

A educação, deixando de ser mera acumulação de conhecimentos, muitas vezes limitados às artes “d’agrément”, deve tornar-nos úteis, ensinar-nos a cumprir nossos deveres de modo eficaz, dá-nos meios de subsistência, para não sermos obrigadas a uma dependên-

cia humilhante. Deve reprimir o exagero do sentimento, canalizando-o para o bem, disciplinar a vontade e educar o pensamento.

“*L’union fait la force*”, diz a divisa belga; poderia também dizer: traz a paz e torna possível a civilização. Enquanto as nações estiverem divididas, haverá guerra; quando se unirem, virá o reino da paz. Enquanto a mulher estiver só, será sempre o ser frágil que flutua à mercê das circunstâncias. Quando se unirem, elas tornar-se-ão uma grande força. Por isso, devem ser fundadas as associações de classe, que “Rio-Femina” já advogou, constituindo no seu conjunto uma grande associação de mulheres brasileiras, destinada a proteger seus interesses e tornar sua vida mais feliz. Se esta se amalgamar a uma associação internacional, poderá colaborar na civilização.

Ao lado da educação e da associação, deve surgir a vara mágica da organização, a qual, se não faz todo o nosso trabalho enquanto nos consagramos ao repouso ou a preguiça, ao menos, a reduz ao mínimo. Aplicada à vida material, facilitará o trabalho de cada mulher e permitir-lhe-á uma vida mais agradável. Mas aplicada à assistência da mulher e da criança, então fará surgir sem dificuldade todas as instituições que ainda faltam em nossa capital, fornecendo vastos terrenos à atividade da mulher cujos meios não a obriguem a trabalhar. Cultivando-o, terá ela ao mesmo tempo a satisfação de ver-se útil, de tornar felizes muitas vidas tristes e de concorrer prodigiosamente para o progresso de seu país.

Pois não se diz que a mulher é feliz, pela felicidade que dá?

Em que consiste o feminismo?

Gilberta Lutz, *Rio Jornal*, abril de 1919.

Irrompendo bruscamente no Parlamento britânico durante uma sessão, miss Silvia Pankhurst, uma das “*leadears*” das “*suffragetts*” acentuou a terminação do armistício oferecido pelo seu partido ao governo, algumas horas depois da declaração de guerra e que

foi lealmente respeitado até a conclusão das hostilidades. E, perante sua ação tão inesperada, sua tentativa tão inútil de ressuscitar seus métodos já quase esquecidos, não podemos deixar de formular novamente a pergunta: “Em que consiste o feminismo?”.

A resposta só se pode buscar na definição das teorias feministas e dos meios pelos quais suas partidárias e seus partidários buscam realizá-las.

O feminismo não procura, é claro, negar as diferenças psicológicas e fisiológicas entre o homem e a mulher e reconhece a influência sobre as que, sendo verdadeiramente irredutíveis, devam ter as relações individuais e mesmo sociais.

Não acredita, porém, que elas indiquem superioridade, de um lado, inferioridade, do outro, e assim entende que apenas devem ser consideradas nos casos em que de fato tenham importância, podendo ser deixadas de lado em outros casos nos quais seu papel é insignificante ou mesmo nulo.

No número desses entra um primeiro lugar à instrução a qual a mulher tem direitos equivalentes, entra também o trabalho para o qual ela deve dispor dos meios e pelo qual deve receber a mesma remuneração. Além desses direitos, tem a mulher outros, quais sejam, por exemplo, o de garantir e proteger seus interesses civis e o de dar sua opinião em questões públicas especialmente nas que mais de perto consultem seus interesses ou possam de qualquer modo atingir seu bem-estar e o das crianças.

Assim definido, o feminismo já achou muitos aderentes, acharia ainda mais se aceitasse, como estão, as ideias que ela apostoliza, e defende, não hesitassem ainda sobre o método de as realizar.

O feminismo é uma reforma social. Como tal, obedece às leis que regem todas as renovações, imprimindo-lhes dois aspectos: um de análise que destrói o que existe, reduzindo-o a seus elementos, outro de síntese que, com os mesmos ou com outros, tenta nova construção.

A feição da reforma varia com importância relativa que é dada a esses dois aspectos. Quando o período analítico predomina, a ação se torna brusca, caótica, assumindo características de uma verdadeira revolução. Quando prevalece a síntese, a transição é plana e contínua, equivalendo a uma simples evolução.

Sob a direção de mr. Pankhurst e de suas filhas, as “suffragettes” descuidaram completamente do segundo aspecto da reforma, procurando alcançar seus fins apenas pela violência e pela demolição. Seus métodos célebres antes da guerra foram universalmente condenados e tiveram o único resultado de chamar a atenção sobre direitos que durante a guerra outras mulheres souberam merecer. Se agora tentarem ressuscitá-los, serão igualmente condenados a talvez ainda mais improdutivos.

O feminismo triunfará, mas seu triunfo não será devido às militantes que procuram alcançá-lo pela violência, será antes a recompensa das que se tornaram esforçadas pioneiras nas artes e nas ciências, das que se dedicam ao trabalho intelectual e manual, das que para ele se preparam, das que pela educação que dão às suas filhas lhe sugerem as mais nobres aspirações, que pela reverência que inspiram aos seus filhos lhes ensinam a venerar a mulher, finalmente das que com seu amor esclarecido, abrem ao homem novos horizontes, cheios de harmonia e de luz. Estas não se preocupam com a destruição do que, caduco, por si mesmo virá a cair, mas, preparam o santuário que abrigará o futuro, fruto de sua dedicação. Verão elas seu esforço coroado, não por uma dedicação. Verão elas seu esforço coroado, não por um sucesso passageiro e estéril, mas por uma vitória definitiva, profunda e real.

Projeto nº 736/1937 – cria o Estatuto da Mulher

(Da Comissão do Estatuto da Mulher)

A Carta Constitucional de julho, traduzindo a orientação liberal-democrática contemporânea, institui o princípio da igualdade política, jurídica e econômica dos seres humanos, sem distinção de sexos.

Admite à mulher ao voto. Não permite a quem quer que seja obstar seu alistamento eleitoral, tornando-o, pelo contrário, obrigatório para a mulher que ocupa emprego público.

Concedendo à mulher o direito de sufrágio dá-lhe, *ipso facto*, acesso às mais altas investiduras do governo em condições idênticas às para o homem.

A legislação ordinária, anterior à atual Constituição da República, veda, entretanto, à mulher casada que aceite mandato, herança ou legado sem outorga marital. Impõe uma série de restrições outras sua capacidade.

Decorrem elas, em grande parte, da tradição equivalendo a fenômeno de sobrevivência de vestígios do direito romano, principalmente da *manus* marital e da instituição involuída do *pater familias*.

Não se coadunam com a noção hodierna de democracia, baseada na participação de todos os cidadãos adultos na vida política do país. Desconhecem, por inteiro, as consequências da aplicação das descobertas científicas aos processos de produção. Não compreendem, ou não querem compreender, o alcance da revolução industrial dos séculos XIX e XX, que transportou as ocupações femininas tradicionais, como sejam o preparo de objetos de alimentação, vestuário, remédios etc., do lar para oficina coletiva, obrigando a mulher a acompanhá-las para prover a subsistência.

Impedindo que a mulher exerça profissão lucrativa sem o consentimento do esposo, o legislador esquece que se faltar o pão em casa ou se a manutenção da família for superior às forças do marido, mesmo bem-intencionado e probo, a mulher terá forçosamente de aceitar trabalho remunerado. Tais medidas nada mais fazem do que refletir o desejo instintivo do homem de sequestrar a mulher para seu uso e gozo, mesmo quando incapaz de prover ao seu sustento.

A Magna Carta de julho proíbe as diferenças de salário por motivo de estado civil e de sexo. Institui a previdência maternal e aplica o preceito democrático wilsoniano, instituído pela primeira

vez na Organização Internacional do Trabalho, de que à própria mulher cumpre orientar, dirigir e fiscalizar os serviços referentes ao seu trabalho e às suas funções doméstica e maternal.

Não obstante, as leis sociais econômicas também deixam muito a desejar. Adotam uma orientação menos previdente do que proibitiva. Tentam surrepticiamente, restabelecer desigualdades e privilégios. Apesar das discriminações de verba especializada pela própria Constituição, destinada ao Amparo da Maternidade e Infância, prescinde o Brasil ainda de órgãos administrativos e técnicos adequados à execução do capítulo constitucional da ordem econômica e Social, em relação à mãe e à mulher que trabalha. Não raro são os próprios administradores que propõem o emprego dessa verba em serviços alheios ao seu destino constitucional.

Quanto à legislação penal, é anacrônica e injusta para com a mulher. São do saudoso professor Esmeraldino Bandeira, as seguintes palavras, muito a propósito: “No Código Penal, porém, a mulher é equiparada ao homem em todos os crimes e em todas as penas, salvo para atenuar-lhe a punição, o caso único de ser o homem tão mais forte do que ela por seu sexo que lhe impossibilite uma defesa eficaz; e, para agravar-lhe a responsabilidade o crime único de adultério em que o homem exige para sua punição uma dose maior de imoralidade do que exige para a mulher. Sem dúvida que isso é o resultado imediato da acuação unilateral do homem na elaboração das leis”.

Outro exemplo flagrante, de responsabilidade desigual, o temos no caso da mãe infanticida, muitas vezes menor e anormal, abandonada, citada sozinha perante os tribunais, enquanto o sedutor goza da mais completa imunidade.

Fenômeno mais grave ainda é a exclusão da iniciativa do Ministério Público, na instauração do processo penal contra o lenocínio, precisamente quando assume sua forma mais repugnante, isto é, a prostituição da mulher pelo próprio marido.

Não falemos nos dispositivos da legislação comercial. O Código Comercial data do Império e já atinge a idade respeitável de 87 anos. Tem direito à aposentadoria integral. Subsistindo há perto de meio século, apenas pela inércia da Primeira República em revogá-lo, apresenta dispositivos arcaicos, como aqueles que impedem à mulher ser corretora ou leiloeira talvez a bem do decoro...

Mas o que mais profundamente fere as aspirações femininas lidimas é a *capitis deminutio* do Código Civil. No aparente interesse sejam o do pátrio poder da viúva, que contrai novas núpcias, sobre os filhos de leito anterior ou da mãe que o perde sobre o filho natural que criou sozinha no ostracismo e na miséria, quando o pai tardiamente reconhece o rebento que até então deixou ao desamparo.

Os casos dessa natureza são comuns nos anais das cortes e da advocacia. Só os desconhece quem está alheio à aplicação prática da lei civil.

Pensemos bem. São verdadeiramente necessárias tais restrições à capacidade da mulher? A opinião feminina organizada, que sempre se manteve dentro dos preceitos sãos e morais da família que não é extremista, mas procede com moderação e cautela, não os julga assim. Aponta-as como erros de interpretação de fenômenos psicológicos.

A garantia da família não reside no predomínio de um cônjuge tirano sobre um cônjuge vítima. O alicerce do lar não é a autoridade, mas, sim, a afeição. Suas colunas mestras são a colaboração recíproca e o respeito mútuo entre o homem e a mulher.

“Esposa legítima fica a mulher casada em condições inferiores à da concubina”, ensinava o preclaro jurista Pinto da Rocha às suas disputas na Faculdade de Direito Oficial do Rio de Janeiro.

De fato a moça rica e inexperiente que se casa em regime de comunhão de bens pode acordar um dia para encontrar desperdiçado o patrimônio que assegurava seu conforto e o futuro dos seus filhos. A intelectual capaz de fazer recuar as fronteiras da ignorância, necessita de outorga marital para abrir uma conta cor-

rente em banco ou para obter um passaporte que lhe permita levar o renome do seu país ao estrangeiro.

A mãe de família abandonada pelo chefe desertor, que abriu com êxito um estabelecimento industrial, comercial ou educativo, para sustentar os dependentes que lhe ficaram, pode de um momento para outro ver por terra todo seu esforço, cassando-lhe o marido o domicílio pelo simples expediente de mudar seu.

Não é invejável tampouco a situação da mulher que foge aos laços das núpcias amancebando-se. Após uma vida inteira de dedicação humilde sujeita ao ostracismo dispensado pela sociedade a quem vive à margem da lei, acha-se no fim da existência, sujeita à ação reivindicadora de bens, ou excluída da sucessão de economias modestas para as quais talvez contribuisse pela sua cooperação com o companheiro.

O próprio autor do projeto do Código Civil não concorda com a *capitis deminutio* da mulher. Nos seus comentários preliminares ao código, Clovis Bevilacqua diz: “*Na parte geral se fazia a declaração de que a mulher juridicamente igual ao homem, nas relações civis, não perdia a sua capacidade pelo matrimônio que se é sua dignificação social não pode ser sua degradação jurídica.* Essa ideia desdobrava-se em dispositivos de parte especial, que estabeleciam os direitos da mãe de família (artigos 279 a 297) dando-lhe função equivalente a de seu companheiro e sócio, permitindo-lhe a tutoria, a caução fidejussória e ser testemunha em quaisquer atos jurídicos”.

Realmente, a legislação civil vigente a nenhuma mulher dispensa justiça: nem à mulher fraca que se entrega ao homem sem a sanção da lei, nem à mulher forte da *Bíblia*, reduzindo-o pelo casamento a situação de menor.

A lei votada pelo homem para o uso da mulher poupa quando muito a solteira e a viúva, tanto assim que uma escritora brasileira notável chegou a proclamar, certo dia, que a viuvez, com um ou dois filhos, é o estado civil ideal para a mulher. Certamente

assim não pensam os homens e, justiça seja feita, nem a maioria das mulheres, cujas intuições mais puras se concentram em redor do lar e do companheiro. Quanto às solteiras, ressalvam sua independência está claro, segundo o preceito prudente de Kipling de que melhor viaja através a vida, como o mundo, quem viaja só.

É fato inegável ser antissocial e anti-humana a persistência de disposições legislativas anacrônicas, que não se coadunam com os imperativos da situação econômica verdadeira, nem com aspirações femininas lidimas de felicidade conjugal, baseada na equivalência dos sexos dentro do quadro da família. Não são consentâneas com as diretrizes mestras do Direito constitucional brasileiro contemporâneo.

A Comissão Especial de Estatuto da Mulher da Câmara dos Deputados, criada para o fim expresso de regulamentar os dispositivos da legislação ordinária de acordo com os direitos e obrigações Constitucionais da cidadã, desincumbe-se de parte de sua tarefa, codificando essas obrigações e esses direitos em Estatuto da Mulher.



ESTATUTO DA MULHER

Disposições preliminares

Art. 1º – Na organização do Estado brasileiro, baseado na lei, na paz e na justiça, é reconhecida a equivalência do homem e da mulher.

Parágrafo único. Os direitos e garantias fundamentais do individuo são extensivos a todos os seres humanos, sem distinção de sexo ou estado civil.

Art. 2º – Os direitos da mulher na ordem política, econômica, social, cultural e jurídica são regulamentados por este estatuto, na conformidade com os princípios de igualdade, as normas e as diretrizes estabelecidas na Constituição Federal.

TÍTULO I – Estatuto político

CAPÍTULO I – dos direitos e das garantias individuais

Art.3º – Todos são iguais perante a lei.

Não haverá privilégios nem distinções de sexos.

Art. 4º – Salvo para os efeitos militares, as expressões genéricas referentes a pessoas abrangem o homem e a mulher.

Art. 5º – São abolidas as restrições existentes à capacidade jurídica, política, econômica, social e cultural da mulher baseadas no sexo ou no estado civil. Não são permitidas discriminações na aplicação prática da lei.

Art. 6º – A maternidade é fonte de direitos e obrigações para a mulher; garante-lhe assistência médico-sanitária, previdência social econômica e pátrio poder.

Art. 7º – A mulher habilitada é assegurada preferência na orientação, direção, execução, aplicação, fiscalização dos serviços no julgamento das medidas, e na solução dos problemas decorrentes das condições biológicas especiais da mulher (artigo 121, § 3º, da Constituição).

CAPÍTULO II – Da nacionalidade

Art. 8º – Os dispositivos constitucionais e ordinários, referentes à nacionalidade dos cidadãos, sua aquisição, transmissão e perda, são aplicáveis a homens e mulheres, sem distinção.

Art. 9º – A nacionalidade e a naturalização são um direito individual, este último, voluntário, *bona fide*. A mulher não adquire, muda ou perde a nacionalidade do seu cônjuge, na vigência da sociedade conjugal.

Parágrafo único – Na eventualidade de consórcio entre pessoas de nacionalidade diversa, ou de mudança de nacionalidade do cônjuge na constância do casamento à nubente ou à esposa será dado conhecimento da sua situação futura quanto à nacionalidade. Nessa comunicação, respectivamente, feita por ocasião dos proclamas, ou anteriormente à concessão ou cassação do título de naturalização do marido, será acompanhada de informações práticas sobre a nacionalidade e a naturalização.

CAPÍTULO III – Dos direitos políticos

Art. 10 – Os direitos políticos são assegurados aos cidadãos sem distinção de sexo ou de estado civil, sendo extensivos às mulheres que se alistarem na forma da lei.

Art. 11 – Todas as funções legislativas, executivas e judiciais são acessíveis às mulheres sem distinção de estado civil, observadas apenas as condições outras que a lei estatuir.

Parágrafo único. Este dispositivo se estende aos órgãos consultivos e judiciários criados nos artigos 103 e 122 da Constituição da República e à representação de classes.

Art. 12 – Todos os empregos públicos são acessíveis às mulheres sem distinção de estado civil.

Parágrafo único. É-lhes garantida preferência nos casos e nas condições previstas no artigo 121, § 3º da Constituição.

Art. 13 – Não pode ser obrigada a se demitir a mulher funcionária por motivo de consórcio com funcionário da mesma ou de outra repartição.

§ 1º – O governo facultará, dentro dos limites compatíveis com as conveniências do serviço público, o desempenho das funções públicas exercidas por funcionários cônjuges, de modo a não lhes impossibilitar a vida em comum.

§ 2º – Transferido um, fica garantido o ordenado do outro que o acompanhar, se não forem aproveitados seus serviços na mesma localidade ou em outra vizinha e acessível.

Art. 14 – As mulheres não são obrigadas a forma alguma de serviço militar.

Parágrafo único. Esse serviço será substituído pelo preparo vocacional-doméstico e social.

Art. 15 – À mulher assiste o direito de participação plenipotenciária em todas as conferências oficiais, onteramericanas e internacionais e na representação diplomática do Brasil no exterior, nas mesmas condições que o homem.

Parágrafo único. É obrigatória a nomeação plenipotenciária de mulher habilitada quando a conferência abranger ou versar sobre assuntos referentes ao lar, à maternidade e a infância, ou outros que dizem respeito à mulher.

Art. 16 – Não podem ser ratificados instrumentos jurídicos internacionais cujos dispositivos restrinjam os direitos concedidos à mulher pelas leis do Brasil.

TÍTULO II – Estatuto Cultural

CAPÍTULO I – Do preparo da mulher para vida, o lar e o trabalho

Art. 17 – À toda mulher como a todo homem, capaz de recebê-los assiste o direito à:

I – Instrução primária obrigatória e gratuita;

II – Preparo obrigatório para uma ocupação remunerada que lhe garanta a subsistência.

1º – Paralelamente com a instrução, receberá a mulher preparo doméstico-social que a habilite às funções de dona de casa e mãe.

2º – O prosseguimento de estudos, em qualquer ramo da instrução, secundária, superior ou técnica, fica sujeito a condições de habilitação idênticas para os dois sexos. Excetuam-se apenas os estabelecimentos e cursos de preparação militar, privativas do homem.

Art. 18 – A educação feminina será orientada no sentido de desenvolver a personalidade da mulher, de prepará-la para vida, o trabalho honesto e o lar, bem como para a colaboração esclarecida nas questões de alcance público e de boa organização social.

Parágrafo único. A família e ao poder público concorrentemente incumbe proporcionar-lhe tal preparo.

Art. 19 – Todo pai e mãe é obrigado, sob pena de cobrança pela autoridade competente, de indenização e multa, correspondentes à sua situação econômica e grau de cultura, a dar às suas filhas como aos seus filhos, capazes de recebê-la a instrução prevista nos artigos 17, números 1 e 2, e a estas ainda a do § 1º.

Art. 20 – A União manterá, sob direção feminina, a divisão de ensino doméstico, criada no Ministério da Educação e Saúde, incumbindo-a da orientação de todo o ensino vocacional doméstico à população feminina do país.

1º – A União e os Estados organizarão cursos, escolas e institutos domésticos profissionais e domésticos agrícolas para a mulher adulta e a mocidade escolar feminina de todos os graus.

2º – E mantida igualdade, sob administração de mulher idônea e habilitada, a seção feminina do Internato do Colégio Pedro II, como estabelecimento modelar.

3º – Estas repartições e estabelecimentos serão custeados pela percentagem e verbas decorrentes dos arts. 156 e 157 da Constituição Federal, que abrangerão igualmente as outras despesas supervenientes para o Poder Público, com o preparo vocacional e doméstico da mulher.

Art. 21. – Nas escolas normais do país inteiro é obrigatória a adaptação do curso secundário oficial que habilite ao ingresso nas escolas superiores, além da especialização pedagógica.

Parágrafo único. O curso pedagógico também se conformará com o curso padrão oficial.

CAPÍTULO II – Da mulher como educadora e fator cultural

Art. 22 – À mulher habilitada na forma da lei, é garantida:

I – Igualdade de oportunidades com remuneração e títulos idênticos, aos do homem, em todos os ramos da instrução, educação e cultura, particulares ou públicos, quer no corpo docente ou técnico, quer no administrativo, consultivo ou fiscalizador.

II – Participação nos cargos de direção, inclusive nos supremos postos, de todos os conselhos graus de instrução, proporcional ao seu número no corpo docente e técnico.

III – Participação, em todos os conselhos e órgãos consultivos oficiais de educação e cultura, inclusive no Conselho Nacional e nos Conselhos Estaduais de Educação.

IV – Participação igual como o homem em todas as iniciativas culturais, inclusive a elaboração de planos e execução de campanhas educacionais.

V – Preferência na direção e orientação técnica dos estabelecimentos educativos e ramos de ensino vocacional destinados exclusivamente ao sexo feminino, inclusive nos órgãos consultivos.

Parágrafo único. Os dispositivos deste artigo se estendem às instituições científicas, artísticas e culturais em geral.

Art. 23 – O ensino vocacional doméstico social terá representação no Conselho Nacional e nos Conselhos Estaduais de Educação por representante feminina habilitada na forma da lei.

TÍTULO III – Estatuto econômico

CAPÍTULO I – Dos direitos econômicos fundamentais

Art. 24 – À toda mulher maior de 18 anos são extensivos os seguintes direitos econômicos fundamentais:

I – Liberdade de exercício de qualquer profissão ou atividade econômica com objetivo lícito.

II – Liberdade de reunião e de associação.

III – Participação no estabelecimento da legislação e condições de trabalhos, inclusive nos contratos coletivos.

IV – Isenção de impostos ou gravames sobre os instrumentos de trabalho, a renda e a propriedade doméstica, mínimas necessárias a manutenção modesta do lar.

CAPÍTULO II – Dos outros direitos econômicos da mulher

Art. 25 – À mulher que trabalha são garantidos ainda:

I – Direito de participação em todos os órgãos legislativos, consultivos, administrativos, técnicos e judiciais, relacionados com a Organização do Capital e do Trabalho, inclusive os criados na forma prevista nos arts. 103 e 122 da Constituição Federal.

II – Preferência feminina naqueles que dizem respeito ao trabalho da mulher.

III – Participação nos cargos de direção e responsabilidade proporcional ao número de mulheres pertencentes às classes respectivas;

IV – Fiscalização feminina do trabalho da mulher menor ou adulta, inclusive o domiciliar, o doméstico, agrícola, industrial, comercial de balcão e de vida pública.

V – Criação de Conselhos e Departamentos de Trabalho Feminino oficiais do trabalho, internacionais, Inter-Americanas e Nacionais.

VI - Organização de Conferências de Trabalho Feminino e participação feminina plenipotenciária nas Conferências Oficiais de Trabalho, Internacionais, Inter-Americanas e Nacionais.

VII – Não ratificação dos tratados e convenções, sobre a mulher trabalhadora, cujas exigências sejam inferiores aquelas preconizadas pela legislação brasileira ou contrariem os direitos por ela outorgados à mulher.

VIII – Extensão dos números 1, 2, 3 e 4 às associações de classe de empregados, empregadores, funcionários públicos e profissões liberais.

Art. 26 – Ficam abolidas as restrições ao trabalho feminino não previstas na Constituição da República, inclusive ao noturno e proibidas as discriminações na aplicação prática da lei.

1º – É obrigatória a distinção entre o trabalho feminino adulto e o trabalho de menor para todos os efeitos, inclusive a elaboração e regulamentação legislativa, a regulamentação das profissões e as convenções coletivas.

Art. 27 – São proibidas:

1) A recusa de trabalho e o sonegamento das tarefas melhor remuneradas à mulher habilitada.

2) A dispensa de mulher empregada, por motivo de casamento ou gravidez.

CAPÍTULO III – Da remuneração e condições de trabalho

Art. 28 – À mulher é devida remuneração idêntica a do homem pelo mesmo labor.

Parágrafo único. O pagamento será feito diretamente à trabalhadora, que disporá livremente de todas as remunerações e emolumentos inclusive as provenientes de medidas de previdência social.

Art. 29 – O salário mínimo, independente de sexo, é baseado no indivíduo, como unidade de produção.

Parágrafo único. São mantidas condições de igualdade entre homens e mulheres quanto às colocações, vantagens e abonos concedidos em virtude de encargos de família.

Art. 30 – À dona de casa que administra o lar e não tem emprego remunerado, são assegurados dez por cento da renda da família em consideração ao seu labor.

Art. 31 – À mulher que trabalha são extensivas todas as medidas constitucionais referentes a salário mínimo; horário diário não excedente de oito horas; repouso hebdomadário; férias anuais remuneradas; indenização por demissão injusta;

Assistência médica sanitária e previdência a favor da velhice, da invalidez e nos casos de acidente de trabalho ou morte, bem como as vantagens idênticas às do homem nas convenções coletivas e regulamentação das profissões.

Art. 32 – Os estabelecimentos onde trabalham mulheres ficam sujeitos, além das exigências do Departamento Nacional de Saúde Pública, às normas apenas a este título do Estatuto da Mulher, com força de lei.

Parágrafo único. Mantém-se o quadro anexo ao Decreto nº 21417, de 17 de maio de 1932, revogado este.

Art. 33 – As proibições constitucionais ao trabalho de menores abrangem a empregada doméstica e a aprendiz de atelier e oficinas.

1º – À uma e outra são asseguradas limitações máxima de horário e mínima de salário equivalentes à dois terços do trabalho e salário da mulher adulta.

2º – A fiscalização feminina do trabalho da mulher abrange especialmente o trabalho da menor doméstica ou executado em atelier.

CAPÍTULO IV – Das garantias econômico-sociais à maternidade

Art. 34 – É instituída a previdência social econômica à maternidade, na forma dos arts. 121, §1º letra h; §3º; 138, letra c; 141; 171, nº 10, da Constituição Federal, constituída por:

1) Licença de três meses, com vencimentos integrais, à gestante funcionária do Governo ou de empresa oficializada destinada ao serviço público e não ao lucro particular; prorrogável, em casos excepcionais, mediante laudo médico pericial.

2) Licença idêntica à empregada da empresa particular, mediante seguro maternal, custeado em partes iguais pelo empregador, empregada e administração pública.

3) Licença idêntica por período determinado pelo médico na ocasião de aborto necessário ou acidental.

4) Organização e administração feminina de um sistema de seguro maternal e serviços congêneres decorrentes das garantias legislativas e econômicas à mãe, em departamento subordinado ao Ministério do Trabalho, ou em secretaria de Estado.

5) Amparo médico sanitário à maternidade e à infância, mediante ambulatórios, consultórios e maternidades.

6) Direito a dois períodos de meia hora por dia de trabalho para amamentação de filho, nos primeiros seis meses após o parto.

7) Organização de creches nos locais onde trabalham mais de vinte mulheres.

8) Direito da trabalhadora braçal e de balcão de faltar dois dias por mês sem desconto.

Art. 35 – A percentagem instituída no art. 141 da Constituição Federal, só será empregada mediante legislação votada nos termos do art 121, § 1º, letra h; § 3º e 138, letras C e da Constituição.

Art. 36 – A falta de cumprimento dos dispositivos do título III do Estatuto da Mulher será punida com multa ou outra penalidade imposta por autoridade competente, estabelecida e cobrada na forma da lei.

Normas apensas ao art. 32 do Estatuto Econômico da Mulher¹³⁴

I – Horário

1) Horário diário – O horário máximo será de oito horas diárias, ressalvadas as exceções previstas em lei. Será afixada nas fábricas e nos estabelecimentos comerciais na entrada, a hora de início, de fim de trabalho e dos intervalos para as refeições.

Esse horário se aplica ao trabalho comerciais na entrada, a hora de início, de fim de trabalho e dos intervalos para as refeições.

A permanência em estabelecimento particular pode ser prorrogada, mas o horário de serviço efetivo não o será, senão nos casos e na forma previstos por lei.

2) Semana inglesa – Aos sábados, ou uma vez por semana em outro dia útil, o trabalho será conduzido a metade do horário.

3) Descanso semanal – um dia da semana deve ser de descanso total.

4) Períodos para as refeições – Aplicam-se às mulheres os períodos para refeições adaptadas como medida geral.

5) Descanso – Devem ser dados dez minutos de descanso no meio de cada período de trabalho, sem aumento do horário.

II – Condições de trabalho

1) Conforto e higiene – O soalho será limpo. A iluminação não irritará os olhos, não incidindo os raios solares diretamente no campo visual. A ventilação será adequada e a temperatura suportável. A água será filtrada. Não serão empregados copos em comum. Os lavatórios, bastante numerosos, serão localizados de modo a facilitar seu uso antes das refeições e no fim do trabalho. Devem existir vestiários, local para descanso e refeitórios, procurando-se fornecer sempre que possível alimentação nutritiva às trabalhadoras. As dependências higiênicas serão limpas e separadas para homens e mulheres, havendo uma instalação sanitária para cada quinze pessoas.

¹³⁴ Não reproduzimos aqui o título IV – Estatuto Civil e Comercial.

2) Posição e assento – A cada trabalhadora será fornecida obrigatoriamente uma cadeira. A altura será ajustada à máquina, ou mesa de trabalho, de modo que a operária possa mudar de posição e trabalhar sentada ou de pé. Quando as cadeiras são altas deve ser fornecido banquinho para descanso dos pés.

Às trabalhadoras de balcão, às empregadas e às mulheres que trabalham em pé será fornecida obrigatoriamente uma cadeira para descanso nos intervalos do serviço executado em pé.

3) Segurança – A trabalhadora será salvaguardada contra o fogo, os vapores, a poeira, os fiapos etc. Existirão nas fábricas, oficinas e estabelecimentos comerciais, remédios de primeira urgência e aparelhos contra incêndios. Serão feitos ensaios periódicos de procedimento em caso de incêndio, desastre etc. As trabalhadoras serão exercitadas nos meios de evitar acidentes e aproveitarem as salvaguardas colocadas nas máquinas.

III – Proibições

1) – É proibido o trabalho insalubre às mulheres e permitido o noturno na forma do art. 121 § 1º, letra d, da Constituição.

2) – A mulher trabalhadora não pode ser obrigada:

a) à permanência longa em pé ou em posições exaustivas;

b) a levantamento de pesos e à execução de outros movimentos que esforcem indevidamente o organismo;

c) a manejo de mecanismos que exijam grande força física.

3) – Não será exposta a vapores, poeira, fiapos e outros venenos para o organismos devidos à falta de salvaguardas e precauções possíveis.

IV – Superintendência e organização

1) *Superintendência* – Nos estabelecimentos e locais de qualquer natureza onde trabalhem só mulheres ou onde trabalham turmas de vinte ou mais mulheres haverá uma mulher superintendente

habilitada, responsável pelas boas condições de trabalho e pelo bem-estar das trabalhadoras.

2) Promiscuidade – Será evitada a promiscuidade. Nos estabelecimento onde os operários trabalham em trajes reduzidos serão separadas as mulheres, e constituídas em turmas nas condições do item anterior.

3) *Tarefa* – A trabalhadora será localizada de preferência em tarefa para a qual tenha gosto e habilidade.

V – Participação das trabalhadoras na organização das condições

1) *Representação proporcional* – As trabalhadoras, através de representantes por elas escolhidas, participarão da fixação de standards e condições. Às mulheres será dada a representação proporcional plena nas organizações encarregadas de encaminharem os contratos coletivos.

CAPÍTULO V – Da participação feminina na ordem social

Art. 37 – À mulher incumbe precipuamente a orientação da obra pública e a fiscalização da obra particular de:

I – proteção à mocidade feminina e à mulher anormal, contra a crueldade, a exploração, e o abandono físico, moral e intelectual.

II – assistência à mãe e a infância, e a população necessitada em geral.

III – à formação de técnicas de assistência e vigilância social para a execução dos ns. I e II deste artigo.

Art. 38 – À mulher é dada participação em todo órgão oficial de previdência.

1º – tem preferência naqueles relacionados com os objetos do art. 121, § 3º, da Constituição.

Art. 39 – A mulher será, desde logo, incluída nos conselhos Penitenciários, de Assistência, de saúde pública e outros congêneres, criados na forma do art. 103 da Constituição Federal, e do artigo 149 do Estatuto da Mulher.





CRONOLOGIA

- 1894 - Nasceu, a 2 de agosto de 1894, em São Paulo. Filha do doutor Adolpho Lutz, grande reformador da saúde pública, e sua senhora d. Any Fowler Lutz, enfermeira voluntária da colônia de leprosos de Molokai nas Ilhas de Hawai e mais tarde fundadora de diversas obras sociais, até mesmo as primeiras escolas noturnas para trabalhadores-aprendizes e a escola diurna para pequenos vendedores.
- 1909 - Ensinou violino e alfabetizou alunos dos cursos criados na cidade de São Paulo, por sua mãe, na Ordem de São Bento.
- 1913 - Concluiu o curso primário no Externato Madame Ivanko, na cidade de São Paulo (SP).
- 1914 - Concluiu o curso secundário no Cours Bouchut em Paris.
- 1915 - Ingressou na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris (Sorbonne).
- 1918 - Graduou-se em ciências naturais: botânica, ecologia, embriologia, química biológica. Liceiada em ciências pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris. Escreveu a ópera Pitágoras.
- 1918 - Publicou “Cartas de Mulher”. Rio de Janeiro, *Revista da Semana*, Seção Cartas de Mulher.
- 1919 - Nomeada secretária do Museu Nacional, por concurso, em 3 de setembro de 1919, exercendo o cargo até janeiro de 1936. Foi a segunda mulher admitida a concurso para cargo federal efetivo por decreto presidencial (Ministério da Agricultura). Publicou, sob o pseudônimo Gilberta Lutz, o artigo “Somos todos filhos de tais mulheres”, na *Revista da Semana*, no Rio de Janeiro. Foi designada para representar o governo brasileiro no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como membro da Comissão de Peritas sobre Trabalho Feminino do Bureau Internacional do Trabalho. Fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, com Stella Guerra Duval, Júlia Lopes de Almeida, Jeronyma Mesquita, Valentina Biosca, Esther Salgado Monteiro, Corina Barreiros, Isabel Imbassay Chermont.

- 1921 - Publicou “É uma questão de tempo o voto feminino”. Rio de Janeiro, *A Noite*, 11, outubro. Publicou “A Mulher e as Urnas” – uma carta da sra. Bertha Lutz – Em torno à emenda do deputado Nogueira Penido. Rio de Janeiro, *A Noite*, 7 de novembro.
- 1922 - Escreveu a novela *From a Moorish Terrace* (inédita). Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com as associadas da Liga do Distrito Federal. Pronunciou a conferência *Woman's work* em um almoço no Men's City Club de Baltimore, em 28 de abril. Foi designada pelo ministro da Agricultura para realizar estudos nos principais estabelecimentos de Ensino de Trabalhos manuais e de economia doméstica agrícola dos Estados Unidos da América. Tornou-se membro correspondente do American Museum of Natural History.
- 1923 - Representou o Brasil na Conferência da Aliança Internacional pelo sufrágio Feminino, realizada em Roma. Publicou “O Brasil feminino em face do sufrágio universal”. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*. 18 de dezembro. Recebeu a medalha Rei Alberto I da Bélgica, por Serviços especiais a agricultura. Escreveu a tese *Estudos sobre a biologia floral da Mangífera indica L.*. Rio de Janeiro: Typ. América (tese para o concurso de Lente Catedrático de Botânica da Escola Superior de Agricultura).
- 1924 - Participou da fundação da Associação Brasileira de Educação. Publicou o artigo “A Biologia Floral da Mangífera Indica”, na *Revista Arquivos do Museu Nacional*. Publicou o artigo “A mulher na comunhão política do Brasil”. Rio de Janeiro, *A Vanguarda*. 17 de julho. Publicou o artigo “A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. Rio de Janeiro, *O Paiz*, 23 de julho. Criou uma Comissão de Operárias para elaborar e entregar ao presidente da República memorial solicitando representação feminina no Conselho de Trabalho. Colaborou com a União de Empregados do Comércio para reduzir a jornada de trabalho de treze para oito horas diárias.
- 1925 - Publicou o artigo “Pelo progresso do feminismo. Conferência Interamericana de Mulheres”. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*. 3 de julho. Apresentou ao Senado Federal sugestões para o projeto de lei sobre a nacionalidade da mulher.
- 1926 - Publicou o artigo *The flora of the Serra Bocaina*, in *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. LXVII, (5), Supplement. Ed. American Philosophical Society.
- 1928 - Ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Viajou a Natal (RN), com finalidades de propaganda, para organizar alistamento de eleitoras e realizar pesquisas sobre anuros. Pronunciou discurso em Natal publicado sob o título *O Brilhante e judicioso discurso da senhorita Bertha Lutz*. Natal, *A*

- República*, 10 de julho. Publicou “A campanha feminista no Rio Grande do Norte”. Rio de Janeiro, *O País*, 11 de dezembro.
- 1929 - Publicou “A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar”. *Jornal do Brasil*. 19 de fevereiro. Representou o Brasil na Conferência da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, em Berlim. Fez turnê de estudos sobre o ensino doméstico rural na Bélgica, a convite de S. M. a rainha Elizabeth da Bélgica. Tornou-se membro correspondente do Office International pour la Protection de la Nature, na Bélgica.
- 1930 - Publicou “A Mulher Brasileira e sua Evolução”. Rio de Janeiro, *ABC*, 1º de março. Publicou “A situação atual da mulher brasileira”. Rio de Janeiro, *A Esquerda*, 10 de março. Publicou “A mulher: deusa ou rival?” São Paulo, *Correio Paulistano* em 14 de fevereiro.
- 1931 - Recebeu o prêmio da Carnegie Foundation for International Peace para estudar “O papel educativo dos museus americanos”.
- 1932 - Publicou *Wild life in Brasil*. In *Natural History*, v. XXXII, (6), pp. 539-550. ilustrado com fotografias e reproduzido em separata. Indicada pelas mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para a Comissão Organizadora do anteprojeto de Constituição. Publicou *Os 13 princípios básicos de bireito constitucional* (Sugestões ao anteprojeto de Constituição). Rio de Janeiro, Editora Irmãos Pongetti.
- 1933 - Formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (hoje, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Escreveu os originais do livro *O Papel Educativo do Museu Moderno*. Filiou-se ao Partido Autonomista do Distrito Federal, concorrendo à Assembleia Constituinte.
- 1935 - Concorreu ao pleito eleitoral para deputada federal pelo Partido Autonomista. Elegeu-se suplente.
- 1936 - Assumiu o mandato de deputada federal, pelo Distrito Federal, com a morte do deputado Cândido Pessoa. Apresentou na Câmara dos Deputados emendas ao projeto número 595, de 1936, que cria a Universidade do Brasil.
- 1937 - Apresentou “Novas sugestões sobre o Departamento da Mulher”. Brasília, Diário do Poder Legislativo, 7 de agosto. Presidiu a Comissão de Estatuto da Mulher. Brasília, Diário do Poder Legislativo, em 29 de outubro. 1937 - Apresentou “O Trabalho Feminino - A Mulher na Ordem Econômica e Social, como parte para elaboração do Estatuto da Mulher”. Câmara de Deputados. Rio de Janeiro.
- 1939 - Foi nomeada, pela diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, como representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

- 1939 - Escreveu, em parceria com seu pai, o cientista Adolpho Lutz, *On Hyla Aurantiaca Dauden and Spboenorynchus Tschudi and on two allied Hylae from South-Eastern Brazil*. In *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. Rio de Janeiro, *New Hylidae from Brazil*. In *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. Rio de Janeiro e *Notes on the genus Phyllo medusa Wagler observations on small Phyllomedusae without vomerine teeth or conspicuous parotids found in the region of Rio de Janeiro*. In *Anais da Academia Brasileira de Ciências*.
- 1940 - Dedicou-se a organizar o acervo Adolpho Lutz, após a morte de seu pai. Empenhou-se no projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro para a construção do Museu de História Natural Adolpho Lutz, no Parque da Cidade.
- 1943 - Organizou, com seu irmão Gualter Lutz, a publicação das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, em uma série de artigos, sendo o primeiro de sua autoria em parceria com Gualter Lutz, sob o título *Contribuição à História da Medicina*. Publicou *Observations on the life history of the brasilian frog Oocormus microps. Copeia*. Washington, D.C.
- 1944 - Foi designada delegada plenipotenciária, com categoria de embaixadora, à Conferência de São Francisco que criou as Nações Unidas.
- 1945 - Recebeu o título de doutor *Honoris Causa* do Mills College da Califórnia.
- 1946 - Publicou *A notable frog chorus in Brazil. Copeia*. Washington, outubro.
- 1950 - Organizou os preparativos comemorativos do centenário de seu pai, Adolpho Lutz.
- 1951 - Recebeu a láurea Mulher das Américas da União de Mulheres Americanas, em Nova York.
- 1952 - Empreendeu viagem à Inglaterra com o objetivo de estudar os tipos de anfíbios anuros do British Museum, com bolsa do British Council for Cultural Relations.
- 1952 - Publicou *New frogs from Itatiaia mountain, Brazil. Copeia*. Washington, 28, jun.
- 1953 - Assumiu a vice-presidência da Comissão Interamericana de Mulheres, cargo em que permaneceu até 1957.
- 1954 - Foi designada delegada brasileira na X Conferência Interamericana de Mulheres. Foi designada delegada titular do governo do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos (OEA).
- 1954 - Compareceu, como delegada titular do governo do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres à reunião realizada em Assunção, Paraguai.
- 1955 - Compareceu, como delegada titular do governo do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres, à reunião realizada em San Juan, Porto Rico. Publicou *A Botânica do Instituto Oswaldo Cruz. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, jun./dez.

- 1956 - Compareceu, como delegada titular do governo do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres, à reunião realizada em Trujillo, República Dominicana.
- 1958 - Compareceu, como delegada titular do governo do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres, à reunião realizada em Washington, D.C., Estados Unidos da América.
- 1964 - Conseguiu do governo brasileiro o reconhecimento de utilidade pública para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Chefiou a delegação brasileira à 14ª Assembleia Ordinária da Comissão Interamericana de Mulheres, realizada em Montevidéu. Viajou a Caracas, Venezuela, para participar da I Reunião do Programa Biológico Interamericano.
- 1965 - Recebeu do governo do Estado de São Paulo a Medalha Adolpho Lutz por sua contribuição para o enriquecimento do Instituto Adolpho Lutz e o progresso da ciência.
- 1968 - Recebeu o título de cidadã honorária do Texas. Foi eleita membro correspondente da Senckenbergische Naturforschende Gesellschaft e do natur-Museum Senckenberg, em Frankfurt, Alemanha. Viajou a Natal para as comemorações de quarenta anos da eleição da primeira mulher ao cargo executivo de prefeita.
- 1969 - Foi jubilada pelo Museu Nacional. Recebeu o título de professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 1970 - Propôs, na XV Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres, realizada em Bogotá, que se fizesse um seminário para discutir os problemas da mulher indígena.
- 1971 - Gravou Lutziana, em rolo magnético. www.bvalutz.coc.fiocruz.br
- 1975 - Escreveu sua mensagem ao Encontro das Associações Femininas no Ano Internacional da Mulher. Rio de Janeiro, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.
- 1976 - Faleceu, a 16 de setembro, com 82 anos, num asilo da Estrada Velha da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.



BIBLIOGRAFIA

Obras de Bertha Lutz (em ordem cronológica)

- LUTZ, B. Cartas de mulher. Rio de Janeiro, *Revista da Semana*, Seção Cartas de Mulher, 28 dez. 1918.
- _____. Índice dos Archivos do Museu Nacional, volumes I-XXII, 1876-1919. Rio de Janeiro, *Arquivos do Museu Nacional*, 1919.
- _____. O que é necessário fazer. Rio de Janeiro, *Rio Jornal*, 1919. (Sob pseudônimo de Gilberta Lutz)
- _____. Educação, associação, organização. Rio de Janeiro, *Rio Jornal*, 27 mar. 1919. (Sob pseudônimo de Gilberta Lutz)
- _____. Em que consiste o feminismo. Rio de Janeiro, *Rio Jornal*, 24 abr. 1919. (Sob pseudônimo de Gilberta Lutz)
- _____. A nossa obra. Rio de Janeiro, *Rio Jornal*, 11 out. 1919.
- _____. Os direitos da mulher e a Liga das Nações. Rio de Janeiro, *A Noite*, 27 dez. 1920.
- _____. Ofício da Dra. Bertha Lutz ao senador Lopes Gonçalves. Rio de Janeiro, *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, 16 maio 1921.
- _____. Transcrição do ofício de Bertha Lutz aos autores da emenda (Nogueira Penido, Bethencourt Filho e Octavio Rocha). Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 31 nov. 1921.
- _____. Parecer n. 22/1921. Sessão 14, *Anaes do Senado*, I, maio 1921. p. 404-417.
- _____. É uma questão de tempo o voto feminino. Rio de Janeiro, *A Noite*, 11 out. 1921.
- _____. A Mulher e as urnas: uma noticiosa carta da sra. Bertha Lutz – em torno à emenda do deputado Nogueira Penido. Rio de Janeiro, *A Noite*, 7 nov. 1921.
- _____. A Conferência de Baltimore. Rio de Janeiro, *A Noite*, 8 ago. 1922.
- _____. *From a Moorish Terrace*. Arquivo Nacional, Documentos Privados, Seção Bertha Lutz, 1922. (Inédito)

_____. *Woman's work* (Conferência pronunciada no Men's City Club de Baltimore). 28 abr. 1922.

_____. Relatório detalhado do ensino doméstico nos Estados Unidos da América (1922). Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso da Mulher, Arquivo Nacional, Documentos Privados, Seção Bertha Lutz. Subseção Atividades Profissionais, Série Comissão Ministério da Agricultura, AP 46, cx. 11, pac. 4.

_____. Medidas propostas para organização de um serviço de extensão de conhecimentos de Economia Doméstica (1923). Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso da Mulher, Arquivo Nacional, Documentos Privados. Seção Bertha Lutz, Subseção Atividades Profissionais, Série Comissão Ministério da Agricultura, AP 46, cx. 11, pac. 4.

_____. Diretrizes para o estabelecimento de escolas de Ensino Médio de Economia Doméstica (1923). Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso da Mulher, Arquivo Nacional, Documentos Privados, Seção Bertha Lutz, Subseção Atividades Profissionais, Série Comissão Ministério da Agricultura, AP 46, cx. 11, pac. 4.

_____. *Estudos sobre a biologia floral da Mangifera indica L.* Rio de Janeiro: Typ. América, 1923. (Tese para lente catedrático apresentada à Escola Superior de Agricultura)

_____. O Brasil feminino em face do sufrágio universal. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 18 dez. 1923.

_____. Discurso Bertha Lutz. In: *Relatório do Congresso de Roma*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1923.

_____. A mulher na comunhão política do Brasil. Rio de Janeiro, *A Vanguarda*, 17 jul. 1924.

_____. Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Rio de Janeiro, *O País*, 23 jul. 1924.

_____. Pelo progresso do feminismo. Conferência Interamericana de Mulheres. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 3 jul. 1925.

_____. Nationality of Married Women in the American Republics. Washington, *Boletim da União Pan-Americana*, n. 2, 1926.

_____. The flora of the Serra de Bocaina. In: PROCEEDINGS OF THE AMERICAN PHILOSOPHICAL SOCIETY, *American Philosophical Society*. Supplement, vol. LXVII, n. 5, 1926.

_____. Estudos sobre a biologia floral da *Mangifera indica L.* Rio de Janeiro, *Arquivos do Museu Nacional*, 1926.

- _____. O brilhante e judicioso discurso da senhorita Bertha Lutz. Natal, *A República*, 10 jul. 1928.
- _____. A campanha feminista no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, *O Paiz*, 11 dez. 1928.
- _____. A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar. *Jornal do Brasil*, 19 fev. 1929.
- _____. A mulher brasileira e sua evolução. Rio de Janeiro, *ABC*, 1º mar. 1930.
- _____. A situação atual da mulher brasileira. Rio de Janeiro, *A Esquerda*, 10 mar. 1930.
- _____. A Mulher: deusa ou rival? São Paulo, *Correio Paulistano*, 14 fev. 1930.
- _____. A Mulher: deusa ou rival? Belo Horizonte, *O Estado de Minas*, 16 fev. 1930.
- _____. A mulher brasileira e sua evolução. Santos, *Jornal do Commercio*, 10 jun. 1930.
- _____. O feminismo procura integrar a mulher em todas as atividades. Discurso pronunciado na inauguração da Maternidade Suburbana. Rio de Janeiro, *O Paiz*, 8 jul. 1930.
- _____. Wild life in Brasil. In: *Natural History*, ilustrado com fotografias e reproduzido em separata. Nova York: Museu Americano de História Natural, 1932. vol. XXXII, n. 6, pp. 539-550.
- _____. *A nacionalidade da mulher casada perante o Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti, 1933. (Tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Direito de Niterói)
- _____. Discurso de Bertha Lutz na 7ª Conferência Pan-americana em Montevideu. Rio de Janeiro: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1933.
- _____. *Apontamentos decorrentes do Herbário do Museu Nacional e de observações feitas no litoral*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, s/d.
- _____. O papel educativo dos museus americanos: relatório apresentado ao diretor do museu, dr. Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1933. BL. 0, MUS 22/3; BL. 0, MUS. 22/2.
- _____. *13 princípios básicos*: sugestões ao anteprojeto da Constituição. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti, 1933.
- _____. Declarações da sra. Bertha Lutz e de Associações Femininas. Rio de Janeiro, *O Diário da Noite*, 11 jan. 1935.
- _____. *Manifesto da candidata da mulher brasileira*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1936.
- _____. *Seis pontos do programa de Bertha Lutz para deputada*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, s/d.

_____. É proibido pagar. Rio de Janeiro, *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, ano II, n. 3, mar. 1936. pp. 9-10.

_____. Visita cultural nazista. Entrevista feita por Bertha Lutz com Louise Diehl, jornalista alemã nazista. Rio de Janeiro, *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, n. 7, jul. 1936.

_____. Discurso da deputada Bertha Lutz na sua posse, na Câmara dos Deputados. *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, n. 7, jun. 1936. pp. 3-4.

_____. Discurso pronunciado na sessão de 26 de outubro. Brasília, *Diário do Poder Legislativo*, 1936.

_____. Discurso pronunciado na sessão de 26 de outubro. Brasília, *Diário do Poder Legislativo*, 1937.

_____. Discurso pronunciado na sessão de 10 de janeiro. Emendas ao Projeto número 595, de 1936, que cria a Universidade do Brasil. Brasília, *Diário do Poder Legislativo*, 1937.

_____. Novas sugestões sobre o Departamento da Mulher. Brasília, *Diário do Poder Legislativo*, 7 ago. 1937.

_____. Comissão de Estatuto da Mulher. Brasília, *Diário do Poder Legislativo*, 29 out. 1937.

_____. Discurso pronunciado na sessão de 5 de novembro. Brasília, *Diário do Poder Legislativo*, 1937.

_____. *Projecto n. 623-1937*. Rio de Janeiro: Câmara de Deputados, 1937.

_____. *O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social*. Rio de Janeiro: Câmara de Deputados, 1937.

_____; LUTZ, Adolpho. On *Hyla Aurantiaca* Dauden and *Sphoenorynchus Tschudi* and on two allied *Hylae* from South-Eastern Brazil. Rio de Janeiro, *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 1939.

_____; LUTZ, Adolpho. New *Hylidae* from Brazil. Rio de Janeiro, *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 1939.

_____; LUTZ, Adolpho. Notes on the genus *Phyllo medusa* Wagler observations on small *Phyllomedusae* without vomerine teeth or conspicuous parotids found in the region of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 1939.

_____. *British naturalists in Brazil*. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 1941. p. 37.

_____. Observations on the life history of the brasilian frog *Oocormus microps*. Washington, *Copeia*, 1943.

_____. Biologia e taxodermia de *Zachaeus parvulus*. Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Zoologia*, abr. 1944.

- _____. The Hatching of *Eleutherodactylus Parvus* Girard. Washington, *Copeia*, abr. 1944.
- _____. Observações sobre batráquios com desenvolvimento direto: a eclosão de *Eleutherodactylus Parvus* Girard. Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Zoologia*, fev. 1944.
- _____. A notable frog chorus in Brazil. Washington, *Copeia*, out. 1946.
- _____; ORTON, G. *Hyla Claresignata* Lutz & B. Lutz, 1939: aspects of the life history and description of the Rhyacophilous tadpole (Salientia-Hylidae). Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Zoologia*, set. 1946.
- _____; LYNN, W. G. The development of *Eleutherodactylus guentheri* stdnr. 1864. (Salientia). Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Zoologia*, out. 1946.
- _____; LYNN, W. G. The development of *Eleutherodactylus nasutus* Lutz (Salientia). Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Zoologia*, jun. 1947.
- _____. Trends towards non-aquatic and direct development. Washington, *Copeia*, 1947.
- _____. Ontogenetic evolution in frogs. Lancaster, *Evolution*, mar. 1948.
- _____. Anfíbios anuros da coleção Adolpho Lutz. II. Espécies verdes do gênero *Hyla* do Leste-Meridional do Brasil. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1949.
- _____. Anfíbios anuros da coleção Adolpho Lutz III. *Hyla claresignata* Lutz & Bertha. Lutz, 1939. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1949.
- _____. Anfíbios anuros da coleção Adolpho Lutz do Instituto Oswaldo Cruz. Introdução. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1949.
- _____. Anuros da coleção Adolpho Lutz da Região Sud-Este do Brasil. I. *Hyla aneaps* Lutz, 1929. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1949.
- _____. A ontogênese dos anfíbios anuros e a evolução terrestre dos vertebrados. Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Zoologia*, 1949.
- _____. Anfíbios anuros da coleção Adolpho Lutz V. Locomoção e estrutura das extremidades. *Phyllomedusa (P.) burmeisteri distincta* A. Lutz. Vb. *Aplastodis cus perviridis* A. Lutz. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1950.
- _____. Anfíbios anuros da coleção Adolpho Lutz VI. *Physalaemus maculiventris* (Lutz) 1925. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1951.
- _____. Anfíbios anuros da coleção Adolpho Lutz VIII. *Hyla squalirostris* Lutz, 1925. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1952.

- _____. Anfíbios anuros da coleção Adolpho Lutz do Instituto Oswaldo Cruz. VII *Dendrobates pictus flavo pictus* (Lutz), 1925. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1952.
- _____. New frogs from Itatiaia Mountain, Brazil. Washington, *Copeia*, 28 jun. 1952.
- _____; KLOSS, G. R. Anfíbios anuros do Alto Solimões e Rio Negro: apontamentos sobre algumas formas e seus vicariantes. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1952.
- _____. Anfíbios anuros do Distrito Federal. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1954.
- _____. A Botânica do Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1955.
- _____. Anfíbios novos e raros das serras costeiras do Brasil. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1958.
- _____; CARVALHO, A. L. Novos anfíbios anuros das Serras Costeiras do Brasil. Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1958.
- _____. The clay nests of *Hyla pardalis* Spix. Washington, *Copeia*, dez. 1960.
- _____. Fighting and an incipient notion of territory in male tree frogs. Washington, *Copeia*, mar. 1960.
- _____. Noção de território em anfíbios anuros *Hyla Faber* Wied. Rio de Janeiro, *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 1960.
- _____. Mating of *Hyla Faber*. Nova York, *Natural History*, 1961.
- _____. Criação de um Parque Nacional na Ilha da Trindade e Arquipélago Martim Vaz. *Revista Brasileira de Geografia*, out./dez. 1962.
- _____. New species of *Hyla* from Southeastern Brazil. Washington, *Copeia*, set. 1963.
- _____; BOKERMANN, W. C. A. A New Tree Frog from Santa Catarina, Brasil. Washington, *Copeia*, set. 1963.
- _____. *Pithecopus ayeaye*, a new Brazilian hylid with vertical pupils and grasping feet. Washington, *Copeia*, jun. 1966.
- _____. Taxonomia de los anfíbios anuros neotropicales. Buenos Aires, *Physis*, set. 1966.
- _____. Fauna anura Argentina-Brasilica. Tucuman. *Acta Zoologica Lilloana*, 1967.
- _____. Adaptações, especializações e linhagens nos anuros neotropicais. Tucumã, *Acta Zoologica Lilloana*, 1969.
- _____. Lutiziana. Gravação em rolo magnético, 1971. Disponível em: <www.bvalutz.coc.fiocruz.br>.

_____. *Brazilian species of Hyla*. (Photos by Gualter A. Lutz. Foreward by W. Frank Blair) Austin: University of Texas Press, 1973.

_____. *Mensagem da dra. Bertha Lutz ao Encontro das Associações Femininas no Ano Internacional da Mulher*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1975

_____. Summary of the first Biennial Report of the Brazilian Federation for the Advancement of Women, s/d.

Obras sobre Bertha Lutz (em ordem alfabética)

ALBUQUERQUE, Maria Sabina; REZENDE, Zeia Pinha. *Perfil da dra. Bertha Lutz*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1962

ALVES, Branca Moreira. *Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil (1919-1932) – fatos e ideologia*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1977. (Tese de mestrado)

_____. *Ideologia & feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Apurando a fraude eleitoral no Distrito Federal. Rio de Janeiro, *A Nação*, 15 de jan. 1935.

A quinzena da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino está iniciando o trabalho intensivo em prol da inscrição de novas associadas. Rio de Janeiro, *Diário Carioca*, 29 abr. 1930.

BRASIL. PODER LEGISLATIVO. Senado Federal, Projeto n. 102 de 17 dez. 1919.

_____. Comissão Especial de Elaboração do Estatuto da Mulher. Projeto n. 736 de 28 out. 1937.

_____. Congresso Nacional. Projeto de Lei n. 623 – Cria o Departamento Nacional e o Conselho Geral do Lar, Trabalho Feminino, Previdência e Seguro maternal. *Diário do Poder Legislativo*, 23 out. 1937.

_____. Novas sugestões sobre o Departamento da Mulher pela Deputada Bertha Lutz. *Diário do Poder Legislativo*, 7 ago. 1937.

BELTRÃO, Maria. Bertha Lutz: Carta Mensal. Rio de Janeiro, *Confederação Nacional do Comércio*, v. 37, n. 444, mar. 1992. pp. 29-37.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. In: *História, Ciências e Saúde: Manguinhos – Adolpho Lutz e a história da medicina tropical no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 10, n. 1, jan.-abr. 2003. pp. 13-83.

_____; Sá, Magali Romero et al. Bertha Lutz e a construção da memória de Adolpho Lutz. In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos – Adolpho Lutz e a*

história da medicina tropical no Brasil, v. 10, n. 1, jan.-abr. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. pp. 203-50.

_____; Sá, Magali Romero; Polito, Ronald. *Bertha Lutz e a preservação da memória de seu pai*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2004.

Bertha Lutz ganha título e mantém pesquisa no museu. Rio de Janeiro, *Correio da manhã*, 17 de jun. 1965.

BESTER, Gisela Maria. *Direitos políticos das mulheres brasileiras: aspectos históricos da luta sufrágica e algumas conquistas políticas posteriores*. Florianópolis: UFSC, 1996. (Dissertação de mestrado)

CASCUDO, Luís da Câmara. A outra Bertha Lutz.. Natal, *A República*, 12 ago. 1928. *In memoriam* Bertha Lutz. Washington, Copeia, jun. 1977. pp. 208-209.

In memoriam, Bertha Lutz, Naturalist Feminist (1894-1976). University of Texas, Houston, *Herp Review*, v. 8, n. 1, 1977.

FERREIRA, L. O. As origens da Academia Brasileira de Ciências. São Paulo, *Ciência Hoje*, v. 16, n. 96, 1993. pp. 32-36.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. (trad. Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira Costa). São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)*. Florianópolis: Editora Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

LEONARDO, Patrícia Xavier; MARMO, Ana Carolina. Adolpho Gordo e Bertha Lutz: a luta pelo voto feminino. Campinas, *Cadernos Pagu*, 2006.

LOBO, Yolanda. Bertha Lutz. In: *Dicionário de educadores no Brasil da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002. pp. 193-200.

_____. *As três mulheres do Manifesto e outras tantas pioneiras: relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UFRJ-CNPq, 1995.

_____. Exposição Bertha Lutz: De Memória, De Intellectu, De Voluntate. *Anais do III Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica*. Natal, UFRN, 2008. pp. 172-173.

LOPES, M. M. Vencer Barreiras, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). In: Santos, L. W.; Ichikawa, E. Y.; Cargano, D. F. (org.). *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: Iapar, 2006. pp. 205-232.

_____; MURRIELO, S. Ciências e Educação em museus no final do século XIX. *História, Ciência e Saúde*: Manguinhos. v. 12 (suplemento), 1995. pp. 13-30.

_____. et al. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Revista Gênero*, v. 5, 2004.

_____; SOUSA, L. G. P. Mulheres nas ciências naturais: produção científica de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) a partir da década de 1940. In: Silva, C.B da; Assis, G. de O.; Kamita, R. C. (org.). *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007. pp. 59-72.

_____; SOUZA, L. G. P. La trayectoria político-científica de Bertha Julia Maria Lutz (1894-1976). Contribuciones para los estudios de Género y Ciencias y para la crítica de la construcción de la “invisibilidad” de las mujeres. In: *Los feminismos como herramientas de cambio social (I): Mujeres tejiendo redes históricas, desarrollos en el espacio público y estudios de las mujeres*. Palma (Illes Balears): Universitat de les Illes Balears, 2006. pp. 237-246.

MARTIN, Percy B. Biografia de Bertha Lutz. *Who's Who in Latin-America*, 1977.

MELO, H. P.; CASEMIRO, M. C. P. A ciência no feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. Rio de Janeiro, *Ver*, n. 11, set.-dez. 2003. pp. 117-133.

MEDEIROS, Cristiana Lins. A modernidade pedagógica da educação escolar no governo Juvenal Lamartine de Farias no Rio Grande do Norte (1928-1930). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2003. (Monografia de final de curso)

OLIVEIRA, Magdala da Gama. Bertha Lutz e os direitos da mulher na vida. Rio de Janeiro, *Diário de Notícias*, 7 ago. 1958.

ORTIGÃO JR., José de Barros Ramalho. Recordações da infância: as primeiras letras com a família Lutz. Depoimento de José de Barros Ramalho Ortigão Junior. In *História, Ciências e Saúde*. Manguinhos – Adolpho Lutz e a História da Medicina Tropical no Brasil. v. 10, n. 1, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. p. 420-424.

RODRIGUES, João Batista Cascudo.. *A mulher brasileira: direitos políticos e civis*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962

SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher*. Rio de Janeiro: UFF-RJ, 1974. (Dissertação de mestrado)

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação* n. 15. Campinas: Editora Autores Associados, set.-dez. 2000.

_____. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *Labrys*, Estudos Feministas, n. 1-2, jul.-dez. 2002.

_____. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

_____. Transgrediendo y conservando, las mujeres conquistan el espacio publico: la contribución de Bertha Lutz . In: *Género y sexualidad en Colombia y en Brasil*. Santiago de Cali: La Manzana de la Discordia, 2002. p. 353-392.

SOUZA, Esmeraldino. Bertha Lutz na visão de um técnico. Depoimento de Esmeraldino de Souza. In *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Adolpho Lutz e a História da Medicina Tropical no Brasil, v. 10, n. 1, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. p. 413-419.

SOUZA, L. G. P.; SOMBRIO, M. M. O.; LOPES, M. M. Para ler Bertha Lutz. Campinas, *Cadernos Pagu*, n. 24, jan./jun. 2005. p. 315-325.

SCHUMAHER, Shuma; VITAL BRASIL, Érico (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Outras publicações

A primeira mulher em função política na República: o que a prefeita de Lajes realizou no período inicial de sua admissão. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 3 abr. 1930.

Não fez fraude e só irá para a Câmara se for de fato eleita. Declarações de senhora Bertha Lutz e de associações femininas. Rio de Janeiro, *Diário de Notícias*, 11 jan. 1935.

O feminismo na palavra de Bertha Lutz. Belo Horizonte, *O Estado de Minas*, 16 fev. 1930.

Injustiça e deselegância. Rio de Janeiro, *O momento*, 28 fev. 1935.

Um petardo no mundo feminino. Rio de Janeiro, *A Noite*, 10 dez. 1932.

Bertha Lutz: uma história de luta pelos direitos da mulher. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 17 set. 1976.

Outras referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. M. 1981. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, editora Graal.

ALMANAK Laemmert, 1882. Colégio Suíço-Brasileiro. NOTABILIDADES do BRASIL do Almanak, p. 204.

DUBY, G. e PERROT, M. (orgs.), 1995. *As Mulheres e a História*. Lisboa; Publicações Don Quixote.

ROSANVALLON, Pierre. A História do Voto das Mulheres, In Duby, G. e Perrot, M. *As Mulheres e a História*. Lisboa: Publicações Don Quixote, pp. 73-78, 1995.

SCHWARCZ, Lílian K.M. O Nascimento dos Museus Brasileiros. *In* Micelli, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Editora Sumaré, pp. 29-90, 2001.

SHOIHET, Rachel. 1974. *Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher*. Dissertação de mestrado em história. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

Lista de abreviaturas

ABE Associação Brasileira de Educação

AN Arquivo Nacional

CNPq Conselho Nacional de Pesquisas

DF Distrito Federal

FBPF Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

IAL Instituto Adolpho Lutz

IAPW International Association of Police Women

IOC Instituto Oswaldo Cruz

MN Museu Nacional

OEA Organização dos Estados Americanos

ONU Organização das Nações Unidas

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro







Este volume faz parte da Coleção Educadores,
do Ministério da Educação do Brasil,
e foi composto nas fontes Garamond e BellGothic, pela Entrelinhas,
para a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco
e impresso no Brasil em 2010.

